



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

**MÃES PRIVADAS DE LIBERDADE: UM OLHAR PSICOSSOCIAL SOBRE A
MATERNIDADE**

ADRIELE VIEIRA DE LIMA PINTO

**João Pessoa-PB
2021**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

**MÃES PRIVADAS DE LIBERDADE: UM OLHAR PSICOSSOCIAL
SOBRE A MATERNIDADE**

Adriele Vieira de Lima Pinto

Doutoranda

Maria da Penha de Lima Coutinho

Orientadora

**João Pessoa-PB
2021**

ADRIELE VIEIRA DE LIMA PINTO

**MÃES PRIVADAS DE LIBERDADE: UM OLHAR PSICOSSOCIAL SOBRE A
MATERNIDADE**

Tese de doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção do título de Doutora em Psicologia Social. Orientadora: Professora Doutora Maria da Penha de Lima Coutinho

**João Pessoa-PB
Junho/2021**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P659m Pinto, Adriele Vieira de Lima.

Mães privadas de liberdade : um olhar psicossocial
sobre a maternidade / Adriele Vieira de Lima Pinto. -
João Pessoa, 2021.
190 f. : il.

Orientação: Maria da Penha de Lima Coutinho.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Psicologia social. 2. Maternidade. 3. Privação de
liberdade. 4. Representações sociais. I. Coutinho,
Maria da Penha de Lima. II. Título.

UFPB/BC

CDU 316.6(043)

**MÃES PRIVADAS DE LIBERDADE: UM OLHAR PSICOSSOCIAL SOBRE A
MATERNIDADE**

Adriele Vieira de Lima Pinto

BANCA AVALIADORA:



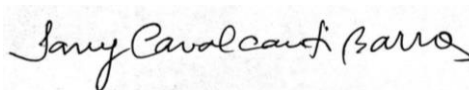
Profa. Dra. Maria da Penha de Lima Coutinho (UFPB, *Orientadora*)

_Prof. Dra. Patrícia Nunes da Fonsêca (UFPB, *Membro Interno*)



Profa. Dra. Jaqueline Gomes Cavalcanti (UNIESP, *Membro Externo*)

Profa. Dra. Lidianne Silva de Araújo (UFCEG, *Membro Externo*)



Profa. Dra. Iany Cavalcanti da Silva Barros (UNIESP, *Membro Externo*)

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão a Deus que foi meu grande sustento espiritual nessa minha trajetória acadêmica. Sem a Sua presença em minha vida, eu não chegaria aqui me sentindo tão realizada, em paz e transbordando de alegria.

A minha mãe Regina, minha grande incentivadora, uma mulher de fibra, apaixonada pelos filhos e pela vida, por sua sensibilidade amorosa e espiritual. Ao meu pai Aderbal (*in memória*), por me ensinar a valorizar as coisas simples da vida, a ter compromisso e responsabilidade. Não há titulação mais honrosa que eu possa vir a receber que se aproxime da maior realização que eu tenho em dizer que sou filha de vocês dois.

Aos meus familiares e irmão, pelo incentivo diário, pela compreensão das minhas ausências e por serem grandes exemplos de força, coragem, dedicação e superação. Agradeço em especial a minha avó Eurídice (*in memória*) que foi mais uma das milhares de vítimas da covid-19. Obrigada vovó por ter cuidado tão bem de mim, vibrado a cada conquista e ser esse exemplo de mulher que nunca ousou em desistir e acreditar num mundo melhor para nós, seguirei daqui honrando seus ensinamentos. Amo muito todos vocês.

Aos amigos e amigas tão queridos e especiais que eu tenho sempre em minha vida, desde àqueles que fizeram parte da minha infância e adolescência Raquel, Liliane, Rafaela e Douglas. Àquelas que chegaram através do curso de psicologia, Isabela e Rayanne, Karla, Jaqueline, Lidiane. Àqueles que compõem a minha eterna equipe de carnaval, Isabela, Isabel, Nilda, Jéssica, Meire, Kelton, Mano. Aos amigos que chegaram quando iniciei minha atuação como psicóloga, Thaty, Filipe, Wellysson, Lulinha. E ao meu abençoado grupo do EJC, os Chamas de Amor.

Aos amigos e companheiros do núcleo de pesquisa “Aspectos Psicossociais de Prevenção e da Saúde Coletiva”, Emanuelle, Izabel, Erick, Gildevan, Jairton Filho que a caminhada de vocês seja linda e de muito aprendizado. A minha psicóloga que foi tão importante em meu processo psicoterapêutico me auxiliando nessa jornada desafiadora de autoconhecimento.

A minha orientadora, Prof^a Dra. Maria da Penha de Lima Coutinho, por seu olhar atento e inspirador, por sua alegria, compromisso e leveza diária. Pela confiança e autonomia depositados em mim para a construir desta tese de doutorado, a qual é reflexo

de doze anos de muita dedicação e estudos, iniciados ainda em 2009, quando ingressei no núcleo de pesquisa coordenado por ela.

As Professoras Dra. Jaqueline Gomes Cavalcanti, Dra. Lidiane da Silva Araújo, Dra. Iany Cavalcanti da Silva Barros e Dra. Patrícia Nunes da Fonsêca que carinhosamente aceitaram o convite de avaliarem esta tese, agradeço pelas valiosas contribuições.

A coordenação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB e ao corpo docente e discente que o compõe, pelos momentos de difusão do conhecimento parceria e acolhimento. Assim como, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de doutorado possibilitando assim a garantia dos meios materiais necessários para a realização desta tese.

A Gerência Executiva de Ressocialização da Secretaria de Administração Penitenciária do estado da Paraíba, assim como à coordenação e funcionários da Penitenciária de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão, de João Pessoa. A Eronyce Rayka psicóloga da referida instituição prisional, pelo seu apoio e suporte.

Por fim, um agradecimento especial às cinquenta e duas mães em privação de liberdade que construíram a presente tese comigo, a partir de suas histórias, relatos e experiências compartilhados.

[...]Tudo o que é humano é ao mesmo tempo psíquico, sociológico, econômico, histórico, demográfico. É importante que estes aspectos não sejam separados, mas sim que concorram para uma visão poliocular. O que me estimula é a preocupação de ocultar o menos possível a complexidade do real (Morin, 1984; Spink, 1993)

MÃES PRIVADAS DE LIBERDADE: UM OLHAR PSICOSSOCIAL SOBRE A MATERNIDADE

Resumo: A maternidade nas prisões brasileiras é marcada por vivências de vulnerabilidades e sofrimento psíquico. Esses aspectos são acentuados diante da invisibilidade histórica associada ao encarceramento feminino, que nega as especificidades das mulheres, dentre elas, as questões relacionadas à maternidade. Nesse contexto, buscou-se estudar a temática através da Teoria das Representações Sociais (TRS), que possibilitou acessar a rede de sentidos e significados, compartilhada pelas mães em privação de liberdade, construindo um conhecimento prático e multifacetado sobre a temática. Nesse direcionamento, a seguinte tese objetivou conhecer os aspectos psicossociais inter-relacionados à maternidade no contexto prisional. Estruturalmente, dividiu-se em duas partes, a primeira constituída pelos capítulos teóricos e a segunda composta por três estudos. No primeiro estudo, realizou-se uma revisão da produção científica nacional, publicadas entre 2009 e 2019. Foram selecionados 15 artigos, analisados pela Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e da Análise de Similitude, através do Iramuteq. Os resultados indicaram o caráter recente das produções acerca da temática, com foco principal nas questões da saúde, garantia/violação de direitos, nos danos para a relação mãe-filhos e por questões voltadas a assistência pré-natal, gestação e amamentação. Os outros dois estudos, empíricos, foram norteados pela TRS. O primeiro estudo empírico, analisou as Representações Sociais (RS) de mães privadas de liberdade, baseado em seis palavras evocadoras (*ser mãe, maternidade, paternidade, família, prisão e eu mesmo*). Participaram 52 mães, entre 21 a 64 anos ($M=33,08$; $DP=8,71$), do Centro de Ressocialização Feminino de João Pessoa, Paraíba. As participantes responderam ao Questionário Sociodemográfico e a Técnica de Associação Livre de Palavras. Os dados foram processados pelo SPSS (versão 21) e *Tri-Deux-Mots* e interpretados pela Análise Fatorial de Correspondência. Observou-se que o contexto prisional traz implicações na produção de sentidos e significados atribuídos a diferentes aspectos da vida das mães custodiadas. Os resultados indicaram representações consensuais entre *ser mãe, maternidade, paternidade e família*. A *prisão* foi associada às experiências negativas estigmatizantes e ao sofrimento psíquico. O estímulo *eu mesma* trouxe elementos ambíguos que manifestaram engajamento e autopunição. O segundo estudo empírico, objetivou conhecer as RS sobre a maternidade, elaboradas por mães privadas de liberdade. Participaram 15 mães, entre 21 e 44 anos ($M=30,47$; $DP=6,25$), custodiadas no mesmo centro de ressocialização feminino do estudo anterior. Responderam ao questionário sócio-demográfico e a entrevista em profundidade. Os dados foram processados pelo SPSS (versão 21) e software Alceste, e analisados pela CHD. Emergiram dois eixos principais de sentidos: “*A prisão e seu sistema de deveres e direitos*” e “*Vulnerabilidades e o significado da maternidade*”. Neles a maternidade foi marcada pela perda dos laços psicossociais entre mãe-filho. Ser mãe foi objetivada como sinônimo de sofrimento, incerteza e culpa pela ausência nos cuidados maternos e separação dos filhos e familiares. Destaca-se que as RS sobre a maternidade no cárcere adquiriram diferentes facetas que ora se aproximavam e se distanciavam do ideal de maternidade socialmente disseminado. Assim, a condição materna das mães em privação de liberdade, conduz ao reconhecimento de que o aprisionamento feminino não pode ser considerado isoladamente, pois existirá implicações para sua família e filhos e, de forma ampla, para a sociedade. Portanto, espera-se que os resultados dessa tese auxiliem planejamentos de práticas sociais e de saúde, efetivas para essa população e seus dependentes.

Palavras-chave: Maternidade; Mães; Privação de Liberdade; Representações Sociais.

MOTHERS DEPRIVED OF LIBERTY: A PSYCHOSOCIAL LOOK AT MATERNITY

Abstract: Maternity in Brazilian prisons is marked by experiences of vulnerabilities and psychological suffering. These aspects are accentuated by the historical invisibility associated with female incarceration, which denies the specificities of women, including issues related to motherhood. In this context, we sought to study the theme through the Social Representation Theory (SRT), which allowed access to the network of senses and meanings, shared by mothers in deprivation of freedom, building a practical and multifaceted knowledge on the subject. In this direction, the following thesis aimed to know the psychosocial aspects interrelated to motherhood in the prison context. Structurally, it was divided into two parts, the first consisting of theoretical chapters and the second consisting of three studies. In the first study, we did a review of the national scientific production, published between 2009 and 2019. 15 articles were selected, analyzed by the Descending Hierarchical Classification (DHC) and the Similitude Analysis, through Iramuteq. The results indicated the recent nature of the productions on the theme, with a main focus on health issues, guarantee/violation of rights, damage to the mother-child relationship and issues related to prenatal care, pregnancy and breastfeeding. The other two empirical studies were guided by SRT. The first empirical study analyzed the Social Representations (SR) of mothers deprived of liberty, based on six evocative words (being a mother, maternity, paternity, family, prison and myself). 52 mothers, aged between 21 and 64 years old ($M=33.08$; $SD=8.71$), from the Women's Resocialization Center in João Pessoa, Paraíba, participated in the study. Participants answered the Sociodemographic Questionnaire and the Free Word Association Technique. Data were processed by SPSS (version 21) and Tri-Deux-Mots and interpreted by Factorial Correspondence Analysis. It was observed that the prison context has implications for the production of senses and meanings attributed to different aspects of the life of the mothers in custody. The results indicated consensual representations between being a mother, motherhood, fatherhood and family. Prison was associated with negative stigmatizing experiences and psychological distress. The stimulus myself brought ambiguous elements that manifested engagement and self-punishment. The second empirical study aimed to know the SR about motherhood, elaborated by mothers deprived of freedom. Fifteen mothers, aged between 21 and 44 years old ($M=30.47$; $SD=6.25$), who were kept in the same female rehabilitation center in the previous study, participated in the study. They answered the sociodemographic questionnaire and the in-depth interview. Data were processed by SPSS (version 21) and Alceste software, and analyzed by CHD. Two main axes of meaning emerged: "Prison and its system of duties and rights" and "Vulnerabilities and the meaning of motherhood". In them, motherhood was marked by the loss of psychosocial bonds between mother and child. Being a mother was objectified as synonymous with suffering, uncertainty and guilt for the absence of maternal care and separation from children and family members. It is noteworthy that the SR on motherhood in prison acquired different facets that now approached and distanced themselves from the socially disseminated ideal of motherhood. Thus, the maternal condition of mothers in deprivation of liberty leads to the recognition that female imprisonment cannot be considered in isolation, as there will be implications for their family and children and, more broadly, for society. Therefore, it is expected that the results of this thesis help planning social and health practices that are effective for this population and their dependents.

Keywords: Maternity; Mothers; Deprivation of Liberty; Social Representations.

MADRES PRIVADAS DE LIBERTAD: UNA MIRADA PSICOSOCIAL SOBRE LA MATERNIDAD

Resumen: La maternidad en las cárceles está marcada por vivencias de vulnerabilidad y sufrimiento psíquico. Estos aspectos son acentuados ante la invisibilidad histórica asociada al encarcelamiento femenino, que niega las especificidades de las mujeres, entre ellas, las cuestiones relacionadas con la maternidad. En ese contexto, se buscó estudiar la temática a través de la Teoría de las Representaciones Sociales (TRS), que permitió acceder a la red de sentidos y significados, compartida por las madres en privación de libertad, construyendo un conocimiento práctico y multifacético sobre la temática. En esa dirección, la siguiente tesis objetivó conocer los aspectos psicosociales interrelacionados a la maternidad en el contexto carcelario. Estructuralmente, se dividió en dos partes, la primera constituida por los capítulos teóricos y la segunda compuesta por tres estudios. En el primer estudio, se realizó una revisión de producción científica nacional, publicadas entre 2009 y 2019. Fueron seleccionados 15 artículos, analizados por la Clasificación Jerárquica Descendiente (CJD) y del Análisis de Similitud, a través del Iramuteq. Los resultados indicaron el carácter reciente de las producciones sobre la temática, con foco principal en las cuestiones de salud, garantía/violación de derechos, en los daños para la relación madre-hijos y por cuestiones dirigidas a la asistencia prenatal, gestación y lactancia. Los otros dos estudios, empíricos, fueron norteados por TRS. El primer estudio empírico, analizó las Representaciones Sociales (RS) de madres privadas de libertad, basado en seis palabras evocadora (*ser madre, maternidad, paternidad, familia, prisión y yo mismo*). Participaron 52 madres, entre 21 y 64 años ($M=33,08$; $DP=8,71$), del Centro de Resocialización Femenino de João Pessoa, Paraíba. Las participantes respondieron al Cuestionario Sociodemográfico y la Técnica de Asociación Libre de Palabras. Los datos fueron procesados por el SPSS (versión 21) y *Tri-Deux-Mots* e interpretados por el Análisis Factorial de Correspondencia. Se observó que el contexto carcelario trae implicaciones en la producción de sentidos y significados asignados a diferentes aspectos de la vida de las madres custodiadas. Los resultados indicaron representaciones consensuales entre *ser madre, maternidad, paternidad y familia*. La *prisión* fue asociada a experiencias negativas estigmatizantes y el sufrimiento psíquico. El estímulo *yo misma* trajo factores ambiguos que manifestaron compromiso y autopunición. El segundo estudio empírico, objetivó conocer las RS sobre la maternidad, elaboradas por madres privadas de libertad. Participaron 15 madres, entre 21 y 44 años ($M=30,47$; $DP=6,25$), custodiadas en el mismo centro de resocialización femenina del estudio anterior. Respondieron al cuestionario sociodemográfico y la entrevista en profundidad. Los datos fueron procesados por el SPSS (versión 21) y software Alceste, y analizados por la CHD. Emergieron dos ejes principales de sentidos: "*La prisión y su sistema de deberes y derechos*" y "*Vulnerabilidad y el significado de la maternidad*". En ellos la maternidad fue marcada por la pérdida de los vínculos psicosociales entre madre-hijo. Ser madre fue objetivada como sinónimo de sufrimiento, incertidumbre y culpa por la ausencia en los cuidados maternos y separación de los hijos y familiares. Se destaca que las RS sobre la maternidad en la cárcel adquirieron diferentes facetas que se aproximaban y se distanciaban del ideal de maternidad socialmente diseminado. Así, la condición materna de las madres en privación de libertad, conduce al reconocimiento de que la encarcelación femenina no puede ser considerado por separado, porque existirá implicaciones para su familia y sus hijos y, de forma amplia, para la sociedad. Por lo tanto, se espera que los resultados de esa tesis ayuden a planificar prácticas sociales y de salud, efectivas para esa población y sus dependientes.

Palabras clave: Maternidad; Madres; Privación de libertad; Representaciones Sociales.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Diagrama do procedimento de busca realizado na pesquisa.....	85
Figura 2. Dendrograma dos resumos que foram selecionados para a revisão da literatura	86
Figura 3. Análise de Similitude relativa aos resumos selecionados	87
Figura 4. Plano fatorial de correspondência das representações sociais elaboradas pelas mães em privação de liberdade.....	120
Figura 5. Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente.....	150

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Síntese dos dados referente aos artigos selecionados na
revisão.....88

Tabela 2. Evocações associadas aos estímulos com as maiores contribuições por
fator.....118

LISTA DE APÊNDICE

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	181
APÊNDICE B – Técnica de Associação Livre de Palavras.....	184
APÊNDICE C – Questionário sóciodemográfico.....	185

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa.....	187
ANEXO 2 - Autorização para Realização da Pesquisa pela Gerência Executiva de Ressocialização do Estado da Paraíba.....	190
ANEXO 3 – Artigo da tese publicado na Revista: Estudos e Pesquisas em Psicologia...	191

LISTA DE SIGLAS

ALCESTE - Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segment de Texte

AFC – Análise Fatorial de Correspondência

AS – Análise de Similitude

CF 1 – Carga Fatorial do Fator 1

CF 2 – Carga Fatorial do Fator 2

CCS – Centro de Ciências Sociais

CHD – Classificação Hierárquica Descendente

CPP - Código de Processo Penal

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional

DIAMGE - Divisão de Atenção às Mulheres e Grupos Específicos

INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ICPS - International Centre for Prison Studies

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

ONU – Organizações das Nações Unidas

PIDCP - Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos

PNSSP - Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário

PNAMPE - Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional

PNAISP - Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional

PAP – Programa de Ação de Pequim

RC – Representação Coletiva

RS – Representações Sociais

SUS – Sistema Único de Saúde

STF - Supremo Tribunal Federal

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

TALP – Técnica de Associação Livre de Palavras

TRS – Teoria das Representações Sociais

UCE – Unidades de Contextos Elementares

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	19
OBJETIVOS	23
Objetivo Geral	24
Objetivos Específicos	24
 PARTE I – MARCO TEÓRICO.....	25
 CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....	25
As prisões: um breve histórico.....	28
O encarceramento feminino.....	33
Marcos legais regulatórios sobre a mulher em privação de liberdade e as questões referentes à maternidade.....	38
 CAPÍTULO II – O APORTE DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	43
 PARTE II – ESTUDOS DA TESE.....	53
 CAPÍTULO III – ARTIGO 1: MÃES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA ACERCA DA MATERNIDADE.....	53
4.1 RESUMO	54
4.4 INTRODUÇÃO.....	55
4.5 MÉTODO	59
4.6 RESULTADOS	60
4.6.1 Primeira parte: síntese dos dados	61
4.6.2 Segunda parte: tratamento qualitativo dos resumos.....	61
4.6.3 Análise de Similitude	67
4.7 DISCUSSÃO	68
4.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
4.9 REFERÊNCIAS.....	78
 CAPÍTULO II - ARTIGO 2: UNIVERSO CONSENSUAL DE MÃES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: UM OLHAR PSICOSSOCIOLÓGICO.....	93
5.1. RESUMO	94
5.2. ABSTRACT	95
5.3. RESUMEN	96
5.4. INTRODUÇÃO.....	97
5.5 MÉTODO	99
5.5.1 Tipo de estudo	99
5.5.2 Participantes e local	100
5.5.3 Instrumentos	100
5.5.4 Procedimentos éticos e de coletas de dados	101
5.5.6 Procedimentos de análise de dados	102
5.6 RESULTADOS	102
5.7 DISCUSSÃO.....	105

5.7 CONCLUSÃO.....	111
5.8 REFERÊNCIAS	114

CAPÍTULO III – ARTIGO 3: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A MATERNIDADE PARA MÃES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

6.1 RESUMO	122
6.2 ABSTRACT	122
6.3 RESUMEN	123
6.4 INTRODUÇÃO	123
6.5 MÉTODO	128
6.5.1 Tipo de estudo	128
6.5.2 Participantes	128
6.5.3 Instrumentos	130
6.5.3 Procedimentos éticos e de coleta de dados	130
6.5.7 Análise dos dados	131
6.6 RESULTADOS	132
6.7 DISCUSSÃO.....	137
6.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
6.9 REFERÊNCIAS	145

CAPÍTULO VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS	161
APÊNDICES	180
ANEXOS	186

Em 2019, as prisões brasileiras abrigavam 34.365 mulheres, representando cerca de 4,94% da população prisional total, dessas, 13.073 eram mães privadas de liberdade, evidenciando uma realidade em que, na maioria dos casos, havia crianças e adolescentes separados do convívio materno (Brasil, 2020). Ademais, no Brasil, as mães privadas de liberdade são, em sua maioria, pardas ou negras, jovens, solteiras, com baixa escolaridade e têm a associação ao tráfico de drogas como principal via de acesso à criminalidade e à prisão (Alcântara & Sousa, 2018). Estas, por vezes, transitam entre papéis contraditórios, que, por um lado, as relacionam às expectativas sociais e morais e, por outro, evidenciam seu desvio criminoso e suas transgressões (Braga, 2016).

Nesse sentido, ressalta-se que o envolvimento com o crime, assim como os vínculos com que as mulheres estabelecem suas relações dentro e fora da prisão revelam particularidades, uma vez que estas carregam consigo, a invisibilidade da justiça, bem como, sistemas discriminatórios e marcadores de gênero que alicerçam historicamente suas posições diante da sociedade (Alcântara & Sousa, 2018; Braga, 2015). Assim como são elas as principais responsáveis pelo sustento familiar e cuidados dos filhos. Gerando, em sua ausência, uma desestruturação familiar, visto que, seus filhos não estando mais em sua tutela, ficam ainda mais vulneráveis transitando entre casas de familiares e abrigos de adoção (Isaac & Campos, 2019).

Outrossim, o encarceramento amplia a vulnerabilidade social desta população, dificultando o acesso aos serviços de saúde, no que se refere às ações de prevenção, assistência e vigilância, bem como ao exercício pleno dos direitos maternos. Com o isolamento, ocorrem rupturas dos vínculos afetivos e sociais das mulheres para com seus filhos, familiares e amigos (Leal, Ayres, Esteves-Pereira, Sánchez & Larouzé, 2016). Portanto, diante dessa realidade, a condição materna das mães em privação de liberdade conduz ao reconhecimento de que o aprisionamento feminino não pode ser considerado

isoladamente, implicando em consequências que reverberam em suas famílias e seus dependentes e, de forma ampla, na sociedade.

É, portanto, nesse cenário de intensas vulnerabilidades que muitas mulheres experienciam a vivência da maternidade, cuja função ganha novas nuances diante do contexto prisional. Nesse direcionamento, tais dados apontam para a complexidade e multidimensionalidade que a vivência da maternidade nas prisões brasileiras abrange. Evidencia-se, portanto, sua espessura social e cultural e, assim, sua relevância científica.

Diante desse contexto, no intuito de investigar a temática da maternidade no cárcere, o desenvolvimento desta tese partiu da seguinte problemática: quais aspectos psicossociais estão relacionados à maternidade, vivenciada por mães em privação de liberdade? Para nortear o trabalho em tela, foram utilizados, sob a ótica da Psicologia Social, a Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2012) e aportes históricos conceituais acerca da Maternidade e do Encarceramento Feminino. Destaca-se ainda, a aprovação do estudo pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba - CEP/CCS, sob o protocolo de nº 2.513.580.

Portanto, a temática em questão foi analisada a partir da apreensão do processo de produção e elaboração das construções particulares, das realidades sociais, das mães privadas de liberdade, buscando compreender o processo de organização do seu sistema de conhecimento do senso comum, de ideias e valores (Moscovici, 2012). Dessa maneira, considerou-se a maternidade como uma construção psicossocial, constituída por crenças, atitudes, valores e informações que adquire novos sentidos e significados diante da realidade social, vivenciada na prisão.

Compreendendo sua complexidade, adotou-se ainda o postulado de Correia (1998), a qual, considera que a “maternidade não corresponde a um acontecimento biológico, mas a uma vivência inscrita numa dinâmica sócio-histórica. Envolve prestação

de cuidados, envolvimento afectivo em medidas variáveis” (p. 366). Há, portanto, estilos de maternidade que se revelam a partir de uma expressão da cultura e englobam um sistema de valores relacionados com o que é a mulher e também com o que é o filho; as atitudes para com estes estilos de maternidade variam de acordo com as classes sociais (Kitzinger, 1978).

A partir dessas premissas, a tese em questão, teve como objetivo geral compreender os aspectos psicossociais relacionados à maternidade no sistema prisional. Metodologicamente, utilizou-se uma abordagem investigativa multimétodo, por meio de procedimentos quantitativos e qualitativos. Foi estruturada em duas partes: a primeira, composta pela apresentação e marco teórico; a segunda, reúne os demais capítulos da tese, constituídos pelo estudo de revisão e dois estudos empíricos, apresentados em formato de artigos.

O primeiro, intitulado “Mães em privação de liberdade: revisão da literatura acerca da maternidade”, objetivou realizar uma revisão da produção científica nacional sobre mães presas e sua condição materna. O segundo estudo, nomeado “Universo consensual de mães em privação de liberdade: um olhar psicossociológico”, buscou analisar as representações sociais do público-alvo, a partir de seis estímulos evocadores: ser mãe, maternidade, paternidade, família, prisão e eu mesma. Por fim, o terceiro estudo, “As representações sociais sobre a maternidade para mães em privação de liberdade”, objetivou apreender as representações sociais acerca da maternidade, elaboradas por mães reclusas. Em seguida, foram apresentadas as considerações finais, contemplando os achados mais relevantes da pesquisa.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Compreender os aspectos psicossociais relacionados à maternidade no sistema prisional, tomando por base a Teoria das Representações Sociais e aportes históricos conceituais acerca da Maternidade e do Sistema Penitenciário.

Específicos:

- Fazer uma revisão sistemática da literatura sobre mães em privação de liberdade e sua condição materna;
- Identificar os campos semânticos quanto aos estímulos indutores: ser mãe, maternidade, paternidade, família, prisão e eu mesma;
- Apreender as representações sociais acerca da vivência da maternidade na prisão;
- Analisar as estruturas representacionais acerca da maternidade no cárcere;

PARTE I: MARCO TEÓRICO

CAPÍTULO I. CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Mas a igualdade é desigual quando se esquecem as diferenças.
(Nana Queiroz)

A frase acima retirada do livro “Presos que menstruam: a brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras, de Nana Queiroz (2017), traduz a proposta maior desta tese: provocar reflexões acerca da vivência da maternidade e do encarceramento feminino no contexto brasileiro. Para tanto, lança-se um olhar teórico e empírico apresentando um breve histórico sobre a origem das prisões e o lugar que as mulheres e mães ocupam nelas. Além de reunir relatos, *insights* e narrações, com o objetivo de dar voz e visibilidade a essas mulheres.

Nesse sentido, mesmo existindo pouco espaço em levantamentos estatísticos, nas salas de audiência, nas políticas públicas e até mesmo nas produções científicas, são essas que dizem sobre o encarceramento, como é ser mulher e mãe (Braga, 2015). Trata-se, portanto, de dar visibilidade a uma realidade invisível para sociedade, governo e instituições, percorrendo a história dessas mulheres, as quais, em sua maioria, é marcada pela exclusão, desigualdade de gênero, violência e discriminação.

Revisitando a literatura nacional, evidencia-se que o sistema de justiça criminal brasileiro é atravessado por marcadores de gênero, os quais apontam para um distanciamento histórico cultural e político das causas femininas e seus desdobramentos (Batista & Loureiro, 2017). Dessa forma, historicamente, a criminalidade feminina não é diferenciada da masculina, em partes devido ao viés hegemônico patriarcal com que as leis, e principalmente o direito penal foi criado aqui no Brasil. O espaço político era (e ainda é) um lugar essencialmente masculino e, portanto, o princípio da igualdade acaba não sendo contemplado pelo sistema penal, que reforça a negação da identidade feminina (Novaes & Murari, 2010).

Em parte, também, devido ao quantitativo de mulheres envolvidas em crimes (4,94%) ser bem menos expressivo, quando comparado ao percentual masculino (95,06%) (Depen, 2020). O que tradicionalmente levou a figura feminina a ocupar espaço insuficiente nas discussões acerca da criminalidade e encarceramento (Starling, 2010). Essa invisibilidade trouxe consequências nocivas às mulheres e mães presas, refletindo até hoje na forma de tratamento recebida por elas dentro das prisões.

Associado a isto, Simões (2013) afirma que para o grupo feminino é empregado um controle comportamental mais rígido do que àqueles aplicados nas prisões masculinas. De acordo com a autora, os comportamentos das mulheres presas são menos tolerados, pois as concepções disciplinares dos agentes penitenciários estariam relacionadas às ideologias e práticas sociais discriminatórias, ancoradas em explicações machistas sobre a mulher presa.

A própria arquitetura das prisões, distribuição dos espaços, normas, regulamentos, discursos e manuais que explicam seu funcionamento, não levam em consideração as características específicas das mulheres e mães (Simões, 2013). Estas especificidades estariam relacionadas desde a necessidade de possuírem banheiros adequados, terem acesso a materiais de higiene pessoal como absorventes, roupas íntimas, bem como acesso às informações sobre seus direitos, dentre eles, os sexuais, reprodutivos e maternos.

Dessa maneira, o próprio sistema penitenciário reforça a construção de gênero e, por conseguinte, mantém práticas sociais discriminatórias resultando em maiores danos às mulheres. Estas são desconsideradas dentro da própria instituição penitenciária, assim como nos demais setores, uma vez que essas esferas são regidas fundamentalmente, por um modelo “masculino” em que a norma é construída e aplicada a partir das necessidades dos homens (Simões, 2013).

As prisões: um breve histórico

Mesmo não havendo prisões na Antiguidade, tais como define-se hoje, existia a procura em discriminar comportamentos, em consonância com as ideias de justiça. Nesse período, não se aplicava a privação de liberdade como sanção penal, mas uma variedade de penas, sobretudo corporais e pecuniárias, de acordo com os delitos cometidos (Oliveira & Damas, 2016). O encarceramento tinha como finalidade reter e preservar os réus até seu julgamento ou execução, bem como aplicar torturas na obtenção de confissões. Para tanto, os criminosos eram mantidos em ambientes insalubres como masmorras, calabouços, aposentos em ruínas e torres.

Ao longo da história, com a evolução social, as legislações foram, com o tempo, regulando a vida nas sociedades, a Lei do Talião popularizada pelo ditado “olho por olho, dente por dente” é uma das mais antigas leis que se conhece, tendo sua repercussão histórica sido capaz de atravessar séculos e fronteiras, de modo a alcançar as mais variadas civilizações (Praxedes, 2019). Contida no *Código Hamurábi*, a lei é considerada um grande avanço na história do Direito Penal por reduzir a amplitude da ação punitiva (Chiaverini, 2009). No código, continha diversas orientações, prescrições e penas em várias categorias (direito da família, defesa do patrimônio, lesões corporais, ordem trabalhista), as quais eram aplicadas sanções correspondentes às transgressões cometidas (Oliveira & Damas, 2016).

Mas é na Grécia Antiga, através de Platão que se obtém os primeiros contornos sobre a prisão, ao propor três tipos distintos de aprisionamento: custódia, correção e suplício. De acordo com o filósofo, a primeira prisão tinha o objetivo de guardar pessoas, prevenindo outros delitos; a segunda seria para aqueles criminosos recuperáveis e tinha o intuito de reformar e corrigir; e a terceira consistia no total isolamento do criminoso com

o resto da sociedade, geralmente utilizada para crimes graves (Chiaverini, 2009). Por suposto, o princípio de custódia, criado por Platão serviu de base para que o sistema de justiça adotasse as audiências de custódia, as quais buscam prevenir a prática de tortura ou qualquer tipo de coação ilegal contra a pessoa presa. Este resguardo ocorre a partir da garantia do direito que a pessoa custodiada tem acerca da avaliação sobre a legalidade da sua prisão, de maneira imediata à prisão em flagrante ou preventiva (Correia Júnior, 2020).

Por sua vez, a pena na Idade Média sofreu grande influência da Igreja Católica, surgindo então a Santa Inquisição, responsável pela Justiça Divina (Praxedes, 2019). A doutrina cristã via o encarceramento como um recurso espiritual do castigo, cujo o sofrimento e solidão eram elementos necessários para purificação dos pecados do homem. O transgressor deveria sujeitar-se à penitência que poderia aproximá-lo de Deus (Chiaverini, 2009). Não por acaso, o vocábulo “penitenciária” advindo do termo “penitência”, é usado até hoje para identificar o lugar onde se encontram os criminosos condenados.

Para a Igreja, a penitência era materializada a partir de orientações diversas contidas em livros penitenciais, cujo objetivo era propor ações para obtenção da absolvição dos pecados e reconciliação com Deus, dentre elas estão: passar um dia de jejum a pão e água, ler 50 Salmos recitados de joelhos ou 70 em pé, ou então fazer 200 genuflexões, ou ainda pagar taxas determinadas pela Igreja. Acrescidos a isso, segundo Bitencourt (2011), as noções de arrependimento, meditação, aceitação íntima da própria culpa associadas àqueles que transgridiam a lei são ideias que estão diretamente vinculadas ao direito canônico ou a conceitos provindos do Antigo e do Novo Testamento.

Não obstante, o que imperava nesse período ainda era o modelo punitivo, que visava intimidar as pessoas com aplicações de punições executadas, muitas vezes em praça pública, orquestradas pelo clero e autoridades locais (Oliveira & Damas, 2016). Fogueira, forca, guilhotina, torturas e mutilações ocorriam como grandes espetáculos a céu aberto.

Além de promover entretenimento, o suplício tinha função jurídica e política de reafirmação do poder, uma vez que “sua finalidade é menos de estabelecer um equilíbrio que de fazer funcionar, até um extremo, a dissimetria entre súdito que ousou violar a lei e o soberano todo-poderoso que faz valer sua força” (Foucault, 1999; p. 67). Nesse sentido, o foco da punição era claramente o corpo do condenado, assim como afirma o autor supracitado, “um suplício bem sucedido justifica a justiça, na medida em que publica a verdade do crime no próprio corpo do suplicado” (Foucault, 1999; p. 62). Assim, o objetivo central dos espetáculos de extrema violência era de mostrar ao povo que assistia às punições, a “força soberana” (Foucault, 1999; p. 55), de como seria o castigo de quem ousasse cometer crimes.

Somente no período da Renascença e posteriormente, com as ideias iluministas que se instalaram uma nova consciência acerca da forma pela qual eram aplicadas as penas aos infratores (Praxedes, 2019), que se iniciou, portanto, uma ampla reforma nas instituições prisionais, as quais foram gradativamente se aproximando das instituições atuais.

Nesse contexto, a obra de Cesar Beccaria, *Dei delitti e delle pene*, publicada em 1764, é citada pela literatura como uma das mais importantes no período da Idade Moderna, ganhando destaque por provocar mudanças revolucionárias no sistema penal vigente. Seu discurso mais humanista tinha como cerne combater as crueldades e abolir as selvagerias punitivas que assolava a Europa. Em sua perspectiva, somente as leis

elaboradas pelos representantes do povo poderiam determinar as penas de cada delito, não sendo possível, com base no contrato social, justificar a aplicação aos indivíduos penas que não estejam deliberadas na legislação (Praxedes, 2019).

De acordo com Beccaria (2011), as penas existentes até então baseavam-se numa espécie de vingança e retribuição pelos fatos ocorridos, sendo desproporcionais aos danos provocados pelos crimes. Assim, a pena para o criminoso deveria deixar a forma de punição e assumir a de sanção, esta teria a função de aplicar ou assegurar o cumprimento da lei (Oliveira & Damas, 2016). A influência da sua obra foi a principal responsável pela universalização da sanção penal e sua redução à pena de prisão, que até hoje é a base do sistema punitivo (Praxedes, 2019).

Dessa forma, são cessados os espetáculos de suplício e empregados castigos de reclusão, servidão, trabalhos forçados. Os objetivos da pena passavam a ser o de corrigir, reeducar e curar. Não obstante, para Foucault (2010), as reformas do direito penal neste período da história tinham por objetivo assegurar uma nova distribuição do poder de castigar. Mesmo com o tempo se passando, a punição dos corpos através da violência e outros martírios continuaram.

É somente no final do século XIX que começam a surgir as primeiras penitenciárias e estas ganham novos contornos, a partir de reflexões iniciais acerca dos direitos humanos das pessoas custodiadas pelo Estado. Na primeira metade do século XX, logo após a Segunda Guerra mundial, cria-se a Organização das Nações Unidas (ONU), a qual institui em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), como uma resposta às barbáries ocorridas durante o período da guerra (Oliveira & Damas, 2016). Seu princípio básico versa que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, sendo assim, o documento proíbe a prática da escravidão, servidão, tortura, castigos cruéis e todas as formas de discriminação e violência. A declaração

também afirma como diretos básicos, a segurança pessoal, a saúde, a presunção de inocência e o direito à justiça.

Nos anos seguintes, uma série de instrumentos legais também foram criados, com alcance mundial, dentre eles, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) criado em 1966, que em seu inciso I, do artigo 10, direciona orientações específicas para as pessoas presas, registrado da seguinte forma: “toda pessoa privada de liberdade deverá ser tratada com humanidade e respeito à dignidade inerente à pessoa humana”. Neste documento, o regime penitenciário teria como função reformar e reabilitar moralmente os prisioneiros. Por sua vez, em 1984, a Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio da resolução 39/46, aprovou o tratado internacional com a convenção Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, cujo objetivo era de tornar mais eficaz a luta contra a tortura em todo o mundo.

Recentemente, em 2015, após um processo de revisão, a ONU adotou a resolução 70/175, nomeada “Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Prisioneiros (Regras de Mandela)”. A referência ao líder político foi feita como uma homenagem ao apoio da África do Sul durante a revisão do documento, assim como pela importância da luta pela democracia e cultura de paz que a figura de Mandela representou. Este ficou 27 anos na prisão devido às perseguições políticas, sendo preso, condenado e torturado.

O documento especifica em sua primeira observação preliminar que não tem como objetivo detalhar um modelo de sistema prisional, mas sim “estabelecer o que geralmente se aceita como sendo bons princípios e práticas no tratamento dos reclusos e na gestão dos estabelecimentos prisionais” (ONU, 2015; p. 3). Dentre as questões apontadas estão: registros e separação dos presos por categorias (ex. faixa-etária e gênero); higiene pessoal; alimento; roupas e roupas de cama; serviços médicos para homens e mulheres presas, bem como para seus filhos que nascem nas prisões; restrições, disciplinas e sanções;

informações e direitos de reclamações dos reclusos; contatos com o mundo exterior; inspeções penitenciárias; religião; atividades laborais; educação e lazer; e assistência pós-prisional (ONU, 2015).

Nessa perspectiva, mesmo não possuindo caráter vinculativo legal, as formulações de diretrizes, declarações, regras, recomendações e convenções, adotadas por países em todo o mundo são consideradas um importante avanço no combate às injustiças e na proteção da vida humana. Considerados princípios amplamente aceitos internacionalmente e uma força no compromisso moral nas ações práticas dos Estados, estas medidas configuram a base para construção de políticas públicas, leis e condutas que abrangem a constante evolução do pensamento acerca das condições prisionais (ONU, 2015).

O encarceramento feminino

Historicamente, a figura da mulher no envolvimento com a criminalidade e nas discussões acerca do encarceramento foi sempre pouco expressiva, pois sua imagem dificilmente era associada a crimes, principalmente àqueles executados com maior violência (Starling, 2010). Em geral, elas eram vistas como inferiores, passivas e dóceis e sua função de reprodução e subserviência aos homens não era avaliada como potencial ameaça social. Suas ações consistiam, sobretudo, em gerir o poder privado familiar e materno (Perrot, 2017). Sendo assim, sua história é perpassada por marcadores de gênero, que estão relacionados às representações sociais e culturais sobre o que é ser mulher na sociedade, tipificada principalmente, em torno de explicações biologizantes e ideológicas (Faria, 2010; Gomes, 2020; Pizolotto, 2014).

Nesse ínterim, segundo Starling (2010), os registros do aprisionamento feminino surgiram com maior repercussão no período da Antiguidade e da Idade Média e estavam ligadas à bruxaria e a prostituição. Condutas essas que divergiam das concepções morais defendidas pela Igreja, principal instituição que dominava todo o extrato político, econômico e social da época. Seus dogmas religiosos pregavam que a mulher deveria ser um exemplo de castidade, se recolhendo e servindo à família e ao esposo (Pizolotto, 2014).

As mulheres consideradas “bruxas” eram pessoas que desenvolviam habilidades para fazerem partos, curandeirismos e cuidarem de doentes, aplicando seus conhecimentos ancestrais que eram transmitidos tradicionalmente por outras mulheres, de geração em geração. Essas ganhavam cada vez mais visibilidade, pois em muitos dos casos eram a única opção de tratamento em povoados pobres, desprovidos de assistência médica. (Starling, 2010). No entanto, diante da popularização dessas práticas e da ameaça ao ideal de sociedade pregado tanto pela Igreja como pelo Estado, estes decidiram adotar medidas rígidas, iniciando a “caça às bruxas”, existindo assim um significado não apenas religioso para essas ações, mas também político.

Neste período, as medidas utilizadas como punição eram as mais brutais, desde semanas de tormentos a suplícios e condenações de morte em fogueiras da Inquisição (Pizolotto, 2014). As mulheres eram forçadas, sob tortura, a confessarem crimes de magia, feitiçaria e histórias de satanismos, as quais ganhavam repercussões na sociedade, que usava esse pretexto para buscar culpados para as crises inexplicáveis (ex. mortes de recém-nascidos, pestes, escassez de chuvas) existentes neste período (Cordeiro, 2020).

Além dessas mulheres, dentre os acusados julgados e mortos, estavam crianças e jovens que possuíam algum grau de parentesco tidos como “herdeiros” de tal mal (Starling, 2010). Essas marcas históricas percorreram o tempo, influenciando estudos sobre a personalidade criminoso e sua hereditariedade, os quais associavam as mulheres

“fora dos padrões sociais” como mais propensas ao crime (Alves, 2017; Fortes & Fortes, 2016). Assim, ampliou a crença social de que a conduta transgressora dos pais poderia vir a ser transmitida aos filhos (Stella, 2009).

De igual modo, a prostituição era outra atividade historicamente associada à mulher criminosa, a qual, na instituição da doutrina cristã, foi fortemente combatida, sendo esta conduta associada à “tentação do demônio” e julgada como pecaminosa. Quem a praticava deveria pagar por seus atos e ser banida da vida em sociedade. Por sua vez, a pureza das jovens mulheres era uma das virtudes mais valorizadas pela Igreja e pela classe dominante, sendo o elemento necessário para a realização de casamentos.

Nesse período, as mulheres eram instruídas unicamente a serem donas do lar, boas esposas e mães, sendo sua formação voltada ao âmbito privado. Elas eram proibidas, por exemplo, de irem à escola e receberem educação formal, sendo reservado tal direito apenas aos homens. Diante da acusação dos pecados de ordem sexual, àquelas que tinham sua honra violada ou que sofriam estupros eram expulsas de suas casas ou isoladas em conventos, pois perdiam seu valor público, sem alternativa e sem qualificação formal, em muitos dos casos, para sobreviverem lhes restavam a prostituição. Tal atividade ganhou novos contornos diante da Revolução Industrial e das duas Grandes Guerras, pois, com as recessões, o número de mulheres que buscavam a prostituição como meio de sua subsistência e de seus filhos aumentou (Starling, 2010).

Por outro lado, nesse mesmo período, muitas mulheres que perderam seus maridos na Guerra precisaram ocupar funções de trabalho, antes destinadas aos homens, principalmente nas fábricas, deixando suas casas e assumindo outros papéis sociais, sendo atribuídas às mesmas a função de provedora não somente do lar, mas do sustento material dos filhos (Perrot, 2017). Assim, de forma progressiva, reverberando em ações ainda nos

dias atuais, as mulheres foram reivindicando melhores condições de vida, “igualdades dos direitos civis e políticos, e o acesso às profissões intelectuais” (Perrot, 2017; p. 191),

Foi então, após a década de 70, mais especificamente nos anos 90, que os índices de criminalidade feminina começaram a aumentar em todo o mundo, despertando maior atenção sobre as possíveis causas deste fenômeno. De acordo com Alves (2017), a maior participação das mulheres nos crimes estaria relacionada às questões socioeconômicas, bem como às histórias de trajetórias de vida marcadas pela discriminação, racismo e exclusão.

No contexto brasileiro, o aumento do índice de encarceramento feminino neste período se dá em virtude do tráfico de drogas, assim como aponta Buglione (2000), verificando que, em 1997, tal delito foi responsável por 34,2% das prisões, com um aumento de 2% em comparação a 1995. Nesse sentido, com o crescente aumento do número de prisões femininas, em 2019, o índice de aprisionamento desse público em decorrência do tráfico de drogas era de 50,94%, um aumento de mais de 16% quando comparados aos índices de 1997.

De acordo com Pizolotto (2014), por trás dessa realidade existe comumente a influência afetiva de uma figura masculina que pode ser representada pelo marido, namorado, pai, ou filho que forçam ou manipulam essas mulheres a auxiliá-los no mundo do crime. Segundo a autora, em consonância com Costa (2008), bem como Rezende & Osório (2020), o assujeitamento advindo das relações afetivas estabelecidas entre as mulheres e os homens traficantes se constitui em ações de subordinação e fidelidade que favorecem estas a passarem a traficar drogas. Obviamente, outros fatores estão relacionados à inserção das mulheres no tráfico, dentre eles a dependência financeira dos companheiros, por terem que sustentar seus filhos, a busca espontânea pela oportunidade de renda sem a exigência de qualificação profissional, pela lucratividade, pelo

preconceito por serem ex-presidiárias, pela influência de familiares e amigos e para poderem sustentar o próprio vício (Rezende & Osório, 2020; Souza & Caridade, 2020).

De acordo com o International Centre for Prison Studies (ICPS), instituição que reúne e fornece informações sobre os sistemas penitenciários em todo o mundo, aponta, em sua última edição, no ano de 2017, que o Brasil tinha a quarta maior população carcerária feminina do mundo, estando atrás apenas dos Estados Unidos, China e Rússia. Esta mesma organização reporta que neste período o número de mulheres presas aumentou particularmente em países como a Guatemala, El Salvador, Camboja, Indonésia e no Brasil, este último representou um aumento de 4,5 vezes a mais de prisões do que os dados obtidos no ano 2000 (Walmsley, 2017). Tal crescimento é justificado, principalmente, pela intensificação das prisões realizadas frente à aplicação da Lei Antidrogas de n.º 11.343 aprovada no ano de 2006.

De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) a população prisional feminina brasileira é formada majoritariamente por jovens com menos de 29 anos (47,33%), que possuem apenas o ensino fundamental incompleto (44,42%), solteiras (58,4%), de cor/etnia parda ou preta (63,55%) (Brasil, 2019; 2020). Acrescidos a isso, de acordo com a Divisão de Atenção às Mulheres e Grupos Específicos (DIAMGE), das 36.929 mulheres presas, cerca de 13.073 são mães (208 – grávidas; 44 – puérperas; 12.821 – mães de crianças até 12 anos) (Ministério da Justiça, 2020).

Diante desse cenário apresentado, evidencia-se que o aprisionamento feminino carrega consigo marcas culturais e históricas reforçadoras de relações desiguais de poder que incidem em desigualdades sociais e em ciclos de exclusão (Alves, 2017). Tal condição conduz ao reconhecimento da existência de implicações não somente para as

mulheres presas, mas também para sua família, seus filhos e, de forma ampla, para a sociedade.

Marcos legais regulatórios sobre a mulher em privação de liberdade e as questões referentes à maternidade

Na Lei de Execução Penal (LEP) nº 7.210, criada a partir do Código de Processo Penal em 1984, política principal que organiza o sistema prisional brasileiro, a palavra ‘mulher’ é mencionada inicialmente em sua Seção III, que contemplam às questões referentes à assistência à saúde das pessoas privadas de liberdade. Conforme o artigo 14, inciso III dessa seção é “assegurado acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido.” Ainda no documento, são estabelecidas regras quanto à assistência educacional, às progressões de penas, além dos prazos e recursos necessários para abrigar a mãe e seu filho no período em que este fique sob seus cuidados, no ambiente prisional.

Essas questões concernentes às condições mínimas de assistência às mães presas e seus filhos recém-nascidos foram formuladas, a partir da Lei 11.942 de 2009 que dá nova redação aos artigos 14, 83 e 89 contemplados na LEP. Até então não existia um mecanismo legal nacional que regulamentasse às questões referentes ao exercício da maternidade no ambiente prisional. Portanto, além da garantia da assistência médica no período pré e pós parto, a referida lei determina que os estabelecimentos penais femininos sejam “dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade”. Ademais, menciona que esses locais devem oferecer “seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar crianças

maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa”.

Não obstante, segundo dados do INFOPEN estima-se que 6,97% dos estabelecimentos prisionais do Brasil sejam destinados exclusivamente ao público feminino (Brasil, 2017). Em 2019, havia nesses espaços cerca de 13 creches, 55 berçários/Centros de Referência Materno Infantil, 70 celas específicas para gestantes, cerca de 5 equipes próprias de ginecologia e 7 próprias de pediatria, concentradas principalmente nas regiões Sul e Sudeste (Depen, 2020). Desse total, na região Nordeste, mais especificamente no estado da Paraíba, local em que foram realizados os estudos que compuseram esta tese, encontrou-se registrado o quantitativo de 3 berçários/Centros de Referência Materno Infantil e 3 celas específicas para atenderem toda a demanda de gestantes e puérperas privadas de liberdade do território.

Do ponto de vista da efetividade desses direitos, observa-se uma disparidade entre a legislação e o atendimento às demandas para este público, assim como identificado no estudo de Fernandes, Koike, Maciel e Duque-Arazola (2018), realizado em três unidades prisionais femininas no estado de Pernambuco. Foram identificadas situações de superlotação, berçários adaptados, cômodos desgastados, ausência de berços para os bebês e de espaços destinados para o banho de sol deles. Nesse mesmo direcionamento, Gomes (2020) aponta para violações de direitos relacionadas a falta de creches, berçários e dormitórios distribuídos proporcionalmente pelos estados federativos do Brasil, bem como para a precariedade dos locais que são reservados a essas mães e seus bebês.

No que concerne a elaboração de políticas públicas sociais e da saúde, destaca-se a instituição de dois marcos fundamentais, relativamente recentes, criados especificamente para as demandas do contexto prisional. O primeiro contemplado pela Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014, através da Política Nacional de

Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2014a).

A partir da PNAISP de 2014, é estabelecida a ampliação no atendimento em saúde do público-alvo que não foi contemplado no primeiro referencial legitimador de garantia de acesso à saúde para as pessoas encarceradas no Brasil, instituído pelo Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP) criado em 2003. Dentre o público, agora contemplado na PNAISP estão aqueles que se encontram sob custódia do Estado, em regime fechado, semiaberto, aberto ou cumprindo medida de segurança na modalidade de tratamento ambulatorial. Ademais, a referida política também inclui nas ações de promoção e prevenção dos agravos à saúde, trabalhadores dos serviços prisionais e familiares de pessoas privadas de liberdade (Lermen, Gil, Cúnico, & Jesus, 2015).

Por sua vez, o segundo marco referencial identificado está amparado pela Portaria Interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014, por meio da implementação da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE). Considerado um importante avanço, a PNAMPE foi a primeira política pública nacional a elaborar normas e procedimentos adequados às especificidades das mulheres no que tange às questões de gênero, idade, etnia, cor ou raça, sexualidade, orientação sexual, nacionalidade, escolaridade, religiosidade, deficiências física e mental, bem como, sobre a maternidade (Brasil, 2014b).

No contexto da atenção específica à maternidade e à criança intramuro, a PNAMPE tem como meta a observação: da proibição do uso de algemas em mulheres em trabalho de parto e parturientes; do desenvolvimento de ações de preparação da saída da criança do ambiente prisional e sensibilização dos responsáveis ou órgãos por seu acompanhamento social e familiar; do desenvolvimento de práticas que assegurem a efetivação do direito à convivência familiar; da disponibilização de dias de visita

especial, diferentes dos dias de visita social, para os filhos e dependentes, crianças e adolescentes, sem limites de quantidade, com definição das atividades e do papel da equipe multidisciplinar; do respeito à dignidade no ato de revista às pessoas que ingressam na unidade prisional, inclusive crianças e adolescentes (Brasil, 2014b).

Não obstante, ter normas e procedimentos específicos para as questões do encarceramento feminino, não significa efetivar tais ações, dessa forma, faz-se necessário a participação ativa do Estado e o acompanhamento e avaliação da sociedade na execução e manutenção dessas políticas públicas. Foi nesse sentido que o Ministério da Justiça em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), realizaram uma ampla avaliação acerca dos principais gargalos que impossibilitavam a materialização de direitos, formalmente garantidos as mulheres privadas de liberdade (Brasil, 2015).

Dentre os pontos elencados no estudo estavam a necessidade de sensibilização por parte do judiciário, na aplicação da lei de medidas cautelares, bem como para a efetivação das garantias legais no tangente ao exercício da maternidade na prisão. Outro ponto destacado foi a indicação de esforços e atenção das gestoras e idealizadoras de políticas prisionais para a população invisível, de filhos e filhas das mulheres presas, visto que, os direitos dessas crianças e adolescentes, quanto à alimentação, cuidados, assistência material e afetiva, deveriam ser resguardados (Brasil, 2015).

Nesse sentido, com a crescente atenção dada a essas questões, destaca-se a promulgação da Lei nº 13.257, em 8 de março de 2016, também conhecida como *Marco Legal da Primeira Infância* que permite a conversão da prisão preventiva em prisão domiciliar cautelar para mulheres gestantes, mães de crianças com até 12 anos ou responsáveis por pessoas portadoras de deficiência. Essa nova legislação alterou a redação do Artigo 318 do Código de Processo Penal (CPP), o qual, anteriormente

concedia o benefício da prisão domiciliar apenas para gestantes a partir do sétimo mês de gestação ou em casos de gravidez de risco (Brasil, 2016; Fernandes et al. 2018).

A aplicação desta lei foi reforçada dois anos depois por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), através da impetração do *Habeas Corpus* coletivo nº 143.641, em 20 de fevereiro de 2018. Nessa ocasião, o STF permitiu que a prisão preventiva de gestantes ou mães solteiras pudessem ser convertidas em prisão domiciliar. Não obstante, esta decisão não contemplava as mulheres que já tinham sua pena decretada referente ao crime cometido. Por conseguinte, visando estabelecer critérios mais objetivos ao CPP e na tentativa de dirimir quaisquer arbitrariedades que surgissem a partir dessa decisão judicial, foi promulgada a Lei 13.769, de 19 de dezembro de 2018. Criada para estabelecer a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência e para disciplinar o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade de condenadas na mesma situação.

Nesse sentido, a impetração do recurso feito pelo STF, bem como a referida lei em vigor, além de desafogar os sistemas penitenciários feminino veio garantir a proteção integral das crianças, permitindo que estas pudessem desenvolver-se na presença de suas mães, sendo uma das saídas para “o binarismo da escolha que leva a criança a viver na prisão ou longe da mãe” (Brasil, 2015; p. 79; Gomes, 2020).

A Teoria das Representações Sociais (TRS) foi escolhida como aporte teórico metodológico para viabilizar o acesso ao conhecimento acerca da vivência da maternidade de mães em privação de liberdade. O enfoque psicossociológico da teoria propiciou estudar os fenômenos em questão de forma dinâmica, através de um olhar multifacetado, conduzidos para a construção de um conhecimento prático, resultante das práxis sociais, compartilhados pelo grupo de pertença (Jodelet, 2016; Moscovici, 2012).

A TRS, proposta por Serge Moscovici, em 1961, surge como um contraponto da visão de Representação Coletiva (RC) de Durkheim, esta última considerava apenas aspectos sociológicos do pensamento organizado, tendo a função de reprodução social (Bôas, 2004). Desse modo, a RC exerce coerção sobre os indivíduos e os induzem a pensar e agir de uma maneira hegemônica, onde o coletivo sobrepõe o individual. Por outro lado, as Representações Sociais (RS) não prezam por uma tradição, mas por uma inovação, que orientaria e não determinaria o comportamento das pessoas (Coutinho, 2020; Nóbrega, 2001).

Ao trocar o adjetivo “coletivo” por “social”, Moscovici insere as representações como um conceito psicossocial, ou seja, as RS é uma construção do sujeito, enquanto sujeito social, o qual não somente é produto das determinações sociais, nem independente delas, mas por construções contextualizadas, decorrentes das condições em que surgem e circulam (Spink, 1993).

A obra clássica que inaugurou os estudos sobre a TRS, *La psychanalyses, son image et son publique*, escrita e divulgada por Serge Moscovici (1961) buscava compreender de maneira específica como uma teoria científica (teoria psicanalítica) era consumida, transformada e interpretada por parte dos diferentes grupos sociais (parisienses); e de maneira geral, como o homem construía a sua realidade cotidiana

(Martins, Carvalho, & Antunes-Rocha, 2014; Pérez, Kalampalikis, Lahlou, Jodelet & Apostolidis, 2014; Vala, 2013)

Ressalta-se que o autor aplicou seu estudo em um contexto onde os diálogos sobre a psicanálise eram disseminados abertamente e estavam introjetados nas vidas, pensamentos, condutas e costumes dos parisienses (Moscovici, 2012). Nesse sentido, diante da propagação do fenômeno, Moscovici pôde verificar a espessura social e relevância social que as RS possuíam enquanto objeto possível de ser estudado (Araújo, 2014).

Considerando este contexto, as RS podem ser definidas como:

Conjunto de conceitos, proposições e explicações criado na vida cotidiana no decurso da comunicação interindividual. São o equivalente, na nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem ainda ser vistas como a versão contemporânea do senso comum (Moscovici, 1981, p. 181).

Conforme aponta Jodelet, uma das grandes difusoras da teoria moscoviciano (2001), as RS são uma forma de saber prático que ligam o sujeito a um objeto. Esta corrobora as ideias iniciais de Moscovici quando o mesmo insere na relação sujeito-objeto, um olhar psicossocial e multifacetado. Dessa forma, ele propõe, a partir da Psicologia Social, um olhar ternário dos fatos e das relações, buscando substituir a relação binária entre sujeito-objeto, por uma tríade, entre sujeito individual (ego) – sujeito social (alter) – objeto. Onde o sujeito social intermediaria a relação entre o sujeito individual e o objeto (Wolter, 2011). Assim, as RS refletem a inter-relação entre os atores sociais, o fenômeno compreendido e o contexto que os rodeia (Sá, 1998).

Partindo de uma perspectiva psicossocial, pode-se dizer que ao se estudar a vivência da maternidade no contexto prisional faz-se necessário considerar os elementos

representacionais (saber prático) que compõem o repertório das mães privadas de liberdade, uma vez que estes emergem como elaborações de caráter expressivo frente à realidade social. Ademais, ao estudar a temática desta tese é pertinente compreender que essas mulheres trazem consigo uma história de vida, e agem em função de suas crenças, afetos, percepções e comportamentos. Assim como, conhecer o processo de organização do seu sistema de conhecimento do senso comum, ideias e valores é fundamental, pois estes possuem sentidos e significados que precisam ser acessados, uma vez que são construídos e compartilhados socialmente por seu grupo de pertença (Coutinho, 2017; Coutinho & Do Bú, 2017).

Sendo assim, por serem consideradas formas de conhecimento prático, as RS estão inseridas em correntes que estudam o conhecimento do senso comum (Spink, 1993). Por sua plasticidade e capacidade de adaptação, elas se constituem através de processos de absorção e transformação de outras formas de saber, incluindo o conhecimento científico (Jovchelovitch, 2011). Não obstante, a relação entre ciência e senso comum é via de mão dupla, onde o fluxo dos dois possibilita, por um lado, a popularização da ciência e por outro, processos de cientificização (Saraiva, 2010).

Conforme aponta Spink (1993), o objetivo de tornar o senso comum como forma válida de conhecimento foi, sobretudo, para “situá-lo como teia de significados capaz de criar efetivamente a realidade social” (p. 303), liberando assim, seu poder de criação dos conhecimentos práticos, antes aprisionados em contextos de reprodução e pelos processos de hierarquização dos saberes.

Para Jodelet (2001), as RS são importantes na vida cotidiana, pois elas “guiam o modo de nomear e definir conjuntamente, os diferentes aspectos da realidade diária”, ou seja, enquanto sistema de interpretação, elas passam a orientar e organizar as condutas e comunicações sociais. Para a autora, as RS são uma “forma de conhecimento, socialmente

elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”.

A autora ainda destaca cinco características fundamentais que expressam a multiplicidade de eixos de desenvolvimento e problemáticas que convergem para aspectos específicos dos fenômenos representacionais. São eles: a RS são sempre representações de alguma coisa ou alguém; têm sempre um caráter imagético e a propriedade de deixar intercambiáveis a sensação e a ideia, a percepção e o conceito; são simbólicas e interpretativas; construtivas e possuem caráter autônomo e criativo (Sêga, 2000).

Igualmente significativas são as funções das RS, as quais, segundo Abric (1998) desempenham quatro importantes papéis: de conhecimento, identitário, de orientação e justificador. A função de conhecimento permite compreender e explicar a realidade onde o funcionamento cognitivo e valores adquiridos devem estar em consonância para constituir um saber coletivo e comum (Morera et al, 2015). A função identitária define a identidade e permite a proteção da especificidade grupal. Quanto à função de orientação, as RS passam a guiar comportamentos e práticas sociais. Por fim, a função justificadora permite explicar comportamentos adotados face a outro grupo, justificando a diferenciação social (Chaves & Silva, 2011).

Dentro dessa perspectiva, as RS possuem um processo de elaboração cognitiva e simbólica que passa a orientar os comportamentos e, é a partir disso que a noção de representação é inovadora quando comparada a outros modelos psicológicos, já que através das RS é possível relacionar processos simbólicos e condutas (Morera et al., 2015). Em consonância, as RS participam de processos variados como a difusão e assimilação do conhecimento, no desenvolvimento individual e coletivo, na expressão grupal, nas transformações sociais. Ainda sobre o ponto de vista cognitivo, envolvem a

pertença social dos indivíduos com as implicações afetivas e normativas, com as interiorizações de experiências, práticas, modelos de condutas e pensamentos socialmente introjetados ou transmitidos pela comunicação social (Jodelet, 2001).

Este último elemento ganhou atenção especial de Moscovici, pois a comunicação social, enquanto objeto da Psicologia Social, contribui de forma primordial para a análise dos fenômenos cognitivos. Além disso, a comunicação tem um papel importante nas trocas e interações que possibilitam a criação do universo consensual (Jodelet, 2001). Este universo corresponde às atividades intelectuais da interação social cotidiana, pelas quais são produzidas as RS (Chaves & Silva, 2011).

Assim, a análise dos sistemas de comunicação torna-se um dos aspectos mais originais da obra de Moscovici, em razão de que “o emissor, antes mesmo de construir sua mensagem ou selecionar as informações que vai transmitir, leva sempre em análise a relação social e, portanto, a influência que ele vai exercer junto ao receptor” (Pérez et al., 2014). Dentre esses sistemas, o teórico classificou e analisou três formas de comunicação, através da: difusão (formação de opinião), a propagação (formação das atitudes) e a propaganda (estereótipos). Segundo Jodelet (2001) estes elementos compõem a investigação da comunicação, a partir das dimensões das representações, relativas à edificação da conduta.

A difusão tem o objetivo de informar e está ligada a formação de opinião, isto é, a transmissão da mensagem não é estruturada, pois contém informações e opiniões contraditórias e descontinuadas entre as mesmas e os atores sociais. A propagação dirige-se a um público específico que possui uma visão particular sobre o mundo em torno de uma crença a propagar. Assemelha-se ao conceito de atitudes, por manifestar uma condição afetiva a cada pessoa, que influencia a adoção de condutas quanto ao modo de agir frente a um objeto (Krüger, 2011). Por conseguinte, a propaganda tem intenção

persuasiva e visa incidir sobre o comportamento do receptor. A mensagem é dicotomizada entre o certo e o errado, alimentando assim, relações sociais conflituosas e polarizadas. Nelas, estão presentes condutas estereotipadas rígidas, que salientam a simplificação e redução do objeto representacional (Saraiva, 2010).

Por sua vez, a incidência da comunicação, analisada ao nível processual de formação das representações, envolve dois componentes, a *ancoragem* e a *objetivação* (Jodelet, 2001; Nóbrega, 2001). Estes dois elementos estão dialogicamente articulados e explicam a estruturação e o conteúdo da formação das RS. Para Moscovici (2003), “a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar” (p. 54), sendo a *ancoragem* o processo por meio do qual se integra o novo ou desconhecido numa rede de categorias previamente conhecidas (Álvaro & Garrido, 2006).

A “familiarização do estranho” (p.130) junto à ancoragem, assim como denominado por Sêga (2000), aciona mecanismos gerais (classificação, categorização, procedimentos de explicação), que asseguram a incorporação social e uma identidade ao que não estava identificado (Moscovici, 2012). Assim, o objeto ou acontecimento que até então não era familiar passa a ser integrado em sistemas de crenças particulares dos indivíduos. Nesse sentido, ao classificar e atribuir categorias à realidade, o sujeito estará essencialmente representando.

Por seu turno, a objetivação é uma operação estruturante da imagem, através do qual, ideias e noções abstratas, que são objeto da representação, materializam-se ganhando corpo, textura e significação (Morera, Padilha, Silva, & Sapag, 2015). Ou seja, a objetivação torna concreto o que é abstrato, transformando um esquema conceitual em imagem de uma coisa empiricamente identificável, palpável (Chaves & Silva, 2013). A mesma envolve três fases: a descontextualização, a qual existirá uma reorganização e seleção dos elementos da representação em função de critérios normativos e culturais; em

seguida há a formação de um núcleo figurativo, o qual reproduz uma estrutura a partir de elementos do núcleo conceitual; e a naturalização que transformam os elementos dos pensamentos em elementos da realidade (Rocha, 2014; Spink, 1993).

No caso da vivência da maternidade no sistema prisional, pode-se dizer que esta emerge em um cenário de intensas vulnerabilidades, culpabilização e sofrimento psíquico (Pinto, Coutinho, Cavalcanti, & Silva, 2020), por vezes desconhecido por parte das mães privadas de liberdade, em oposição ao imaginário de maternidade socialmente propagada como uma fase prazerosa, aonde é criado o vínculo afetivo entre mãe e filho. Dessa forma, ao nomear uma vivência até então desconhecida, através da dor psíquica, da fragilização dos vínculos que envolvem múltiplos sentimentos (dor, tristeza, angústia, saudade), desperta nessas mulheres um processo de elaboração da RS sobre a vivência da maternidade na prisão, traduzida numa linguagem consensual, compartilhada pelo grupo de pertença.

Tal processo permite que a novidade – a vivência da maternidade no cárcere – saia do anonimato e seja colocada em uma rede de sentidos e significados, a partir do universo consensual do grupo de mulheres que convivem no mesmo ambiente prisional. É nesse espaço social que serão compartilhadas as crenças, valores, opiniões, sentimentos, comportamentos e explicações acerca da experiência materna (Saraiva, 2007).

Reconhecer as RS da maternidade, elaboradas por mães em privação de liberdade, partindo de um conhecimento elaborado e compartilhado coletivamente, permite às mulheres apreendê-la inicialmente na concretude da sua subjetivação. Dessa maneira, é possível colocar em evidência as diferentes formas como essas representações são construídas, vivenciadas e compreendidas pelas participantes do estudo, possibilitando assim, que a produção desses conhecimentos venha compor um marco referencial explicativo e contribua para as futuras discussões acerca da temática (Coutinho, 2017).

Acrescido a isso, a TRS reúne um arcabouço teórico, metodológico e temático bastante abrangente, a qual revela-se como uma teoria pensante e em constante transformação, por isso essencialmente complexa, dialógica e dinâmica. Sua aplicabilidade metodológica caracteriza-se por uma grande pluralidade de recursos e técnicas de análises de dados, a saber: entrevistas em profundidade, questionários, técnicas projetivas, análise de conteúdo e discurso, análise de documentos, experimentos em laboratório etc. (Coutinho, 2020; Coutinho & Saraiva, 2011).

Com a popularização da aplicabilidade da TRS, constata-se a ampliação de métodos e técnicas cada vez mais sofisticadas para acompanhar as pesquisas nesse âmbito. Neste sentido, observa-se o desenvolvimento e aperfeiçoamento de múltiplos programas computacionais, adotados pelos pesquisadores para auxiliá-los nos estudos das RS, tais como: *Alceste* (Reinert, 1993), *IRAMUTEQ* (Lahlou, 2012), *Trideux* (Cibois, 1995), *Evoc* (Vergès, 2002). A criação desses softwares viabilizou a análise do fenômeno social, a partir de amostras maiores, dos estudos qualitativos que até então eram inacessíveis, isto possibilitou que as pesquisas em ciências sociais aumentassem exponencialmente (Coutinho, Nóbrega, & Araújo, 2011).

Para Coutinho (2011), a coexistência entre os métodos qualitativos e quantitativos na produção científica, considerando a vertente psicossociológica, no campo da Psicologia Social, contribui para a reunião de informações idiossincráticas a cada abordagem metodológica, evidenciando a integralidade dos resultados científicos. Seguindo este pensamento, adotou-se neste estudo, a abordagem multimétodo (Coutinho & Saraiva, 2011), que reúne recursos quanti e qualitativos para acessar a elaboração das RS acerca do objeto de pesquisa estudado. Através da aplicação da entrevista em profundidade, da técnica projetiva de associação livre de palavras e de um questionário sóciodemográfico, foi possível conhecer as participantes e acessar seus discursos e

conteúdos latentes que estruturam o universo semântico, específico das RS sobre a vivência da maternidade no cárcere.

Dessa maneira, a análise das RS das mães, neste contexto, fundamentou-se em seu conteúdo, contido em um dos seus suportes basilares: a linguagem. A apropriação da linguagem falada, enquanto discurso sobre a vivência da maternidade em privação de liberdade, insere o campo da RS na integralidade das expressões, imagens e valores, interpretados como uma área constituída de significações, saberes e informações (Arruda, 2002; Coutinho & Saraiva, 2008).

Nesta mesma direção, Sá (1998) e Saraiva (2007) sugerem que a TRS é adequada e significativa para o entendimento da dinâmica social dos atores sociais, pois é na relação com o outro que as representações são construídas. Por esta razão, torna-se relevante estudar as representações da maternidade para mães em privação de liberdade, pois este aporte teórico possibilita um conhecimento mais amplo e contextualizado sobre a temática. Portanto, contribui para o desenvolvimento de um saber espontâneo e plural, fornecendo conteúdos importantes para a produção de conhecimentos, planejamentos de projetos e políticas voltados para a atenção integral desta parcela da população.

PARTE II. ESTUDOS DA TESE**CAPÍTULO I. ARTIGO 1: MÃES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: REVISÃO
SISTEMÁTICA DA LITERATURA ACERCA DA MATERNIDADE**

MÃES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA ACERCA DA MATERNIDADE

Resumo: Este estudo objetivou realizar uma revisão da produção científica nacional sobre mães em privação de liberdade e sua condição materna. Foram selecionados 15 artigos publicados entre 2009 e 2019. Foram analisados os resumos, pela Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e a Análise de Similitude, através do Iramuteq. Os resultados indicaram maior número de produções sobre a temática, nos últimos cinco anos, concentrados na região Sul e Sudeste. A CHD produziu seis classes, as quais contemplaram: 1) Objetivos e aspectos metodológicos; 2) A vivência da maternidade na prisão e suas repercussões; 3) Relação mãe-filho e a expectativa da separação; 4) Perfil das participantes e características do estudo; 5) Objetivos acerca dos direitos das mulheres privadas de liberdade e; 6) Garantia de acesso à saúde como proteção ao exercício materno. A análise de Similitude revelou a tríade *mulher, maternidade e filho*, principais referências para desenvolver e reportar informações sobre a temática. Constatou-se que as produções nacionais possuem foco, principalmente, na saúde e na garantia/violação dos direitos, apontando os danos da separação para a relação mãe-filho e principalmente questões sobre amamentação, gestação e assistência pré-natal. Sugere-se a ampliação de estudos que articulem o exercício materno, vivenciado na prisão, com dimensões da vida dessas mulheres (social, materna, familiar, intrapessoal, prisional).

Palavras-chave: Mães; Maternidade; Privação de Liberdade; Revisão da literatura.

Introdução

Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN, realizado em dezembro de 2019, o encarceramento feminino no Brasil está aumentando. Em 2018, foram 36,4 mil mulheres e, em dezembro de 2019, aumentou para 37,2 mil mulheres (Brasil, 2020). Ademais, o Brasil tem uma das maiores populações carcerárias femininas do mundo, em sua maioria relacionadas ao tráfico de drogas (50,94%) (Brasil, 2020).

De acordo ainda com o levantamento, em 2019, as prisões brasileiras abrigavam 34.365 mulheres, representando cerca de 4,94% da população prisional total. Este quantitativo ainda é pouco significativo quando comparado à população masculina carcerária que tinha no mesmo ano, cerca de 711.080 homens presos, representando 95,06% da população total encarcerada (Brasil, 2020). Em tese, esta diferença que sempre existiu no quantitativo entre mulheres e homens presos, contribuiu para que, historicamente, a figura feminina ocupasse espaço insuficiente nas discussões acerca da criminalidade e encarceramento (Starling, 2010). Tal invisibilidade, nociva às mulheres, também foi reforçada pelos próprios sistemas, penitenciário e de justiça, por esses serem regidos fundamentalmente por um modelo patriarcal, em que a norma é construída e aplicada a partir das necessidades dos homens (Simões, 2013).

De acordo com Braga (2015) a partir do estudo realizado em seis Estados brasileiros mais a Argentina, nas unidades femininas pesquisadas foram encontradas maiores violações de direitos, nas esferas sexuais e reprodutivas, assim como na dificuldade de acesso à saúde especializada, especialmente a ginecologia. Segundo a Plataforma de Ação de Pequim (PAP), programa destinado ao empoderamento mundial das mulheres, os direitos sexuais incluiriam a liberdade de decisão sobre questões da sua

sexualidade sem que estas mulheres sejam coagidas, discriminadas ou que sofram violência. Por sua vez, os direitos reprodutivos estariam relacionados ao poder de decisão livre e responsável por este público, quanto ao número, espaçamento e a oportunidade de terem filhos, bem como, ao acesso às informações e os meios de assim o fazer, sem que também sofram qualquer tipo de violação (Petchesky, 1999).

Associado a isto, Simões (2013) afirma que para o grupo feminino é empregado um controle comportamental mais rígido do que àqueles aplicados nas prisões masculinas. De acordo com a autora, os comportamentos das mulheres presas são menos tolerados, pois as concepções disciplinares dos agentes penitenciários estariam relacionadas às ideologias e práticas sociais discriminatórias, ancoradas em explicações machistas sobre a mulher presa.

Outra questão apontada pela pesquisadora refere-se à precariedade das instalações das prisões femininas, pois seriam destinados menos recursos a estes locais, uma vez que o Estado não conseguiu acompanhar o crescimento vertiginoso do encarceramento feminino. Sendo assim, constata-se que a própria arquitetura das prisões, distribuição dos espaços, normas, regulamentos, discursos e manuais que explicam seu funcionamento, não levam em consideração as características específicas das mulheres e mães encarceradas (Simões, 2013). Estas especificidades estariam relacionadas desde a necessidade de possuírem banheiros adequados, terem acesso a materiais de higiene pessoal como absorventes, roupas íntimas, bem como acesso às informações sobre seus direitos, dentre eles os sexuais, reprodutivos e maternos.

Dessa maneira, o aprisionamento das mulheres merece especial atenção, pois, em geral, elas são de estratos sociais economicamente desfavorecidos, quase sempre agravados por históricos de violência familiar, abuso sexual, negligência e abandono, além de serem as principais responsáveis pelo sustento familiar (Alcantara, 2018; Flores

& Smeh, 2018). Acrescidos a isso, muitas das trajetórias de vidas dessas mulheres conduzem a ciclos de exclusão social, discriminação e marginalização, extensivos a seus filhos e parentes.

Nesse direcionamento, o encarceramento amplia a vulnerabilidade social desta população, dificultando o acesso aos serviços de saúde, pois esta é condicionada à autorização prévia e disponibilidade de recursos por parte administração penitenciária, bem como compromete o bem-estar físico e psicológico e o exercício da sua cidadania. Como consequência do isolamento, frequentemente ocorre rupturas dos vínculos afetivos e sociais das mulheres para com seus filhos, familiares e amigos (Leal, Ayres, Esteves-Pereira, Sánchez & Larouzé, 2016).

Diante deste cenário, no que tange às especificidades do encarceramento feminino, destaca-se o interesse por investigar a vivência da maternidade no ambiente prisional. Assim, conforme o ofício circular de nº63/2020 da Divisão de Atenção às Mulheres e Grupos Específicos (DIAMGE), do percentual de mulheres que estão presas, cerca de 13.073 são mães (208 – grávidas; 44 – puérperas; 12.821 – mães de crianças até 12 anos) (Ministério da Justiça, 2020). Diante desse quantitativo, a condição materna das mães em privação de liberdade conduz ao reconhecimento de que o aprisionamento feminino não pode ser considerado isoladamente, pois existirá implicações para sua família e seus dependentes e, de forma ampla, para a sociedade.

Do ponto de vista das políticas públicas sociais e da saúde específicas para esta população, foram criadas a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) registrada pela Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014; e a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e

Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE) presente na Portaria Interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014.

Estes dois marcos legais trouxeram uma nova perspectiva de saúde e de atenção da população prisional, sendo o momento histórico político, em que a sociedade se encontrava, favorável para a ampliação dos direitos da população privada de liberdade (Lermen, Gil, Cúnico, & Jesus, 2015), a partir da orientação da adoção de normas e procedimentos que fossem adequados às especificidades das mulheres, quanto às questões de gênero, idade, cor ou raça, sexualidade, escolaridade, maternidade, dentre outros aspectos relevantes (Brasil, 2014).

Quanto ao incentivo à produção científica, os dois planos nacionais em suas diretrizes contemplam a importância de pesquisas acadêmicas que auxiliem na geração de conhecimento e difusão de dados sobre aspectos relacionados à saúde das pessoas custodiadas, bem como à consolidação de informações penitenciárias sob a perspectiva de gênero (Brasil, 2014). Em consonância, está o pensamento de Ronchi (2017), quando a mesma afirma que “a prisão feminina deve ser estudada de forma apartada da prisão masculina, pois possui diversas peculiaridades inerentes à condição de ser mulher, sendo a principal delas a questão da maternidade” (p. 1). Especificamente sobre esta temática, Simões (2013) indica que as questões relacionadas às mães em privação de liberdade, bem como a condição em que se vivencia a maternidade exigem uma reflexão mais profunda devido aos impactos do encarceramento na vida dessas mulheres e de seus filhos (Simões, 2013).

Sendo assim, considerando tais apontamentos, comprova-se a importância que a temática em questão possui, bem como, sua espessura e relevância social. Como ponto de partida para uma maior compreensão sobre a temática em tela, o estudo em questão buscou realizar uma revisão sistemática da literatura sobre mães em privação de liberdade

e sua condição materna, com vistas a identificar qual o panorama de publicações nacionais sobre a temática.

Método

A presente revisão foi realizada com o objetivo de responder à seguinte pergunta: como o tema sobre mães em privação de liberdade e sua condição materna vem sendo abordado em artigos científicos? Para a execução da pesquisa, procedeu-se a uma investigação, por meio da identificação de artigos publicados, nas seguintes bases de dados: Scielo, Lilacs, MEDLINE/PubMed e IndexPsi.

Utilizou-se para a busca, os descritores: *Mães e Maternidade AND Privação de Liberdade, Prisão, Presídio e Encarceramento*. Os critérios de inclusão foram: estudos desenvolvidos entre os anos de 2009 e 2019 que exibissem seu conteúdo na íntegra, e tratassem sobre a temática no contexto brasileiro. Foram utilizados como critério de exclusão: estudos teóricos e de revisões, textos coincidentes, sem acesso completo ou indisponíveis, bem como artigos que não fizessem referência direta ao tema.

De acordo com o procedimento de busca observado na Figura 1 (p.85), foram localizados inicialmente 328 resultados (Medline/PUBMED = 37; Lilacs/IndexPsi = 107; SciELO = 184). Desse quantitativo, foram excluídos 190 por duplicidade. Em seguida, foram excluídos mais 120 por não atenderem aos critérios de inclusão ou não fazerem referência direta ao tema. Por fim, foram excluídos 3 manuscritos, por se tratarem de revisões, sendo selecionados, ao final, 15 artigos.

----- **Inserir Figura 1 aqui** -----

Em seguida, os artigos foram submetidos a uma análise mais detalhada, a qual foi dividida em duas etapas: 1ª) Procedeu-se com a síntese dos dados de cada artigo, por meio de uma análise descritiva, destacando autoria, ano de publicação, título, base de dados, área de conhecimento, periódico, região do país, delineamento e perfil dos participantes; 2ª) Em seguida, foi realizada a análise dos quinze resumos, dos artigos selecionados, por meio do Método Reinert, a partir da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e da Análise de Similitude (AS), processados pelo *software Iramuteq*.

As análises lexicais e textuais realizadas pelo *Iramuteq* foram utilizadas por proporcionar a identificação do contexto em que as palavras ocorrem, possibilitando as pesquisadoras a conhecerem melhor seu teor (Salviati, 2017). Esses procedimentos de análises podem ser utilizados também com a finalidade relacional, comparando produções diferentes em função de variáveis específicas que descrevem quem produziu o texto, sendo possível analisar textos, entrevistas, documentos, redações etc. (Camargo & Justo, 2013).

Ademais, usá-los torna-se pertinente, pois é possível criar categorias que consideram frequências das palavras, seu contexto, nível de relação entre elas e a mensuração pelo Qui-Quadrado e nível de significância, além de apresentarem materiais gráficos que facilitam a visualização do conteúdo analisado (Silva & Enumo, 2016). Considerando as características do programa computacional *Iramuteq*, acredita-se que ele pode ser utilizado na análise dos artigos selecionados, conferindo, assim, tratamento estatístico aos resumos científicos que venham abordar a temática das mães em privação de liberdade e sua condição materna.

Resultados

Primeira parte: síntese dos dados

Na primeira parte do estudo foi realizada a análise descritiva dos dados, por meio do seu detalhamento, esquematização e apresentação, através da Tabela 1 (em anexo no final deste artigo, p. 88). A partir da organização desta, foi possível observar o esquema de informações, com o detalhamento das seguintes categorias: a) título do artigo; b) autor/ano de publicação; c) base de dados/área de conhecimento; d) nome da revista; e) região/estado; f) delineamento; g) perfil dos participantes e; h) análise dos dados.

Assim, os resultados indicaram um maior número de produções sobre a temática, nos últimos cinco anos, com concentração de estudos desenvolvidos na região Sul e Sudeste do país (n=6). Houve predominância de pesquisas com delineamento qualitativo (n=11), através da aplicação de entrevistas semiestruturadas (n=7), em profundidade (n=3) e grupos focais (n=2). As áreas de conhecimento que produziram artigos científicos foram: Enfermagem (n=7); Psicologia Social (n=3); Saúde Coletiva (n=3); Saúde Pública (n=1); e Direito (n=1).

Quanto ao perfil das participantes, foi evidenciado, sobretudo, grupos de gestantes, mulheres em período puerperal que estavam com seus filhos na prisão, mães que tiveram seus filhos após ingressarem na prisão, mães que tinham filhos na fase da infância e adolescência e funcionárias do sistema penitenciário. Para o tratamento dos dados coletados, foram utilizados, principalmente, a análise de conteúdo (n=8), análise da CHD (n=2), processadas pelos *softwares Alceste* (n=1) e *Iramuteq* (n=1), e análises estatísticas com a utilização do *SPSS* (n=2) e suas versões.

Segunda parte da análise: tratamento qualitativo dos resumos

Os artigos da temática estudada passaram pelo tratamento de dados, a partir da adequação dos seus respectivos resumos que formaram um *corpus* textual, posteriormente processados pelo Iramuteq. Para sua formação, utilizou-se linhas de comando com a codificação de variáveis-descriptivas escolhidas pelas pesquisadoras à luz dos objetivos da pesquisa. Estas variáveis são importantes, pois além de identificar e categorizar os resumos, auxiliam também nas discussões acerca do material que foi reunido, sendo selecionadas: a área de conhecimento, região do país, delineamento da pesquisa e base de dados. Após o preenchimento de cada linha de comando, era acrescentado o resumo correspondente à descrição codificada.

Quando submetidos à análise lexical, por meio da Classificação Hierárquica Descendente, constituiu um *corpus* com 15 unidades de contexto iniciais (U.C.I), totalizando 2037 ocorrências, sendo 791 palavras distintas. Destaca-se ainda que a CHD obteve 58 unidades de contexto elementares (U.C.E) e reteve 79,31% do total destas, distribuídas em seis classes. Dessa forma, de acordo com a Figura 2 (p. 86), houve a primeira partição em dois eixos principais: o primeiro à esquerda, composto pelas classes 3 e 2, o segundo composto pelas quatro classes restantes, agrupadas por sua vez, em três blocos: um com a classe 6, outro com a classe 5 e outro com as classes 1 e 4. A seguir, são apresentadas as classes e suas principais características, seguindo a ordem de partição do corpus textual, que deve ser lido da esquerda para direita.

----- **Inserir Figura 2 aqui** -----

A Classe 3, denominada “*Relação mãe-filho e a expectativa da separação*”, obteve um percentual das UCEs que envolveu 14,43% do *corpus*, foi composta por palavras no intervalo de $X^2 = 2,64$ (*ambiente*) a $X^2 = 24,41$ (*permanência*). As variáveis-

características dos resumos que contribuíram para o surgimento desta classe foram: Saúde Pública, como principal área de atuação; indexação na base de dados *Lilacs* e; contexto de aplicação da pesquisa, na região Centro-Oeste do Brasil. Esta classe apresenta discussões acerca da expectativa da separação entre mãe-filho, bem como questões sobre o período de permanência da criança junto à mãe na prisão. A seguir, são apresentadas algumas UCEs que justificam a denominação da Classe 3,

Vivendo o cotidiano do apego e a expectativa da separação que reflete a possibilidade de ruptura da relação mãe e filho com a conclusão do período de permanência regulamentar da criança no ambiente prisional, reconhecendo que houve perdas... por exemplo, ambiente apropriado a permanência de mãe e filho dentre outros relevantes... são marcadas pelo sofrimento ocasionado pelo medo da separação... é permeada por sofrimento e limitações, no entanto, a permanência da criança gera consolo em meio à angústia... é mister implantar ações intersetoriais que favoreçam a relação mãe-filho no contexto do aprisionamento... a necessidade de profissionais de saúde preparados para atenderem a díade de forma humanizada bem como garantia de direitos.

A classe 2, designada “*A vivência da maternidade na prisão e suas repercussões*”, contabilizou 19,6% do percentual das UCEs que compuseram o *corpus*, reuniu palavras no intervalo de $X^2 = 2,58$ (*sofrimento*) a $X^2 = 13,02$ (*além*), sendo relevante frente aos estudos a utilização do delineamento qualitativo. Nesta classe, são apontadas algumas implicações que a maternidade no cárcere ocasiona para os envolvidos, esta foi objetivada por vocábulos como *dificuldade* e *sofrimento*, a seguir são apresentadas algumas UCEs que justificam a denominação desta classe:

Demonstraram sentimento de culpa e dor devido à privação de vivenciar a maternidade e a amamentação, além de medo de perder a guarda do filho... passa

a ser experimentada por elas com sofrimento e frustração em virtude da separação e da impossibilidade de acompanhar o crescimento dos filhos... dificuldades cotidianas de exercerem as práticas maternas ou acompanhar o desenvolvimento da criança... o cotidiano das prisões implica na quase ausência de visitas ou de contato com os filhos... buscando a remissão pela maternidade na qual a amamentação se insere como elemento de promoção de vínculo entre mãe e filho e no bem estar materno, mas está inserida em um contexto de conflitos e perdas sociais... expondo-as e a seus filhos a sofrimentos psíquicos e morais.

No segundo eixo, na classe 1, que agrupou os “*Objetivos e aspectos metodológicos*”, sem associação a nenhuma variável fixa específica, representou 13% das UCEs, e conteve palavras no intervalo de $X^2 = 3,64$ (*maternidade*) a $X^2 = 29,21$ (*compreender*). Esta classe apresentou o verbo de ação *compreender* como principal formador dos objetivos dos estudos desenvolvidos, bem como elementos que compuseram o método, como: tipo de estudo, delineamento e contextos das pesquisas, objetivados pelas palavras: *qualitativo, desenvolvido, Estado, mulher, prisão, vivenciar, maternidade, pesquisa, estudo*. A seguir, são apresentadas algumas UCEs representativas dessa classe:

Problematizar o exercício da maternidade na prisão... compreender o exercício da maternidade para presidiárias... compreender a vivência das mulheres frente à gestação, maternidade e assistência pré-natal... compreender os significados da experiência de amamentar... estudo exploratório-descritivo com abordagem qualitativa... pesquisa de caráter qualitativo desenvolvido por meio de entrevistas... pesquisa exploratória e transversal com delineamento qualitativo... reclusas no sistema penitenciário do Estado da Paraíba... abrigadas em colônias penais do Estado de Pernambuco.

A classe 4, “*Perfil das participantes e características do estudo*”, foi composta por 15,2% das UCEs, apresentando palavras no intervalo de $X^2 = 2,67$ (*cuidado*) a $X^2 = 18,25$ (*mães*). As variáveis-atributos que mais contribuíram para a formação desta classe foram: Psicologia Social e Saúde Coletiva como principais áreas de atuação; e as bases de dados SiELO, Lilacs e IndexPsi. Esta classe abrangeu vocábulos como: *mães, identificar, período, estudo, analisar, pena, filho, cuidado*. Trata-se da descrição do público-alvo e dos pontos que fundamentam e situam os estudos representativos desta classe:

Mulheres gestante e mães com filhos nas prisões... o presente estudo relata histórias de vida de mães que cumprem pena em regime fechado... nesse período, as mães deixam de exercer os cuidados necessários sob os filhos, ocorrendo o rompimento das funções maternas... identificando controvérsias no plano dos valores e das relações de poder... se encontravam amamentando no período da pesquisa... a importância da percepção sobre a maternidade de cuidar dos filhos serviu de motivação para o cumprimento da pena e superação dos limites impostos pelo sistema carcerário... práticas de controle de si que as mulheres mães realizam em função do cuidado e proteção dos filhos vulnerabilizam concretamente essas mulheres.

A classe 5, nomeada “*Objetivos acerca dos direitos das mulheres privadas de liberdade*”, representou 19,6% do *corpus*, reuniu palavras no intervalo de $X^2 = 2,58$ (*relação*) a $X^2 = 18,01$ (*situação*). As variáveis-atributos que mais contribuíram para esta classe foram: indexação dos estudos nas bases de dados SiELO, Medline/PUBMED e Lilacs; aplicação das pesquisas em mais de uma região do país; e utilização de delineamento misto. As palavras mais representativas da classe foram: *situação, direito,*

mulher, apontando o foco dos estudos para as discussões sobre violações e garantias dos direitos, sobretudo maternos das mulheres em privação:

Discutir violações e desafios à efetivação dos direitos reprodutivos das mulheres em situação de privação de liberdade... identificar necessidades e entraves para o exercício dos direitos maternos de mulheres em situação de prisão... estas e outras mulheres em situação semelhante tenham minimamente seus direitos assegurados... considera-se o recurso aos direitos como estratégico nas lutas pelas transformação desta situação... estratégias, problemáticas e consequências que envolvem a defesa de direito das mulheres e a luta do movimento feminista em relação ao sistema de justiça criminal.

Por fim, a classe 6, “*Garantia de acesso à saúde como proteção do exercício materno*”, obteve 17,4% das UCEs, reunindo palavras no intervalo $X^2 = 3,24$ (*parto*) a $X^2 = 26,83$ (*saúde*). As variáveis-atributos que mais contribuíram para esta classe foram: Enfermagem como área de atuação; bases de dados Medline/PUBMED e Lilacs; delineamento quantitativo e; contexto de aplicação de pesquisa nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Foram representativas dessas classes palavras como: *saúde*, *população*, *pré-natal*, *assistência*, *nutrizes*, *ambiente carcerário* e *parto*. As UCEs que justificam a nomeação desta classe foram:

Retratam situações de vulnerabilidade a saúde e violações de direitos dessas mulheres exigindo mudanças que respondam às demandas de saúde desse público-alvo... faz-se necessário melhorar a atenção e cuidado por parte dos profissionais de saúde e gestores na garantia de direito dessa população... aponta para a relevância da investigação de questões que envolvam a saúde da mulher durante o pré-natal nesse ambiente... no que se refere ao atendimento humanizado e de

qualidade no pré-natal, parto e puerpério ainda não é uma realidade... a assistência à saúde e cuidados gerais prestados a ela...

Análise de similitude

A Análise de Similitude (AS) ou de semelhança, por sua vez, possibilitou localizar as coocorrências existentes entre as palavras dos resumos selecionados, indicando suas conexidades (Ratinaud & Marchand, 2012). De acordo com a Figura 3 (p. 87), é possível observar a tríade *mulher*, *maternidade* e *filho*, indicando a forte relação que esses termos possuem para a compreensão e desenvolvimento geral da temática, no contexto prisional. No espaço gráfico, é possível verificar também os termos *estudo*, na parte inferior à esquerda, seguido da palavra *como*, que interliga os termos centrais *mulher* e *maternidade*, e na extremidade direita o termo *dado*, esses elementos representam a relação entre o objeto de estudo e seu delineamento, sendo perpassado em todas as esferas, por aspectos metodológicos.

----- **Inserir Figura 3 aqui** -----

Assim, pela AS, evidencia-se uma sequência, quanto a linha de pensamento para a formulação das pesquisas, sendo perpassados em todos os núcleos e ramificações do gráfico, elementos que caracterizam a metodologia, objetivos e perfis que compuseram os estudos nacionais selecionados para esta revisão.

Inicialmente, no espaço do gráfico abaixo à esquerda, observa-se a origem da extensão da ramificação, centralizada pela palavra *estudo*, que se relacionou com a palavra *brasil*, país aonde foram localizadas as pesquisas que fizeram parte desta revisão,

distribuídas pelos *estados* brasileiros. Ainda na mesma ramificação, é possível observar outras palavras-características deste núcleo de sentidos, que indicaram verbos de ação (*identificar* e *analisar*) mais frequentemente usados para formulação dos objetivos dos estudos, bem como características do seu delineamento (*período*, *trata-se* e *qualitativo*).

Em seguida, na segunda ramificação, surge a palavra central, *mulher*, evidenciando o público-alvo das pesquisas sobre a temática em questão, no contexto prisional. O vocábulo foi associado à *pesquisa*, caracterizada por verbos de ação (*compreender* e *realizar*) que expressam *objetivos* em que estão presentes palavras como, *prisão*, *gestante*, *parto*, *exercício*, *direito*, *situação* e *relação*, indicando assim, os contextos mais frequentes a que se referiram as pesquisas.

No mesmo espaço gráfico, acima, encontram-se os vocábulos, *como*, *mais* e *necessidade* que conectam às ramificações da parte inferior à superior e expressam a demanda da realização dos estudos. Na sequência, a palavra *maternidade* foi associada a *vivência* no *contexto* do *cárcere*. A técnica utilizada com mais frequência para compreender esta vivência foi a *entrevista semiestruturada*. Ainda neste núcleo, é possível localizar uma ramificação mais distanciada, que evidencia a sequência dos termos: *saúde*, *assistência* e *pré-natal*.

Na última ramificação, a palavra central, *filho*, foi associada à palavra *vida*, *mãe*, *cuidado*, *ambiente*, *separação*, *sofrimento*, *permanência*, *criança*. Estes foram também associados com *coleta de dado* que utiliza para seu tratamento, a *análise de conteúdo*.

Discussão

Diante dos resultados encontrados, evidencia-se que a produção científica nacional sobre a temática da maternidade e da condição materna no sistema prisional, é

relativamente recente. Observou-se que, apesar de o recorte da pesquisa ter sido realizado entre 2009 e 2019, foram localizadas as primeiras publicações, datadas somente a partir de 2015. Um desses estudos, de autoria de Braga (2015), discutiu a temática da maternidade a partir da ótica do Direito e o outro, de autoria de Oliveira, Miranda e Costa (2015), sob a ótica da Enfermagem.

No ano seguinte, foi encontrado o artigo de autoria de Soares, Cenci e Oliveira (2016), publicados sob a perspectiva da Psicologia Social, no total de quinze artigos, três deles abordaram a temática, a partir da referida área de conhecimento. Este cenário de recentes produções científicas coaduna-se tanto por conta do aumento do encarceramento feminino e suas repercussões psicossociais, observado nos últimos dez anos, bem como pelo marco legal de 2014, com a criação das políticas públicas nacionais através dos PNAISP e PNAME (Brasil, 2020; Lermen, Gil, Cúnico, & Jesus, 2015).

Identificou-se ainda, a multidisciplinaridade da temática, a qual reuniu uma diversidade de áreas de conhecimento tais como: Saúde Pública, Saúde Coletiva, Psicologia Social, Enfermagem e Direito. Esta pluralidade de saberes pode ser benéfica para o desenvolvimento de diálogos e políticas públicas que abranjam a complexidade que a maternidade no cárcere representa. Outro ponto observado foi a predominância de pesquisas com abordagem qualitativa que utilizaram a análise de conteúdo como principal técnica para compreender o tema da maternidade e reportar seus dados.

Neste ponto, é comum observar diferentes áreas de conhecimento, principalmente pesquisas nas áreas das Ciências Sociais e da Saúde que utilizam a referida análise, no intuito de compreender a dinâmica das realidades sociais que compõem um objeto de pesquisa abrangente e multifacetado, assim como se revela o tema deste estudo (Coutinho, 2011). A partir da análise de conteúdo, é possível produzir inferências,

organizar e identificar de forma objetiva conteúdos mencionados a respeito de um determinado construto.

Apesar do maior quantitativo de estudos estarem reunidos na região Sul e Sudeste, observou-se que as produções sobre a temática contemplaram todas as regiões do Brasil. Nota-se que na região Sudeste existe o maior número de mulheres privadas de liberdade, assim como, mais presídios femininos, o que favorece o interesse acadêmico, acesso e a aplicação de pesquisas com este público (Brasil, 2020). Não obstante, torna-se relevante, o fato de todas as regiões do país serem contempladas com estudos, pois a partir do acesso a esses dados é possível se obter um panorama sobre a realidade das mães em privação de liberdade. Nesse contexto, destaca-se o rastreio de estudos realizados na região Nordeste, mais especificamente, o único encontrado no Estado da Paraíba de autoria de Oliveira, Miranda e Costa (2015) que contemplou a temática sob o olhar da enfermagem, reforçando assim a necessidade de se conhecer a realidade local sob a perspectiva também de outras áreas de conhecimento, dentre elas a Psicologia Social, evidenciando, portanto, a pertinência do desenvolvimento dos estudos que compuseram este trabalho de tese.

Na segunda parte dos resultados, na análise qualitativa dos dados, foi possível identificar, através da composição da CHD, seis classes lexicográficas que reuniram os principais conteúdos reportados pelos pesquisadores, nos quinze artigos selecionados para esta revisão sistemática. Assim, constatou-se que as produções nacionais tinham como foco principal relacionar o tema da maternidade e da condição materna, com questões relacionadas à saúde e garantia/violação dos direitos, das mulheres privadas de liberdade. As pesquisas também apontaram reflexões acerca dos danos da separação para a relação mãe-filho e questões sobre acesso à serviços de pré-natal, gestação, parto e amamentação.

Observando as proximidades de conteúdos entre as classes que compuseram a CHD, verifica-se que a 2 e 3 trazem à tona questões que abrangem às vulnerabilidades que a vivência da maternidade, no ambiente prisional, representa. Conforme indicado na pesquisa de Matão, Miranda, Malaquias e Souza (2016), existem dois eixos importantes a serem considerados, ao investigar a maternidade nas prisões. O primeiro envolve violações do ponto de vista da precariedade da estrutura física e da inexistência de suporte profissional adequado nos cuidados com a saúde da mãe e bebê. No segundo, evidencia-se a importância da criação do vínculo afetivo materno, não obstante abalados pela inevitável separação entre mãe e filho, prevista em lei, quando se completa o período mínimo de seis meses de amamentação.

Em consonância, nos estudos de Santana, Oliveira e Bispo (2016), a falta de estrutura é um dos pontos relevantes que interferem diretamente na qualidade da assistência à saúde da mãe encarcerada desde o pré-natal, associadas também ao ambiente hostil e insalubre que aumentam os riscos de adoecimento. Para Fochi, Higa, Camisão, Turato e Lopes (2017), as mães gestantes que estão nas prisões buscam estratégias para se auto proteger diante da desassistência e violência intramuros. Uma dessas estratégias seria o recurso emocional do isolamento, que gera desamparo e solidão. Essas consequências, nutridas pelo aprisionamento, constituem importantes preditores para resultados perinatais ruins, acarretando em prejuízos para a saúde das mães privadas de liberdade (Sullivan & Walker, Hilder, Levy, 2014).

Além desses fatores, o sofrimento psíquico é citado de forma recorrente pelos estudos que compuseram esta revisão. Eles revelam relatos de mães encarceradas que sofreram abalos emocionais profundos, sendo necessário o uso de medicamentos para depressão e ansiedade, e que frequentemente caracterizavam a maternidade como uma fase dolorosa, perpassadas por sentimento de perda e impotência (Matos, Silva

Nascimento, 2019; Soares, Cenci, & Oliveira, 2016). Todo esse panorama acarreta na fragilização emocional dessas mulheres, resultando no surgimento de distúrbios de comportamento, transtornos psiquiátricos e dificuldades em retomar a vida em sociedade (Santos, Linhares, Morais, Guedes, & Guimarães, 2018; Varella, 2017). Nesse contexto, Flores e Smeh (2018) acrescentam que a pena de privação de liberdade não age apenas sobre a mãe presa, mas tem impactos nocivos sobre sua família e filhos.

Neste ponto, o estudo de Batista (2017) evidencia a escassez de contato entre presas e familiares e seu gradativo abandono, bem como a impossibilidade de acompanhar diariamente as fases de desenvolvimento dos filhos que ao passar dos anos, não as reconhecem mais como mães. Em sua maioria, os filhos das mulheres presas são criados por parentes, quase sempre pelas avós materna e paterna. Na impossibilidade e na não localização de pessoas da família que possam se responsabilizar pelos cuidados dessas crianças, elas são encaminhadas para abrigos (Monastero, 2017; Stella & Sequeira, 2015)

Sobre este assunto, Stella (2009) citada no estudo de Flores e Smeh (2018), traz à tona questões sobre a fragilização na estrutura familiar e a possibilidade de o filho desamparado estar mais suscetível à carreira no crime. Para a autora, o aprisionamento amplia a crença social de que a conduta transgressora dos pais possa vir a ser transmitida pelos filhos. Não por acaso, encontra-se nos estudos relatos de mães que se preocupam a respeito de seus filhos não repetirem seus erros e venham a ser presos (Ormeno, Santini, & Williams, 2017; Soares, Cenci, & Oliveira, 2016).

As classes 1, 4 e 5 reuniram grande parte dos conteúdos metodológicos das pesquisas que compuseram o estudo, destacando os contextos das pesquisas, público alvo, e discussões acerca das violações e garantias de direitos ao exercício da maternidade, dentro das prisões. Todas as pesquisas foram realizadas em espaços prisionais, tais como:

colônias penais, creches, unidades materno-infantis, berçários e salas cedidas pela administração penitenciária.

Quanto a este fato, foi recorrente por parte dos pesquisadores, relatos sobre a dificuldade de coleta de informações nesses espaços, tendo em vista o constante monitoramento por parte das agentes penitenciárias. Estas constantes supervisões intimidavam as mulheres, fazendo quem elas não falassem sobre suas reais condições no cárcere (Leal et al., 2016; Matão et al., 2016; Matos et al., 2019; Oliveira, Miranda, & Costa, 2015). Outro ponto referido foi quanto ao processo burocrático para adentrar aos muros desses locais, uma vez que, os protocolos de segurança abarcam uma série de critérios legais e instâncias (Mariano & Silva, 2018; Matos et al., 2019).

Quanto ao público pesquisado, este abrangeu desde funcionárias das instituições penitenciárias até pessoas do sistema de justiça, mães gestantes, puérperas, com filhos nas prisões ou nascidos nelas, além de mães com filhos na fase da infância e adolescência. A diversidade de mulheres que vivenciam a maternidade no cárcere, assim como dos demais sujeitos envolvidos, revela a complexidade e abrangência da temática neste contexto. Isso implica em pensar o exercício materno, assim como reportado por Diuana, Ventura Simas, Larouzé e Correa (2016), considerando cenários fortemente hierarquizados que impõem barreiras à relação social dessas mães com o mundo interno e externo. Daí a importância de dar visibilidade e identificar os discursos e práticas dessas mulheres e dos diferentes atores sociais envolvidos nessas relações, no intuito de compreender e discutir as dinâmicas associadas ao exercício materno no contexto prisional.

Nesse sentido, ressalta-se que o fenômeno em questão contempla a maternidade no seu sentido plural, circunscrevendo a ela diferentes facetas, tal e qual como mencionada por Diuana, Corrêa e Ventura (2017), ao descreverem três categorias

analíticas em seu estudo, são elas: a maternidade interrompida, a maternidade desautorizada e a maternidade exclusiva. Nelas são descritas formas de viver essa condição levando em consideração: (1) técnicas modeladoras dos comportamentos maternos tais como: atribuições de castigo envolvendo o risco de separação dos filhos de forma antecipada, onipresente nas falas das mães, assim como a demora no julgamento para essa separação que submetem às mães, a desenvolverem padrões imaginários da “boa maternidade”, como forma de provocar algum compadecimento por parte do Juiz e, assim, evitar do filho ser levado; (2) o constante supervisionamento das funcionárias, gerando interferências e julgamentos no modo como as mães cuidam das crianças; (3) e a ausência do apoio socioafetivo e institucionais encontrados geralmente extramuros, levando às mães a responderem sozinhas pela segurança, saúde e vida dos filhos com elas encarcerados.

Nesse direcionamento, Braga (2015), ao inserir a perspectiva de gênero em suas análises, direciona os olhares sobre às necessidades e entraves para o exercício dos direitos maternos das mulheres privadas de liberdade. Coloca-se em pauta reflexões acerca do papel social de mãe e criminosa nas práticas e discursos do sistema de justiça. Neste caso, a representação de criminosa, se sobrepõe, reduzindo à “subjetividade da mulher presa ao seu crime e o interrogatório seu único momento de fala, uma fala pautada, engasgada” (p. 529). Para a autora, quando o sistema de justiça classifica essa mulher como “criminosa”, as colocam numa posição deslegitimadora que impedem muitas possibilidades de exercício da maternidade. Ao mesmo tempo, nota-se uma lacuna histórica quanto à efetivação de políticas públicas específicas para as mulheres nas prisões, refletida ainda hoje na precarização das gestações, partos e maternidade. Esta realidade amplia a invisibilidade também das crianças que estão com suas mães na prisão, ou que passaram pelo processo de institucionalização junto delas.

Os aspectos específicos sobre a saúde das mulheres foram reunidos na classe 6, com foco na necessidade da garantia de acesso aos serviços de atenção e cuidados maternos, como retratado por Santos et al. (2018), ao apresentarem índices relevantes de mulheres no puerpério durante o período em que sua pesquisa foi aplicada. Nela, foi identificada a presença ineficaz da amamentação (33,3%), ansiedade (50%), e comportamentos de saúde propensos a risco (94,4%). Destacou-se também a importância do apoio e presença de profissionais de saúde na promoção de informações que auxiliem essas mulheres a absorverem conhecimentos, desenvolverem habilidades e autoconhecimento úteis para processos decisórios mais efetivos acerca da sua saúde.

Em consonância, Santana et al. (2016) debatem sobre a supervalorização de atividades mais técnicas e hierarquizadas no atendimento ao público encarcerado, em contraponto, ao atendimento humanizado previsto nas ações de assistência à saúde para o público em geral. Neste aspecto, Diuana et al. (2016), também expõe a dificuldade à assistência à saúde infantil que, segundo os autores, se constitui uma das maiores fontes de insatisfação e tensionamentos entre as mães e a administração penitenciária. Dessa forma, nota-se que a problemática da saúde das pessoas encarceradas é uma questão de saúde pública tendo em vista que esta é constantemente negligenciada (Araújo et al., 2020).

Por fim, um panorama geral também foi possível de ser visualizado a partir da Análise de Similitude (AS), a qual reuniu as palavras mais frequentes e suas conexidades com outros conteúdos geradores de sentido. Assim, através da AS foi possível identificar três eixos centrais, no conjunto de estudos analisados por esta revisão sistemática, evidenciados pelas palavras *mulher*, *maternidade* e *filho*. De acordo com Mendes, Zangão, Gemito e Serra (2016), apesar de ser uma análise lexical mais simples, o emaranhado de palavras organizadas ao redor de alguns núcleos de sentido, possibilitam

a rápida identificação das palavras-chaves do corpus textual que foi processado. Esta função foi pertinente, pois viabilizou a compreensão geral do desenvolvimento dos estudos e trajetórias metodológicas utilizadas nas produções científicas nacionais acerca da temática em questão.

Considerações Finais

Diante da amplitude de informações, os indicativos deste artigo apontam que a maternidade no cárcere é uma temática abrangente e a produção científica sobre este contexto é recente. As mães privadas de liberdade, público-alvo das discussões dos estudos, apresentam condições maternas tensionadas devido às constantes violações dos seus direitos.

Os estudos retratam que essas mulheres sofrem violações em diferentes instâncias, por parte do sistema de justiça, pelas instituições penitenciárias e por seus pares. A presença do sofrimento psíquico, da precariedade da estrutura física, e da dificuldade de acesso à saúde são relatados de forma recorrente. Esses fatores estão associados diretamente ao aprisionamento e, são agravados pela condição materna dessas mulheres, que contribuem para o adoecimento desta população.

Nesse sentido, as produções científicas nacionais descrevem a vivência da maternidade e da condição materna nas prisões, como um período de intensa vulnerabilidade para as mulheres e seus filhos. Àquelas que gestam e geram seus bebês, ainda no cárcere, precisam conviver com a iminência da separação do filho e com a constante supervisão e julgamento sobre sua forma de exercer seu papel de mãe. Suas solicitações de apoio e cuidado em saúde para mãe e filho são cotidianamente negadas. Sendo assim, as mães vivenciam esta fase de forma solitária e, por vezes, desamparadas.

Revela-se, portanto, que sua condição de mulher, mãe e presa reforçam formas de condutas, baseadas no preconceito, discriminação e exclusão, as quais, estas mulheres são condenadas a carregarem por toda sua trajetória de vida. As marcas da desigualdade de gênero estão imbricadas antes mesmo da sua prisão e seladas de forma permanente enquanto mães privadas de liberdade. Tais condutas discriminatórias institucionalizadas são formas de puni-las, não somente pelo crime que cometeram, mas por desviarem seus papéis sociais e morais de mães.

Frente ao exposto, entende-se que esse estudo aponta para a urgência na implantação de ações que contemplem os apontamentos encontrados, por meio de medidas de capacitação profissional, bem como, da prevenção e promoção da saúde de mães e filhos, acolhimento e acompanhamento das crianças e adolescentes com mães em cumprimento de pena. Defende-se também a necessidade de maior propagação de conteúdos e recursos que aproximam a temática na formação e prática acadêmica, através de cursos de capacitação e imersão, oficinas, e disciplinas que preparem futuros profissionais para atuarem frente às demandas das instituições prisionais femininas compreendendo suas especificidades.

Como limitação deste estudo de revisão, destaca-se a necessidade de realizar atualizações contínuas acerca da temática em questão, visto que é uma área de produção científica nacional recente. Outro fator seria obtenção de dados incompletos sobre os estudos contemplados nos artigos selecionadas, pois alguns deles não trouxeram com clareza quais análises de dados utilizadas, e em que região do país foram aplicadas as pesquisas.

Sugere-se também a ampliação de estudos que articulem o exercício materno, vivenciado na prisão, com dimensões da vida dessas mulheres (social, materna, familiar, intrapessoal, prisional), além de pesquisas sobre processos pós separação dos filhos, os

impactos psicossociais da separação para as mães, crianças e família das apenadas, bem como, a retomada do vínculo com os filhos após cumprimento da pena. Como contraponto, observa-se a necessidade também de desenvolver pesquisas que contemplem a temática da paternidade, uma vez que este tema é pouco explorado nos estudos sobre o contexto prisional.

Referências

- Alcântara, R. L. S., Sousa, C. P. C., & Silva, T. S. M. (2018). Infopen Mulheres de 2014 e 2018: Desafios para a Pesquisa em Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(spe2), 88-101. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000212154>
- Araújo, M. M., Moreira, A. S., Cavalcante, E. G. R., Damasceno, S. S., Oliveira, D. R., & Cruz, R. S. B. L. C. (2020). Assistência à saúde de mulheres encarceradas: análise com base na Teoria das Necessidades Humanas Básicas. *Escola Anna Nery*, 24(3), e20190303. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2019-0303>
- Batista, L., & Loureiro, A. J. L. (2017). "Será que ele vai me chamar de mãe?": Maternidade e separação na cadeia. *Revista Psicologia Política*, 17(38), 57-71. Retirado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000100005&lng=pt&tlng=pt.
- Braga, A. G. M. (2015). Entre a soberania da lei e o chão da prisão: a maternidade encarcerada. *Revista Direito GV*, 11(2), 523-546. <https://dx.doi.org/10.1590/1808-2432201523>
- Brasil. Ministério da Saúde (2014). Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014 que Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de

Saúde (SUS). Brasília, Brasil. Retirado de:
https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/pri0001_02_01_2014.html

Brasil. Ministério da Justiça (2014). Portaria Interministerial nº 2010, de 16 de janeiro de 2014 que Institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, e dá outras providências.

Brasil, Brasília. Retirado de:
https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/pri0001_02_01_2014.html

Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública (2018). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres (2a ed.). Brasília, DF: o autor.

Retirado de: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf

Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública (2020). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN. Período de julho a dezembro de 2019.

Brasília, DF. Retirado de:
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ZlZWVmNzktNjRlZi00MjNiLWFhYmYtNjExNmMyNmYxMjRkIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>

Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). *Tutorial para uso do software de análise textual*

IRAMUTEQ. Santa Catarina. Retirado de:
<http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>

Coutinho, M. P. L. (2011). Análise de conteúdo: breve histórico, conceitos e sua aplicabilidade. In M. P. L. Coutinho & E. R. A. Saraiva, Métodos de pesquisa em psicologia social: perspectivas qualitativas e quantitativas (pp. 17-66). João Pessoa: Editora Universitária.

- Diwana, V., Ventura, M., Simas, L., Larouzé, B., & Correa, M. (2016). Direitos reprodutivos das mulheres no sistema penitenciário: tensões e desafios na transformação da realidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(7), 2041-2050. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015217.21632015>
- Diwana, V., Corrêa, M. C.D.V., & Ventura, M. (2017). Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 27(3), 727-747. <https://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312017000300018>
- Flores, N. M. P., & Smeha, L. N. (2018). Mães presas, filhos desamparados: maternidade e relações interpessoais na prisão. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 28(4), e280420. <https://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312018280420>
- Fochi, M. C. S., Higa, R., Camisão, A. R., Turato, E. R. & Lopes, M. H. B. M. (2017). Vivências de gestantes em situação de prisão. *Rev. Eletr. Enf. [Internet]*, 19, a57. <http://doi.org/10.5216/ree.v19.46647>.
- Leal, M. C., Ayres, B. V. S., Esteves-Pereira, A. P., Sánchez, A. R., & Larouzé, B. (2016). Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(7), 2061-2070. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015217.02592016>
- Lermen, H. S., Gil, B. L., Cúnico, S. D., & Jesus, L. O. (2015). Saúde no cárcere: análise das políticas sociais de saúde voltadas à população prisional brasileira. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 25(3), 905-924. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312015000300012>
- Mariano, G. J., & Silva, I. A. (2018). Significando o amamentar na prisão. *Texto Contexto Enferm*, 27(4), e0590017. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072018000590017>

- Matão, M. E. L., Miranda, D. B., Malaquias, A. & Souza, E. L. (2016). Maternidade Atrás Das Grades: Particularidades Do Binômio Mãe E Filho. *Enferm. Cent. O. Min.*, 6(2), 2235-2246 DOI: 10.19175/recom.v6i2.984
- Matos, K. K. C., Silva, S. P. C., & Nascimento, E. A. (2019). Filhos do cárcere: representações sociais de mulheres sobre parir na prisão. *Interface (Botucatu)*. <https://doi.org/10.1590/Interface.180028>
- Mendes, F. R. P., Zangão, M. O. B., Gemito, M. L. G. P., & Serra, I. C. C. (2016). Social Representations of nursing students about hospital assistance and primary health care. *Revista Brasileira de Enfermagem [Internet]*, 69(2), 321-328. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2016690218i>
- Ministério da Justiça (2020). Ofício-circular Nº 62/2020/DIRPP/DEPEN/MJ (11317220) referente ao mapeamento de mulheres presas grávidas, parturientes, mães de crianças até 12 anos, idosas ou doentes. Retirado de: http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1588195416_SEI_MJ11429916Informao_final.pdf
- Monastero, L. F. (2017). *Mães em situação de encarceramento e a relação com seus familiares*: um estudo das unidades prisionais da cidade de São Paulo (Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Retirado de: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/20178/2/Leda%20Fleury%20Monastero.pdf>
- Oliveira, W. F., & Damas, F. B. (2016). *Saúde e atenção psicossocial nas prisões*. Hucitec: São Paulo.
- Oliveira, L. V, Miranda, F. A. N., & Costa, G. M. C. (2015). Vivência da maternidade para presidiárias. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 17(2), 360-9. <http://dx.doi.org/10.5216/ree.v17i2.29784>.

- Ormeno, G. R., Santini, P. M., & Williams, L. C. A. (2017). Fatores de risco e proteção vivenciados por mães encarceradas ao longo da vida. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 17(2), 514-534. Retirado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812017000200006&lng=pt&tlng=pt.
- Petchesky, R.P. (1999). Direitos sexuais: um novo conceito na prática política internacional. In: R. M. Barbosa & R. Parker (Orgs.), *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder* (p. 15-38). Rio de Janeiro: Editora 34.
- Ronchi, I. Z. (2017) *A maternidade e o cárcere: uma análise de seus aspectos fundamentais* (Monografia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Retirado de: http://conteudo.pucrs.br/wpcontent/uploads/sites/11/2018/03/isabela_ronchi_20172.pdf
- Salviati, M. E. (2017). *Manual do Aplicativo Iramuteq (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3)*. Planaltina: Goiás. Retirado de: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>
- Santana, A. T., Oliveira, G. R. S. A. & Bispo, T. C. F. (2016). Mães do cárcere vivências de gestantes frente à assistência no pré-natal. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 40(1), 38-54. DOI: 10.22278/2318-2660.v40.n1.a778
- Santos, R. M. A., Linhares, F. M. P., Morais, S. C. R. V., Guedes, T. G., & Guimarães, M. L. (2018). Diagnósticos de Enfermagem de mães encarceradas. *Rev Esc Enferm USP*, 52, e03338. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1980-220X2017024503338>

- Silva, A. M. B., & Enumo, S. R. F. (2016). Descrição e Análise de uma Intervenção Psicológica com Bailarinos pelo Software IRAMUTEQ. *Temas em Psicologia*, 25(2). doi: 10.9788/TP2017.2-11Pt
- Silva, E. F., Luz, A. M. H., & Cecchetto, F. H. (2011). Maternidade atrás das grades. *Enfermagem em foco (Brasília)*, 2(1), p. 33-37. Retirado de: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/viewFile/71/58>
- Simões, V. F. N. (2013). *Filhos do cárcere: limites e possibilidades de garantir os direitos fundamentais dos filhos das mulheres privadas de liberdade no Brasil*. Porto Alegre: Núria Fabris.
- Soares, I. R., Cenci, C. M. B., & Oliveira, L. R. F. (2016). Mães no cárcere: percepção de vínculo com os filhos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 16(1), 27-45. Retirado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812016000100003&lng=pt&tlng=pt.
- Starling, S. C. S. (2010). *Considerações sobre a criminalidade feminina no Brasil* (Monografia). Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte. Retirado de: <http://monografias.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/1690/1/Considera%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20a%20criminalidade%20feminina%20no%20Brasil.pdf>
- Stella, C. (2009). O impacto do encarceramento materno no desenvolvimento psicossocial dos filhos. *Educare, Revista de Educação*, 4(8), 99-111. <https://doi.org/10.17648/educare.v4i8.818>
- Stella, C. & Sequeira, V. C. (2015). Guarda de filhos de mulheres presas e a ecologia do desenvolvimento humano. *Revista Eletrônica de Educação*, 9(3), 379-394. <http://dx.doi.org/10.14244/198271991195>
- Varella, D. (2017). *As prisioneiras*. São Paulo: Companhia das Letras.

Walker, J. R., Hilder, L., Levy, M. H., & Sullivan, E. A. (2014). Pregnancy, prison and perinatal outcomes in New South Wales, Australia: a retrospective cohort study using linked health data. *BMC Pregnancy Childbirth [Internet]*,14(1):214.

Retirado de: <http://doi.org/10.1186/1471-2393-14-214>.

Figura 1 - Diagrama do procedimento de busca realizado na pesquisa

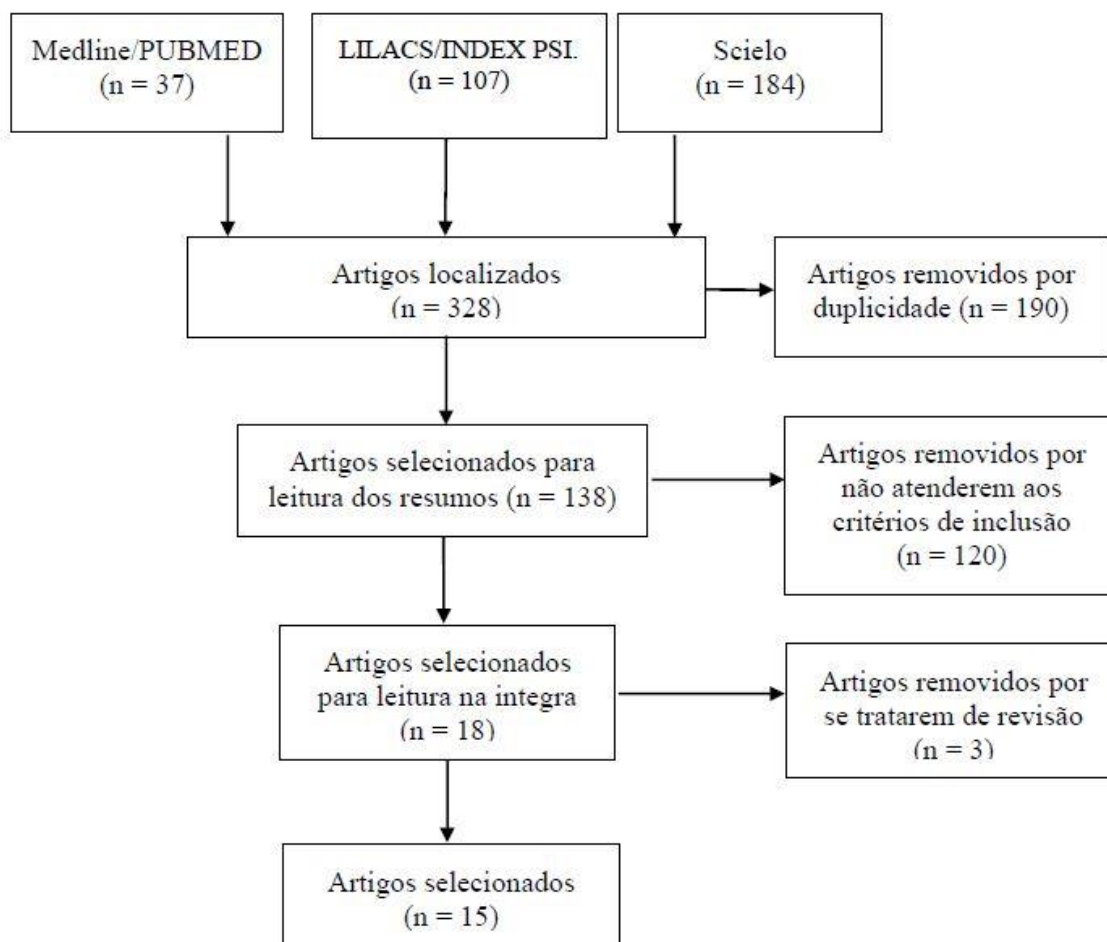
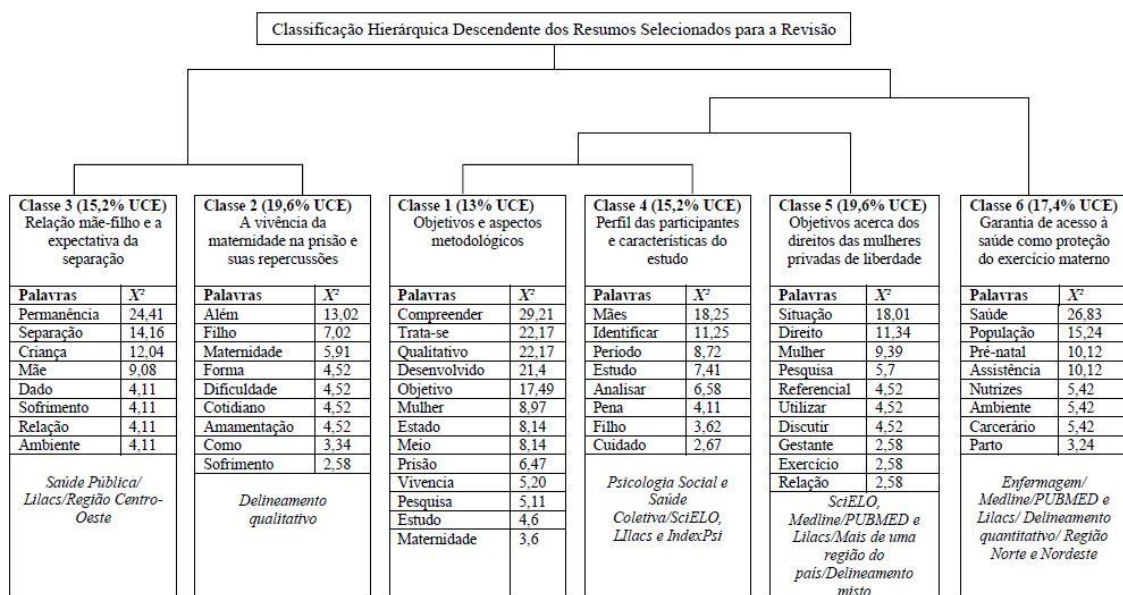


Figura 2 – Dendrograma dos resumos que foram selecionados para a revisão da literatura



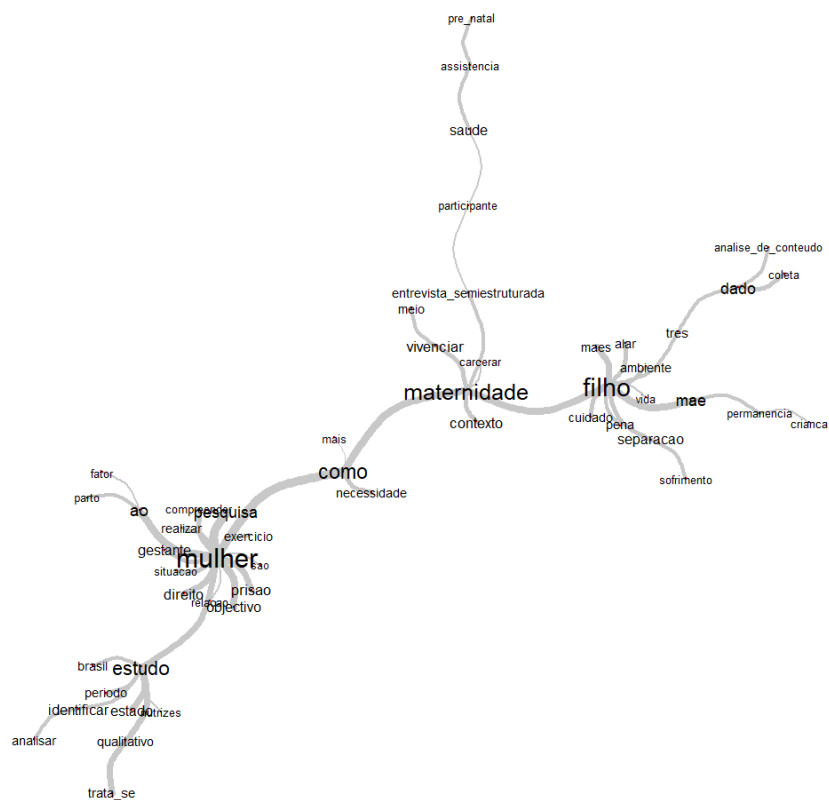


Tabela 1 – Síntese dos dados referente aos artigos selecionados na revisão

Título do artigo	Autor/Ano	Base de Dados/ Área de Conhecimento	Nome da revista	Região/Estado	Delineamento	Perfil dos Participantes	Análise dos dados
Entre a soberania da lei e o chão da prisão: a maternidade encarcerada	Braga (2015)	SciELO/ Direito	Revista direito GV	Sudeste e Nordeste (Minas Gerais, Paraná, Ceará, Bahia) São Paulo, Rio de Janeiro) e Argentina	Qualitativo (entrevistas, grupo focal, visita in loco, pesquisa legislativa e bibliográfica)	5 mães	Não Informado
Vivência da maternidade para presidiárias	Oliveira, Miranda e Costa (2015)	Lilacs/ Enfermagem	Revista Eletrônica de Enfermagem	Nordeste (Paraíba)	Qualitativo (questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada)	17 mulheres com filhos na prisão ou com história anterior	Análise de conteúdo
Maternidade Atrás Das Grades: Particularidades Do Binômio Mãe E Filho	Matão, Miranda, Malaquias e Souza (2016)	Lilacs/ Enfermagem	Enfermagem do Centro Oeste Mineiro	Centro-Oeste (Goiás)	Qualitativo (entrevista aberta em profundidade)	Presidiárias, no período puerperal, tardio ou remoto e funcionárias	Alceste (Análise Hierárquica Descendente)

Mães do cárcere vivências de gestantes frente à assistência no pré-natal	Santana, Oliveira e Bispo (2016)	Lilacs/ Enfermagem	Revista Baiana de Saúde Pública	Nordeste (Bahia)	Qualitativo (entrevista semiestruturada e observação participante)	10 gestantes	Análise de conteúdo
Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil	Leal, Ayres, Esteves-Pereira, Sánchez e Larouzé (2016)	SciELO, Medline/PubMed, Lilacs/ Saúde Pública	Ciência & Saúde Coletiva	Nacional	Quantitativo (levantamento de prontuários)	241 mães que tiveram seus filhos após a prisão	Software de análise estatística SPSS Versão 21
Direitos reprodutivos das mulheres no sistema penitenciário: tensões e desafios na transformação da realidade	Diurana, Ventura, Simas, Larouzé, e Correa (2016)	SciELO, Medline/PubMed, Lilacs/ Saúde Coletiva	Ciência & Saúde Coletiva	Não informado	Misto (análise bibliográfica e entrevistas e grupos focais)	22 Gestantes e mulheres cujos filhos na prisão e 19 profissionais	Não informado
Mães no cárcere: percepção de vínculo com os filhos	Soares, Cenci e Oliveira (2016)	IndexPsi, Lilacs/ Psicologia Social	Estudos e Pesquisas em Psicologia	Sul (Rio Grande do Sul)	Qualitativo (entrevista semiestruturada)	5 mães presas com filhos de 1 a 10 anos	Análise de Conteúdo

Fatores de risco e proteção vivenciados por mães encarceradas ao longo da vida	Ormeno, Santini e Williams (2017)	IndexPsi, Lilacs/ Psicologia Social	Estudos e Pesquisas em Psicologia	Sudeste (São Paulo)	Quantitativo (entrevista semiestruturada)	152 mães encarceradas	Sistematização dos dados pelo excel, utilização do Statistical Analysis System (Cálculo de qui-quadrado e regressão logística)
Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade	Diuana, Corrêa e Ventura (2017)	SciELO, Lilacs/ Saúde Coletiva	Physis Revista de Saúde Coletiva	Não informado	Qualitativo (entrevistas)	22 mulheres (gestantes e mães com filhos na prisão) e 19 profissionais.	Análise de conteúdo
Diagnósticos de Enfermagem de mães encarceradas.	Santos, Linhares, Morais, Guedes e Guimarães (2018)	Medline/Pubmed , Lilacs/ Enfermagem	Revista da Escola de Enfermagem da USP	Nordeste (Pernambuco)	Quantitativo (instrumento com perguntas abertas e fechadas, agrupados de acordo com a	18 mulheres que estavam amamentando	SPSS versão 11.5

					taxonomia da NANDA-I)		
Mães presas, filhos desamparados: maternidade e relações interpessoais na prisão	Flores e Smeha (2018)	Lilacs/ Saúde Coletiva	Physis: Revista de Saúde Coletiva	Sul (Rio Grande do Sul)	Qualitativo (entrevista semiestruturada e grupo focal)	15 mães com filhos na fase da infância/adolescência	Análise de conteúdo
"Será que ele vai me chamar de mãe?": Maternidade e separação na cadeia	Batista e Loureiro (2017)	Lilacs; Psicologia Social	Psicologia Política	Norte (Roraima)	Qualitativo (entrevista semiestruturada em profundidade)	2 mães detentas	Análise de conteúdo
Vivências de gestantes em situação de prisão	Fochi, Camisão e Moraes (2017)	Lilacs/ Enfermagem	Revista Eletrônica de Enfermagem	Sudeste (São Paulo)	Qualitativo (entrevista semidirigida de questões abertas)	14 gestantes	Análise de conteúdo
Significando o amamentar na prisão	Mariano e Silva (2018)	Lilacs/Enfermag em	Texto Contexto Enfermagem	Sudeste (São Paulo)	Qualitativo (entrevista em profundidade)	27 nutrízes e 3 gestantes	Análise de conteúdo

Filhos do cárcere: representações sociais de mulheres sobre parir na prisão	Matos, Silva e Nascimento (2019)	Lilacs/ Enfermagem	Interface	Nordeste (Pernambuco)	Qualitativo (técnica de entrevista grupal)	19 mulheres	Iramuteq (Classificação Hierárquica Descendente)
---	----------------------------------	-----------------------	-----------	-----------------------	--	-------------	--

**CAPITULO II. ARTIGO 2: UNIVERSO CONSENSUAL DE MÃES EM
PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: UM OLHAR PSICOSSOCIOLOGICO**

UNIVERSO CONSENSUAL DE MÃES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: UM OLHAR PSICOSSOCIOLÓGICO

Resumo: Este estudo objetivou apreender as representações sociais elaboradas por mães em privação de liberdade. Participaram 52 mulheres, entre 21 a 64 anos ($M=33,08$; $DP=8,71$), as quais responderam à Técnica de Associação Livre de Palavras (estímulos: ser mãe, maternidade, paternidade, prisão, família e eu mesma) e ao questionário sociodemográfico. Contou-se com o auxílio do SPSS (versão 21.0) e da Análise Fatorial de Correspondência por meio do Tri-Deux-Mots. Os resultados apontaram representações consensuais entre os estímulos “ser mãe” e “maternidade” ancoradas na esfera psicoafetiva, objetivadas por: *amor* e *carinho*. A “paternidade” apresentou elementos como: *“pai e mãe”, presença, ausência, carinho, saudade*; ancorados nas esferas psicoafetivas e emocional. A “prisão” foi objetivada por: *horrível, tristeza, saudade, dor, sofrimento*; ancoradas nas esferas psicoafetivas, físico-orgânica e histórica-factual. A “família” objetivada por: *irmãos, tudo, base, mãe, filhos, saudade*; ancorou-se em valores de pertencimento e na composição familiar. A expressão “eu mesma” trouxe evocações como: *guerreira, burra, boa, amiga, ajudar e trabalhadeira*; ancoradas em manifestações valorativas, afetivas e psico-cognitivas. Observou-se, portanto, que o contexto prisional traz implicações na produção de sentidos e significados atribuídos a diferentes aspectos da vida das mães privadas de liberdade. Assim, espera-se que os resultados auxiliem planejamentos de práticas interventivas para essa população.

Palavras-chave: representação social; mães; pessoa privada de liberdade.

Consensual universe of mothers deprived of liberty: a psychosociological look

Abstract: This study aimed to apprehend the social representations elaborated by mothers deprived of liberty. Fifty-two women, aged 21 to 64 years old ($M = 33.08$; $SD = 8.71$) participated in the study. They answered the Free Word Association Technique (stimuli: being a mother, maternity, paternity, prison, family and myself). and the sociodemographic questionnaire. SPSS (version 21.0) and Correspondence Factor Analysis using the Tri-Deux-Mots were supported. The results showed consensual representations between the “being a mother” and “motherhood” stimuli anchored in the psycho-affective sphere, objectified by: love and affection. The “fatherhood” presented elements such as: “father and mother”, presence, absence, affection, longing; anchored in the psycho-affective and emotional spheres. The “prison” was objectified by: horrible, sadness, longing, pain, suffering; anchored in the psycho-affective, physical-organic and historical-factual spheres. The “family” objectified by: brothers, everything, base, mother, children, longing; anchored in values of belonging and family composition. The expression “myself” brought evocations such as: warrior, dumb, good, friend, help and hard worker; anchored in evaluative, affective and psycho-cognitive manifestations. Therefore, it was observed that the prison context has implications for the production of meanings and meanings attributed to different aspects of the lives of mothers deprived of their liberty. Thus, it is expected that the results help planning intervention practices for this population.

Keywords: social representation; mothers; Person deprived of liberty.

Universo consensuado de madres privadas de libertad: una mirada psicosociológica

Resumen: Este estudio tuvo como objetivo aprehender las representaciones sociales elaboradas por madres privadas de libertad. Participaron en el estudio 52 mujeres, de 21 a 64 años ($M = 33.08$; $SD = 8.71$) que respondieron a la Técnica de Asociación de Palabra Libre (estímulos: ser madre, maternidad, paternidad, prisión, familia y yo). y el cuestionario sociodemográfico. SPSS (versión 21.0) y Análisis de Factor de Correspondencia utilizando los Tri-Deux-Mots fueron compatibles. Los resultados mostraron representaciones consensuadas entre los estímulos de “ser madre” y de “maternidad” anclados en la esfera psicoafectiva, objetivados por: amor y afecto. La "paternidad" presentaba elementos como: "padre y madre", presencia, ausencia, cariño, anhelo; anclado en las esferas psicoafectivas y emocionales. La "prisión" fue objetivada por: horrible, tristeza, anhelo, dolor, sufrimiento; anclado en las esferas psico-afectivas, físico-orgánicas e históricas-fácticas. La "familia" objetivada por: hermanos, todo, base, madre, hijos, anhelo; anclado en valores de pertenencia y composición familiar. La expresión "yo mismo" trajo evocaciones tales como: guerrero, tonto, bueno, amigo, ayuda y trabajador; anclado en manifestaciones evaluativas, afectivas y psicocognitivas. Por lo tanto, se observó que el contexto carcelario tiene implicaciones para la producción de significados y significados atribuidos a diferentes aspectos de la vida de las madres privadas de libertad. Por lo tanto, se espera que los resultados ayuden a planificar las prácticas de intervención para esta población.

Palabras clave: representación social; madres; Persona privada de libertad.

Introdução

Estima-se que exista no Brasil cerca de 748.009 pessoas privadas de liberdade, números que representaram uma taxa de aprisionamento de 359,49 no segundo semestre de 2019. O índice registrado no ano citado é considerado alto, principalmente quando comparado ao obtido em 1990, com taxa de aprisionamento de 61 pessoas presas a cada 100.000 habitantes (Brasil, 2020). Desse quantitativo de pessoas privadas de liberdade, registradas em 2019, cerca de 36.929 são mulheres, delas, 13.073 são mães, evidenciando assim, uma realidade em que, na maioria dos casos, há crianças e adolescentes que vivenciaram o processo de institucionalização, quando ainda bebês dentro das prisões com suas mães (Brasil, 2020; Flores & Smeh, 2018; Ministério da Justiça, 2020).

Acrescidos a esta realidade, de acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), as mulheres em privação de liberdade tendem a ser jovens, 47,33% tem menos de 29 anos, portanto, em idade reprodutiva; com baixo grau de escolaridade, 44,42% possuem ensino fundamental incompleto; cerca de 58,4% são solteiras; 63,55% de cor/etnia parda e preta; tendo associação ao tráfico de drogas (50,94%) como principal motivo para o encarceramento (Brasil, 2019; 2020). Ademais, elas são em geral, oriundas de extratos sociais economicamente desfavorecidos, possuem histórico de violência, abandono, uso abusivo de drogas e, são as principais responsáveis pelo sustento familiar (Flores & Smeh, 2018; Oliveira, Miranda, & Costa, 2015).

Diante desse panorama, discute-se na literatura a necessidade de dar visibilidade às especificidades dessa população, considerando os impactos do encarceramento sobre os filhos, família e a própria mãe que se encontra privada de liberdade (França, 2014). Sobre estes fatores, Fochi, Higa, Camisão, Turato e Lopes (2017) apontaram em sua pesquisa que o distanciamento da família se constitui como um dos aspectos negativos mais incidentes na vida das mulheres presas. Em consonância, de acordo com Diuana,

Ventura, Simas, Larouzé, e Correa (2016), esta realidade é vivenciada especificamente por mulheres em situação de prisão, perpassada, por papéis de gênero e pelos limites da condenação, atingindo diretamente a manutenção dos vínculos com os filhos e familiares.

Para os filhos, a separação e perda dos laços afetivos com a mãe presa quase sempre é inevitável, ainda carregam estigmas por serem filhos, cujas mães encontram-se presas ou possuem passagem pela prisão (Simões, 2013). Estes também convivem em uma realidade de exclusões, pobreza, negligência e abandono, não muito distantes daquelas vivenciadas por suas mães no período que se antecedeu à prisão. Para mais, muitas das mulheres relatam que os pais dos seus filhos também se encontram presos ou foragidos, ou até mesmo não reconhecem a paternidade, ficando seus filhos, na maioria das vezes, sob a guarda dos avós, sobretudo maternos, ou em outras situações, levados para casas de apoio (Lima, 2013).

Para as mães encarceradas, vivenciar muitas das vezes o distanciamento dos familiares e amigos, sobretudo a separação dos filhos, é nutrir sentimentos de tristeza, dor e desesperança. A intensificação desses sentimentos ocorre também pelos efeitos da institucionalização que reúne fatores atenuantes para a presença crônica de sofrimento físico e psíquico dessas mulheres (Marchiori & Guerra, 2017; Lima, Pereira Neto, Amarante, Dias, & Ferreira Filho; 2013).

Assim, diante dessas colocações, torna-se relevante estudar as questões acerca do encarceramento feminino, por apresentar, diante da sua complexidade, possibilidades de conhecer histórias de vida, e de dá visibilidade às questões atreladas a vivência de mães privadas de liberdade. Para tanto, faz-se necessário ampliar as discussões sob este prisma com foco na contextualização dos diferentes cenários que o compõe, contribuindo assim para a compreensão sobre sua atual condição (Oliveira & Damas, 2016).

A busca por um olhar multifacetado conduziu o estudo em tela a adotar como aporte teórico norteador, a Teoria das Representações Sociais (TRS) de Moscovici, bem como aportes históricos conceituais acerca do encarceramento feminino. Dessa forma, compreende-se, à luz da TRS, que o objeto de estudo possui relevância social e espessura cultural, uma vez que já se encontra disseminado no cotidiano das realidades sociais, portanto é passível de ser investigado.

Nesse sentido, compreende-se que as representações sociais estão ancoradas na dimensão da vida social, a qual dão significados, tornando-se necessário apreender o processo de sua produção e elaboração, como organizam seu sistema de conhecimento do senso comum, de ideias e valores emanados dos próprios sujeitos, enquanto atores sociais (Moscovici, 2012). Possibilita, portanto, o envolvimento de aspectos relacionados à história das mulheres inseridas no sistema penitenciário, sua cultura, crenças, valores, atitudes, afetividade, contribuindo para a produção de conhecimentos pertinentes e no planejamento de projetos e políticas voltados para a atenção integral desta parcela da população.

Diante do que foi exposto, o presente estudo foi planejado no intuito de apreender as representações sociais elaboradas por mães em privação de liberdade diante de seis diferentes cenários: ser mãe, maternidade, paternidade, família, prisão e eu mesma. Mais especificamente, conhecer o universo consensual inter e intra grupal compartilhado pelas participantes.

Método

Tipo de estudo

Trata-se de uma pesquisa de campo, transversal, do tipo exploratória-descritiva qualitativa, subsidiada pela Teoria das Representações Sociais.

Participantes e local

Contou-se com a participação de 52 mulheres em privação de liberdade, com idades entre 21 a 64 anos ($M=33,08$; $DP=8,71$). A maioria eram mães solteiras (65,4%), pardas (63,5%), protestantes (52%), com dois filhos (27%), possuíam renda socioeconômica baixa (52%), cursaram o ensino fundamental incompleto (48%), sentenciadas (59,6%), com menos de dois anos na cadeia (71,2%), usuárias de drogas (52,2%) e não reincidentes (52%). A pesquisa foi desenvolvida em um Centro de Reeducação para Mulheres, localizado no município de João Pessoa/PB.

Instrumentos

Utilizou-se um questionário sociodemográfico com o objetivo de reunir informações sobre o perfil das participantes, a saber: idade, sexo, escolaridade, estado civil, quantidade de filhos, renda, sentença condenatória, reincidências, drogas, tempo que está na prisão. Utilizou-se também da Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP), aperfeiçoada por Jung em 1905 (Anzieu, 1979) e adaptada à Psicologia Social por Di Giácomo (1981), a TALP é uma técnica projetiva que possibilita o reconhecimento das dimensões latentes das representações sociais, por meio da configuração dos elementos constituintes das redes associativas dos conteúdos evocados, em reação a cada estímulo ou palavra indutora. Dessa forma, este instrumento permite verificar elementos implícitos que seriam inalcançados ou mascarados mediante as produções discursivas dos

atores sociais (Abric, 1994). No estudo em tela, foram utilizados como estímulos indutores os termos: “ser mãe”, “maternidade”, “paternidade”, “família”, “prisão” e “eu mesma”. A escolha de tais estímulos foi orientada pelo pressuposto de que para compreender as representações sociais de mães em privação de liberdade, se faz necessário considerar, além do espaço prisional, outros cenários que fazem parte da construção da rede de sentidos e significados que estas mulheres possuem (familiar, social, etc.). De igual modo, articular estes diferentes cenários, uma vez que as experiências adquiridas agregam novos sentidos e significados para a vivência da condição de encarceramento.

Procedimentos éticos e de coleta de dados

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba - CEP/CCS, sob o protocolo de nº 2.513.580. Foram respeitados todos os preceitos éticos recomendados pela Resolução 466/2012, do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Aplicou-se os instrumentos de forma individual, nas dependências do Centro de Reeducação Feminino, após aprovação da proposta do estudo pela Gerência Executiva de Ressocialização do Estado da Paraíba e pela gestora da instituição a ser pesquisada. Ademais, somente foi aplicado o material da pesquisa, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelas participantes. Na ocasião, foi orientado sobre o sigilo referente à identidade das mulheres e da não obrigatoriedade da participação, apesar da autorização prévia da instituição.

A partir das orientações de Nóbrega e Coutinho (2003), antes da aplicação da TALP, foi realizada uma simulação, utilizando-se de um exemplo, com o propósito de familiarizar a participante sobre a aplicabilidade do instrumento. Em seguida, foi

solicitada a cada participante que falasse, para a pesquisadora anotar, palavras ou pequenas expressões que lhe viessem à mente ao ouvirem a palavra indutora ou estímulos escolhidos para a pesquisa. O mesmo procedimento foi realizado com os seis estímulos indutores (“ser mãe”, “maternidade”, “paternidade”, “família”, “prisão” e “eu mesma”). Em sequência aplicou-se o questionário sóciodemográfico. O tempo total de aplicação dos instrumentos foi, em média, de 15 min.

Procedimentos de análise dos dados

Os dados do questionário sociodemográfico foram analisados com o auxílio do SPSS (versão 21.0) para fins de análises descritivas. As respostas relacionadas ao questionário sociodemográfico (variáveis fixas) e a técnica de associação livre de palavras foram codificadas e processadas pelo software Tri-Deux-Mots (Cibois, 1995) e, analisadas por meio da Análise Fatorial de Correspondência (AFC). Segundo Saraiva (2007) esta análise destaca eixos ou fatores que explicam modalidades de respostas, que permitem observar, graficamente, a atração e distanciamento entre variáveis fixas, neste estudo (escolaridade, tempo que está na prisão, sentença, reincidência e idade), e as variáveis de opinião, que correspondem as palavras evocadas pelos sujeitos frente aos estímulos indutores (“ser mãe”, “maternidade”, “paternidade”, “família”, “prisão” e “eu mesma”).

Resultados

A execução do programa Tri-Deux-Mots permitiu a Análise Fatorial de Correspondência das evocações das mães em privação de liberdade, aos seis estímulos

indutores com as maiores cargas fatoriais, associadas às variáveis sociodemográficas supracitadas.

Ao todo, foram processadas 1275 palavras relacionadas aos estímulos indutores; destas, 697 foram palavras diferentes, das quais 47 contribuíram para a organização do plano fatorial. As palavras em questão obtiveram uma carga fatorial média igual a 21,27, tendo em vista, como base o somatório das cargas (1000) dividido pelo número total de palavras no plano (47). A Tabela 2 (p. 118) apresenta as palavras mais significativas associadas aos termos indutores.

----- **Inserir Tabela 2 aqui** -----

Tomando como base os estímulos indutores “ser mãe” e “maternidade”, para mães em privação de liberdade, a partir das evocações dispostas na Tabela 2, foi possível construir a seguinte definição: “ser mãe” é *carinho* e *amor*, de igual modo, traz consigo o sentido da “maternidade”, um ato divino (*Deus*), realizado através do *médico*, o qual viabiliza a possibilidade da experiência materna (ser *mãe*). Esta condição resulta em *alegria* e *felicidade*, como também em mais *responsabilidade* e *cuidado*, embora a vivência da maternidade, para mães em privação de liberdade, também seja sinônimo de *saudade*. O estímulo “família”, a partir das evocações das participantes, foi definida como: ser *amor*. É a *base* de *tudo*, é *bom*, e também significa sentir *saudade* da *mãe*, *irmãos* e *filhos*.

As palavras com maiores cargas fatoriais associadas às contribuições por fator, possibilitaram ainda a construção dos seguintes conceitos: “paternidade” é dar *carinho*, muito embora, este papel seja desempenhado pelas próprias mães que se consideram *pai* e *mãe* dos seus filhos, pois a figura paterna geralmente está associada a ausência. A “prisão” foi definida como: uma condição *difícil*, muitas vezes *horrível* que traz

sofrimento, tristeza e saudade, no entanto, estar presa também é um *aprendizado*. A expressão “Eu mesma” foi definida como: ser *guerreira*, aquela que luta para superar adversidades.

Diante desses dados, o Plano Fatorial de Correspondência das representações sociais elaboradas pelas mães em privação de liberdade foi construído a partir da leitura das modalidades, palavras evocadas ou campos semânticos, distribuídas de maneira oposta sobre os dois eixos ou fatores (Fator 1 e Fator 2) apresentados pela Figura 4 (p. 120). Estes fatores apresentam agrupamentos representacionais que revelam similitudes e distinções nos conteúdos e estrutura das representações sociais das participantes.

Na ocasião, evidenciou-se que a reunião dos fatores explicou 60% da variância total de respostas, distribuídas entre o fator 1, com 39% (valor próprio = 0,061), e 2, com 21% de variância explicada (valor próprio = 0,033).

----- **Inserir Figura 4 aqui** -----

De acordo com a Figura 4 (p. 120), no primeiro eixo (F1), na linha horizontal, à esquerda, foram evidenciadas evocações das participantes que aguardam sentença condenatória, não são reincidentes, possuem ensino médio e tempo de cadeia de até dois anos. Foram identificadas objetivações para os seguintes estímulos: maternidade (*bom e amor*) a objetivação *amor* foi compartilhada pelos dois fatores 1 e 2, prisão (*saudade e tristeza*), família (*tudo*), “eu mesma” (*guerreira*) e “ser mãe” (*carinho*).

Em contraposição, à direita do plano, destacaram-se as respostas das mulheres que frequentaram a escola até o ensino fundamental, sentenciadas, reincidentes, com tempo de cadeia acima de 2 até 5 anos. Para este grupo, as objetivações foram associadas aos seguintes estímulos: maternidade (*amor e filhos*), paternidade (“*pai e mãe*”, *presença*,

cuidado, pai e educar), prisão (*sofrimento e dor*), família (*mãe, irmãos, filhos e bom*) e “eu mesma” (*burra*).

Com relação ao segundo eixo (F2), na linha vertical do plano, na parte superior, foram localizadas as evocações das participantes com idade acima de 30 anos e tempo de cadeia acima de 5 anos. Os elementos elencados foram associados aos seguintes estímulos: maternidade (*mãe, cuidado, carinho, alegria, saudade, responsabilidade*), paternidade (*ausência*), prisão (*ruim e horrível*), família (*união e saudade*), “eu mesma” (*boa, amiga, ajudar*).

No mesmo eixo, abaixo, foram distribuídas as objetivações do grupo de mulheres com idade de 21 a 30 anos, estas representaram os estímulos indutores com as seguintes evocações: maternidade (*Deus, médico e felicidade*), paternidade (*amor, carinho, bom e saudade*), prisão (*difícil e aprendizagem*), família (*amor e base*), “eu mesma” (*trabalhadeira*) e “ser mãe” (*amor*).

Discussão

A partir da distribuição das palavras evocadas no plano fatorial de correspondência, pode-se observar que os estímulos “ser mãe” e “maternidade” foram representados, de forma consensual, por aspectos afetivos positivos, nos grupos do fator 1 (linha horizontal à esquerda) e fator 2 (linha vertical superior). Os elementos figurativos *amor* e *carinho*, revelaram objetivações que são ancoradas em padrões sociohistóricos, os quais associam à mãe e à maternidade como representações tradicionais do ideal feminino.

Ademais, outros elementos foram identificados nas evocações representativas da “maternidade”, nos dois fatores, que reuniram aspectos multidimensionais, ancorados em

diferentes perspectivas: socioafetivas, cuidados médicos, religiosa, e habilidade social. Neste estímulo, o grupo de mulheres do fator 2, na parte superior trouxe um maior número de elementos figurativos representativos da maternidade (*mãe, carinho, alegria, saudade e responsabilidade*). Este grupo foi constituído por aquelas que tinham mais tempo de cadeia e tinham idade acima dos 30 anos.

Neste direcionamento, constata-se que as mães em privação de liberdade compartilham os mesmos ideais valorativos sobre a maternidade disseminados historicamente pela sociedade, apesar de estarem fisicamente distantes dos seus filhos. Não obstante, segundo Batista e Laurentino (2017), esses mesmos ideais representam uma disparidade entre aquilo que estas mulheres acreditam o que é ser mãe e sua experiência na prática, dada sua condição de aprisionamento. Esta dissonância, segundo os autores, passa a ser vivenciada por elas com sofrimento psíquico e frustração e isolamento, pela impossibilidade de acompanhar o crescimento e oferecer os cuidados aos filhos.

A presença física, portanto, parece ser um meio para que se crie uma relação de afeto e confiança entre as mães, seus filhos e familiares. No entanto, a realidade do encarceramento feminino propicia este distanciamento e provoca a separação dos filhos, perdas dos laços afetivos e, frequentemente, o abandono familiar (Lima, 2013).

Esta afirmativa pode ser também justificada pela frequência do surgimento do elemento figurativo *saudade*, associado aos diferentes estímulos (maternidade, paternidade, prisão e família), agrupados nas dimensões dos eixos dos fatores 1 e 2. Destaca-se aqui o grupo de mulheres acima dos 30 anos, com mais tempo de cadeia, as quais evocaram o elemento *saudade* em dois dos quatro estímulos supramencionados (maternidade e família). Para este grupo, o elemento *saudade* emergiu como uma

experiência melancólica de sofrimento psíquica devido ao tempo em que estão distantes do convívio dos filhos e família.

Para o estímulo “paternidade”, embora possam ser notadas algumas conotações negativas, sobressaíram-se representações sociais positivas, percebidas como ideais para ser um “bom pai”. Assim como nas representações sobre a “maternidade” e “ser mãe”, existiu elementos afetivos emocionais, que indicam, de igual modo, a responsabilidade que os pais tem nas demonstrações de afetos, desenvolvimento, cuidados cotidianos e educação dos filhos. Esta aproximação dos elementos semânticos pode estar relacionada à idealização que as mães compartilham sobre a figura paterna, bem como, a própria introjeção do papel de pai que muitas das mulheres agregam para atenderem às imposições da sociedade e às demandas dos filhos.

Relacionado a isto, foi evocada neste mesmo estímulo a expressão “*pai e mãe*” indicando a *ausência* paterna nos cuidados com os filhos, situação relatada com frequência pelas mães privadas de liberdade (Diwana, Corrêa, & Ventura, 2017; Miranda & Granato, 2016). Nessa direção, Diwana et al. (2017) aponta que a expressiva ausência dos pais, seja na vida dos filhos, como nas falas das mães presas, retratam percepções sobre a paternidade que trazem elementos para além do desejo da presença e seu reconhecimento, mas envolve, principalmente, o relacionamento estabelecido com elas e com os filhos.

Diante deste cenário, as pesquisadoras identificaram outros diferentes tipos de pais: aqueles que são presentes e dão assistência aos filhos; aqueles em liberdade que cuidam dos filhos, dispensando as visitas à mulher; os presos que acompanham a vida dos filhos por correspondência ou através de visitas; pais que nem sabem sobre o nascimento do filho e; os vistos como irresponsáveis, não sendo bom exemplo, e, portanto, privados de reconhecerem a paternidade. Sendo assim, faz-se necessária uma

análise mais aprofundada, na qual acesse os discursos desses pais para conhecer e melhor compreender estas diferentes realidades relatadas nas evocações das mães encarceradas.

No aspecto “família” as representações sociais estiveram ancoradas em manifestações psicossociais e afetivas positivas. Para o grupo pesquisado, o estímulo indutor significou o estabelecimento dos vínculos afetivos e sociais, quando as participantes identificam seus familiares, e evocam expressões valorativas (*base, tudo, união, amor, bom, mãe, irmãos, filhos*) que enfatizam a importância de pertencerem e terem como referencial uma família. O papel que a família exerce para estas mulheres, parece representar um fator protetivo e motivador, no que tange ao apoio e superação da condição de encarceramento.

Não obstante, em levantamento feito pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) é recorrente no cotidiano do encarceramento feminino, o abandono dos familiares mais próximos, dos filhos e companheiros. A mulher é menos visitada que o homem pelos familiares, sendo duplamente penalizada, pelo crime cometido e por não estar exercendo sua função materno/familiar (Zaninelli, 2015).

Ressalta-se que a figura do pai não emergiu no estímulo família, o que pode estar relacionado à ausência que estes representam no seio familiar (Miranda & Granato, 2016). Outro aspecto está relacionado à amostra de participantes ter sido constituída apenas por mulheres, além da própria temática influenciar a identificação com a figura feminina (mãe), sugestionando a ausência desta evocação associado ao estímulo.

A “prisão” foi representada, majoritariamente de forma negativa para todos os grupos de variáveis fixas distribuídos nos eixos dos fatores. Este elemento retratou, sobretudo, o *sofrimento* psíquico experienciado pelas mães em privação de liberdade. Estas evocaram palavras que expressaram sentimentos e emoções ancorados nas esferas:

físico-orgânicas (*dor*), psicoafetivas (*dor, sofrimento, ruim, tristeza, saudade, horrível*) e histórico-factual (*difícil, aprendizado*).

Observou-se a existência de uma relação entre o tempo de permanência na prisão e a percepção que se tinha sobre este contexto. Nos eixos dos dois fatores, foi possível identificar uma intensificação (negativa) das representações sociais elaboradas pelas reclusas sobre a prisão: tempo até dois anos (*saudade e tristeza*); tempo acima de dois até cinco anos (*sofrimento e dor*) e tempo acima de cinco anos (*ruim e horrível*).

Estes resultados se coadunam com a ideia de Santos, Alves, Pereira, Rodrigues, Marchiori e Guerra (2017), o qual aponta que devido aos efeitos da institucionalização, a população carcerária está física e mentalmente mais propícia a adoecerem de forma crônica, gerando sofrimento físico e psíquico. Além disso, Lima et. al. (2013) evidenciam que o próprio tempo de confinamento rompe relações com o trabalho, família, amigos, ambiente social, e com os filhos, sendo recorrente manifestações de experiências de “existência-sofrimento” através de sentimentos de tristeza, dor, desesperança e solidão. Nesta mesma direção Simões (2013) expõe que o efeito psicológico do isolamento e abandono social agrava a pena sobre a mulher encarcerada e traz consequências para sua reintegração na sociedade e na família.

Ainda no estímulo “prisão”, a objetivação *aprendizado*, emerge diante de um contexto o qual foi representado, principalmente, por conotações negativas (*sofrimento, saudade, dor, tristeza, horrível, ruim, difícil*). Diante desse cenário, esta evidência pareceu revelar que este *aprendizado* está mais relacionado às experiências negativas associadas a prisão, do que propriamente às práticas de ressocialização.

A expressão “eu mesma” apresentou elementos ambíguos, quando as mães ora se colocam numa posição de engajamento (*guerreira, trabalhadeira*) e benevolência (*boa, amiga, ajudar*), ora expressam inferioridade e autopunição (*burra*). Estes elementos

representacionais foram ancorados em manifestações valorativas, afetivas e psicocognitivas. As evocações que apresentaram conotações positivas trouxeram conteúdos que ressaltaram qualidades como uma forma de preservação e autoafirmação sobre si, muito embora, o estigma social esteja presente, sobretudo, pelo surgimento do elemento figurativo “*burra*”, o qual coloca as mulheres encarceradas numa posição de autopunição.

Este último elemento, surge em oposição as demais objetivações do estímulo e está relacionado à crença de incapacidade, uma vez que a palavra *burra*, é um termo pejorativo utilizado para ofender alguém quando este é desprovido de inteligência. Outro aspecto evidenciado é que o grupo de participantes que representaram o estímulo “eu mesma” como *brurra*, é o mesmo que afirmou ser reincidente, ou seja, são representações daquelas que já possuíam antecedentes criminais. Portanto, o fato de estarem novamente privadas de liberdade está associado ao surgimento da expressão *burra* e sua respectiva representação consigo mesma.

Sobre este aspecto contraditório das representações sobre si mesma e, o estigma social que esta população carrega, Goffman (1963) indica que, o indivíduo estigmatizado, em nossa sociedade, adquire modelos de identidade que aplica a si mesmo diante da impossibilidade de se conformar a eles, sendo portanto, inevitável a existência de alguma ambivalência em relação a seu próprio eu. Sobre esta perspectiva, Simões (2013) ainda considera que o estigma e o tratamento recebido dentro da prisão afetam as mulheres privadas de liberdade, pois trazem consigo elementos sócio históricos que formam a base de percepção estereotípica da mulher. A pesquisadora ainda comenta que as mulheres sofrem um duplo estigma, sendo punidas não somente pelo desvio criminoso, mas também pelo desvio das normas sociais que regulam o que se espera de sua condição feminina.

Conclusão

O estudo em tela buscou conhecer o universo consensual das representações sociais criadas e compartilhadas por mães em privação de liberdade, na cidade de João Pessoa, Paraíba. Nesse intuito, partiu-se do pressuposto de que, para se ter acesso a essas representações seria necessário conhecer, além do espaço prisional, os diferentes contextos, os quais se interligam e compõem a história de privação de liberdade dessas mães. Este posicionamento baseado a partir da Teoria das Representações Sociais proporcionou analisar o fenômeno a partir de um olhar multifacetado, o qual conduziu ao conhecimento das consensualidades e particularidades inter e intra grupo.

Nessa direção, lançou-se o olhar sob a condição de ser mãe em privação de liberdade, não como algo isolado aos muros da prisão, mas integrando as experiências, pensamentos, sentimentos e percepções, compartilhadas por crenças, atitudes, valores e informações, as quais receberam novos sentidos e significados a partir do contexto social no qual passaram a viver.

Dessa forma, a partir de um levantamento prévio, foram selecionados alguns desses cenários, apresentados metodologicamente em forma de estímulos indutores e pequenas expressões, a saber: ser mãe, maternidade, paternidade, família, prisão e eu mesma. Estes elementos contemplaram representações sociais por meio de uma interface plural e complexa, a qual abarcou diferentes elementos de caráter afetivo, mental, comportamental, cognitivo, cultural, histórico, atrelados com a realidade social do contexto no qual as mães em privação de liberdade estavam inseridas.

Nessa perspectiva, o sentido que a privação de liberdade adquiriu nos processos interacionais foi marcado pela consensualidade à medida que os estímulos “ser mãe” e “maternidade” apresentaram representações sociais em comum, sendo possível observar

que esses dois estímulos indutores compartilham, de forma idiossincrática, de pelo menos um núcleo de sentido (afetivo). Por outro lado, a maternidade apresentou um número maior de objetivações, o que possibilitou constatar que a construção acerca do conhecimento desse fenômeno está ancorada em diferentes aspectos, não somente afetivos, mas sociais, culturais, históricos e psicossociais. Sendo assim, a maternidade apresentou-se como um fenômeno maior, o qual abarcou não somente o processo de tornar-se mãe, mas toda a rede de sentido que viabiliza a idealização desse novo papel.

Dessa forma, sugere-se novos desdobramentos sobre a temática em questão, a qual contemple a ampliação das análises das representações sociais sobre ser mãe e a vivência da maternidade no contexto prisional, a partir da análise dos discursos dessas mulheres e, de igual modo, o aprofundamento acerca da estrutura, centralidade e formação de sentidos e significados das representações sociais referentes aos estímulos indutores estudados.

Ademais, observou-se que o estímulo “paternidade”, assim como “família” trouxeram conteúdos que podem viabilizar novas possibilidades para a construção de planos de atuação frente ao público pesquisado. Destaca-se aqui a importância da rede de apoio, sendo a família extensa ou ampliada, um fator protetivo e impulsionador para se pensar em estratégias e intervenções de forma integrada, as quais, efetivem o fortalecimento dos vínculos e a reintegração social das apenadas.

Além disso, a inserção da mulher na prisão, modifica a rotina e demanda novos arranjos nas relações familiares. Nesse sentido, um ponto importante para se colocar em pauta seria a proteção e cuidados que os filhos dessas mulheres recebem, geralmente prestados pelos familiares mais próximos, os quais precisam também reorganizar suas rotinas, e conviver, muitas vezes, com uma série de vulnerabilidades (pobreza, violência, discriminação, estigmas), motivo pelo qual a rede de suporte especializada deve ser acionada para assegurar a manutenção dos vínculos afetivos e sociais.

As representações sobre a “prisão” revelaram predominantemente associações à opressão e sofrimento psíquico, não foram, portanto, emergidos conteúdos associados à ressocialização. Sendo assim, observa-se que a discussão sobre a política de ressocialização ainda é recente e o próprio termo traz consigo uma série de questionamentos, além de enfrentar a resistência daqueles que acreditam não ser possível a reinserção social de alguém que cometeu um crime, principalmente diante da gravidade dele.

Neste sentido, observa-se a necessidade de ações governamentais em consonância com a administração penitenciária para que sejam efetivadas implantações de leis e políticas públicas que possam ampliar os recursos, material e profissional, não só para promover a convivência com filhos e familiares, mas condições de reintegração e mudanças de paradigmas, o qual busque descentralizar o contexto prisional, como a única solução de política criminal para essas mulheres. Sugere-se, portanto, a ampliação de debates e pesquisas que incluam a opinião da população geral, setores do estado (segurança pública, sistema judicial) sociedade civil organizada e a própria administração penitenciária (gestores e funcionários) sobre os pontos levantados no estudo.

Salienta-se que o termo “prisão”, carrega historicamente uma série de conotações negativas associadas à privação de liberdade e às relações firmadas dentro desse espaço. No entanto, optou-se por usá-lo no estudo como estímulo indutor, por ser um termo familiarizado e incorporado à linguagem cotidiana das participantes da pesquisa, quando associado ao espaço de convivência aonde estavam inseridas.

As representações sociais acerca do estímulo “eu mesma” trouxeram elementos valorativos que expressaram predominantemente uma autoimagem positiva sobre si. Este resultado torna-se pertinente, pois os elementos que foram emergidos podem subsidiar a

ampliação de estudos e elaboração de ações que trabalhem questões sobre identidade, conduta criminosa, saúde mental e resiliência.

Sobre o estigma social associado às mães privadas de liberdade, destaca-se a necessidade de trabalhar essas questões de forma ampla, uma vez que esta prática não deve ser naturalizada por elas, nem extensiva aos seus familiares e, principalmente a seus filhos, que antes de tudo, são crianças/adolescentes/adultos que possuem trajetórias e potencialidades próprias, mesmo compondo um contexto familiar marcado pela prisão.

Por fim, o intuito maior deste estudo foi reunir informações com o objetivo de promover a ampliação dos debates e também de contemplar um olhar multifacetado sobre a perspectiva das mães inseridas no contexto prisional. Defende-se a necessidade de aproximar o contexto acadêmico das realidades sociais, além de garantir que estas realidades sejam retratadas como produção científica concreta, desde um lugar possível para a construção e transformação de conhecimento, bem como para atuação profissional.

Referências

- Anzieu, D. (1979). *Os métodos projetivos*. Rio de Janeiro: Ed. Campos.
- Abrieu, J. C. (1994). *Pratiques sociales et représentations*. Paris: Presses Universitaires de Franc.
- Batista, L., & Loureiro, A. J. L. (2017). "Será que ele vai me chamar de mãe?": Maternidade e separação na cadeia. *Revista Psicologia Política*, 17(38), 57-71. Retirado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000100005&lng=pt&tlng=pt.
- Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública (2018). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres* (2a ed.). Brasília, DF: o autor.

Retirado de: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf

Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública (2019). Projeto BRA 34/2018: produto 5 relatório temático sobre as mulheres privadas de liberdade, considerando dados do produto 01, 02, 03 e 04. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional. Retirado de: http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf

Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública (2020). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN. Período de julho a dezembro de 2019. Brasília, DF. Retirado de: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ZlZWVmNzktNjRlZi00MjNiLWFhYmYtNjExNmMyNmYxMjRkIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>

Cibois, U. F. R. (1995). *Tri-deux-mots*. Versão 2.2 Paris: Sciences Sociales.

Di Giácomo, J. P. (1981) Aspects méthodologiques de l'analyse des représentations sociales. *Cahiers de Psychologie Cognitive* 1(1), 397-422.

Diwana, V., Ventura, M., Simas, L., Larouzé, B., & Correa, M. (2016). Direitos reprodutivos das mulheres no sistema penitenciário: tensões e desafios na transformação da realidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(7), 2041-2050. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015217.21632015>

Diwana, V., Corrêa, M. C. D. V., & Ventura, M. (2017). Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 27(3), 727-747. <https://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312017000300018>

- Goffman, E. (1963). *Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity*. New York: Prentice Hall.
- Lima, G. M. B. (2013). *A vida de mulheres na prisão: legislação, saúde mental e superlotação em João Pessoa – PB*. (Tese de Doutorado). Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Rio de Janeiro. Retirado de:
https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/20504/2/Lima_Gigliola_Marcos_Bernardo_de.pdf
- Lima, G. M. B.; Pereira Neto, A. F.; Amarante, P. D. C.; Dias, M. D.; Ferreira Filha, M. O. (2013). Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência. *Saúde em Debate*, 37(98), 446-456. Retirado de: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v37n98/a08v37n98.pdf>
- Ministério da Justiça (2020). Ofício-circular Nº 62/2020/DIRPP/DEPEN/MJ (11317220) referente ao mapeamento de mulheres presas grávidas, parturientes, mães de crianças até 12 anos, idosas ou doentes. Retirado de: http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1588195416_SEI_MJ11429916Informao_final.pdf
- Miranda, M. L. A., & Granato, T. M. M. (2016). Pais encarcerados: narrativas de presos sobre a experiência da paternidade na prisão. *Psico*, 47(4), 309-318. <https://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2016.4.23413>
- Nóbrega, S. M., & Coutinho, M. P. L. (2003). O Teste de Associação Livre de Palavras. In: Coutinho, M. P. L. (Org.). *Representações sociais: Abordagem Interdisciplinar*. João Pessoa: Editora Universitária.
- Saraiva, E. R. A. (2007). A experiência materna mediada pela depressão pós-parto: um estudo das representações sociais. *Dissertação de Mestrado em Psicologia Social*.

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Retirado de http://www.cchla.ufpb.br/pos_psi/pdf/dissertacoes/evelyn_rubia_2007.pdf

Santos, M. V., Alves, V. H., Pereira, A. V., Rodrigues, D. P., Marchiori, G. R. S., & Guerra, J. V. V. (2017). Mental health of incarcerated women in the state of rio de janeiro. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 26(2), e5980015. <https://dx.doi.org/10.1590/0104-07072017005980015>

Simões, V. F. N. (2013). *Filhos do cárcere: limites e possibilidades de garantir os direitos fundamentais dos filhos das mulheres privadas de liberdade no Brasil*. Porto Alegre: Núria Fabris Ed.

Zaninelli, G. (2015). Mulheres encarceradas: dignidade da pessoa humana, gênero, legislação e políticas públicas. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Norte do Paraná. Programa de Mestrado em Ciência Jurídica. Jacarezinho, Paraná. Retirado de: <https://uenp.edu.br/pos-direito-teses-dissertacoes-defendidas/direito-dissertacoes/6854-giovana-zaninelli/file>

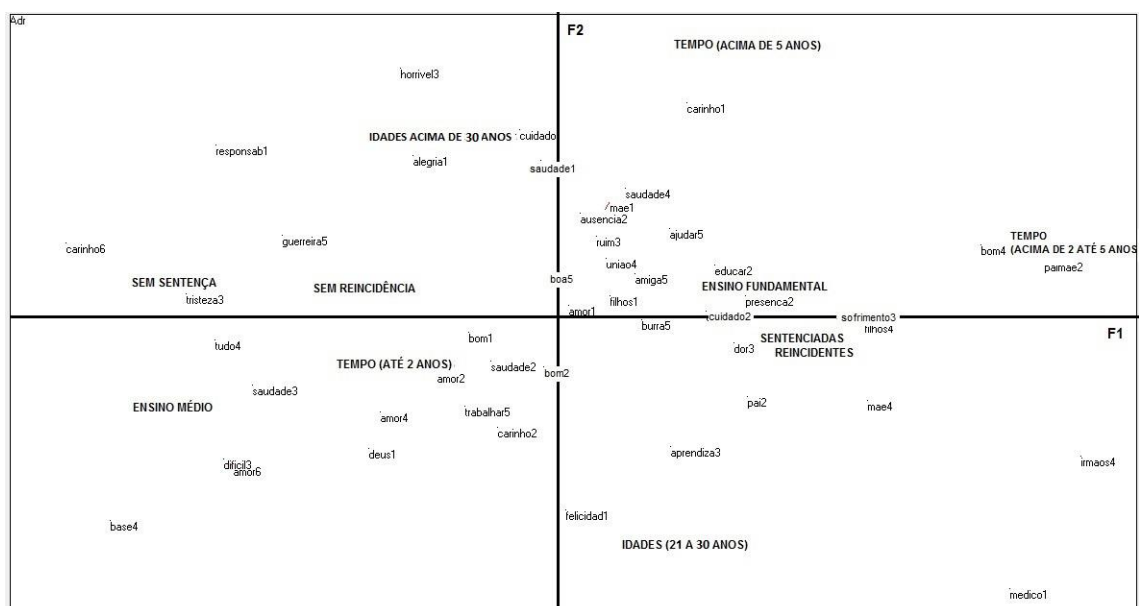
Tabela 2. Evocações associadas aos estímulos com as maiores contribuições por fator.

Estímulo indutor	Evocação	CF1	CF2
Ser mãe	Carinho	79	-
	Amor	-	49
Maternidade	Médico	-	87
	Carinho	-	87
	Cuidado	-	64
	Felicidade	-	46
	Saudade	-	40
	Responsabilidade	-	39
	Alegria	-	30
	Mãe	-	26
	Deus	-	21
Paternidade	Pai e mãe	54	-
	Carinho	-	28
Prisão	Aprendizado	-	118
	Horível	-	71
	Tristeza	58	-
	Saudade	42	-
	Sufrimento	36	-
	Difícil	-	27
	Irmãos	117	-
	Tudo	92	-
	Base	-	66

Família	Mãe	64	-
	Filhos	62	-
	Saudade	-	43
	Bom	41	-
	Amor	-	35
Eu mesma	Guerreira	21	-

**Nota.* Os valores destacados demonstram maior contribuição para o fator indicado.
(CF1 – Carga Fatorial do primeiro eixo; CF2 – Carga Fatorial do segundo eixo).

Figura 4 – Plano fatorial de correspondência das representações sociais elaboradas pelas mães em privação de liberdade.



Legenda: Variáveis de Opinião ou Estímulos indutores. O número no final de cada palavra significa: 1 = maternidade; 2 = paternidade; 3 = prisão; 4 = família; 5 = “eu mesma” e 6 = “ser mãe”. Variáveis Fixas (em caixa alta): Sentenciadas e sem sentença; Faixas de idade da mãe: 21-30 anos, Acima de 30 anos; Escolaridade: até o ensino fundamental e, ensino médio; Reincidentes e sem reincidência; Tempo que está na instituição: até 2 anos; acima de 2 menos até 5 anos; acima de 5 anos.

**CAPITULO III. ARTIGO 3: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A
MATERNIDADE PARA MÃES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A MATERNIDADE PARA MÃES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

(Artigo publicado na Revista: *Estudos e Pesquisas em Psicologia* -Qualis A2)

Pinto, A. V. L., Coutinho, M. P. L., Cavalcanti, J. G., & Araújo, K. C. (2020). As Representações Sociais sobre a Maternidade para Mães em Privação de Liberdade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20 (2), 442-463. doi:10.12957/epp.2020.52578

Resumo: Diante do aumento do encarceramento feminino, ganharam visibilidade questões específicas deste público, dentre elas as relacionadas à maternidade. Este estudo objetivou conhecer a vivência da maternidade para mães privadas de liberdade, a partir do aporte teórico das Representações Sociais (RS). Participaram 15 mães, entre 21 e 44 anos ($M=30,47$; $DP=6,25$) do Centro de Ressocialização Feminino de João Pessoa, Paraíba. Foram submetidas a entrevistas em profundidade e ao questionário sócio-demográfico. A produção textual foi processada com o auxílio do *software* ALCESTE e analisadas pela Classificação Hierárquica Descendente, os dados sócio-demográficos por meio do SPSS (versão 21). Dos resultados, emergiram quatro classes temáticas, ancoradas: na vivência e rotina diária na prisão; no conhecimento sobre processos, sentenças e morosidade da justiça; nas vulnerabilidades para o uso de substâncias psicoativas e suas consequências nas relações familiares; e na vivência da maternidade. Ser mãe, neste contexto, foi objetivado como sinônimo de sofrimento, incerteza e culpa pela ausência nos cuidados maternos e pela separação dos filhos e familiares. Destaca-se que a maternidade adquire diferentes facetas que ora se aproximam e ora se distanciam do ideal de maternidade socialmente disseminado. Assim, faz-se necessário promover ações sociais que busquem fortalecer os laços psicossociais entre as mães presas, suas famílias, filhos e sociedade.

Palavras-chave: maternidade, mães, privação de liberdade, representações sociais.

Abstract: Faced with the increase in female incarceration, specific issues of this public gained more visibility, including those related to maternity. This study aimed to know the motherhood experience among mothers deprived from liberty from the perspective of theoretical contribution of Social Representations. Fifteen mothers, between 21 and 44 years old ($M = 30.47$; $SD = 6.25$) from the Centro de Ressocialização Feminino of João Pessoa, Paraíba participated. They were submitted to in-depth interviews and the socio-demographic questionnaire. The textual production was processed with the aid of ALCESTE software and analyzed by the Descending Hierarchical Classification, the socio-demographic data through the SPSS (version 21). From the results, four thematic

classes emerged, anchored: in the experience and daily routine in prison; knowledge of court proceedings, judgments and delays; vulnerabilities to psychoactive substance use and their consequences on family relationships; and in the experience of motherhood. Being a mother, in this context, was objectified as a synonym of suffering, uncertainty and guilt for the absence of maternal care and separation of children and family. It is noteworthy that motherhood acquires different facets that are now approaching and away from the ideal of socially disseminated motherhood. Thus, it is necessary to promote social actions that seek to strengthen psychosocial ties between imprisoned mothers, their families, children and society.

Keywords: maternity, mothers, deprivation of liberty, social representations.

Resumen: Delante del aumento del encarcelamiento femenino, ha ganado visibilidad las cuestiones específicas de este público, entre ellas las relacionadas a la maternidad. Este estudio objetivó conocer a la vivencia de la maternidad para las madres privadas de libertad, a partir del aporte teórico de las Representaciones Sociales (RS). Participaron 15 madres, entre 21 y 44 años ($M=30,47$; $DP=6,25$) del Centro de Resocialización Femenino de João Pessoa, Paraíba. Se sometieron a entrevistas en profundidad y al cuestionario sociodemográfico. La producción textual fue procesada con el auxilio del *software* ALCESTE y analizadas por la Clasificación Jerárquica Descendente, los datos sociodemográficos por medio del SPSS (versión 21). De los resultados, emergieron cuatro clases temáticas, ancladas: en la vivencia y la rutina diaria en la cárcel; en el conocimiento sobre los procesos, las sentencias y la morosidad de la justicia; en las vulnerabilidades para el uso de las sustancias psicoactivas y sus consecuencias en las relaciones familiares; y en la vivencia de la maternidad. Ser madre, en este contexto, fue objetivada como sinónimo de sufrimiento, inseguridad y culpa por la ausencia en los cuidados maternos y la separación de los hijos y familiares. Se destaca que la maternidad adquiere diferentes facetas que ora se acerca y se aleja del ideal de la maternidad socialmente diseminado. De esta forma, es necesario promover acciones sociales que busquen fortalecer los vínculos psicosociales entre las madres encarceladas, su familia, los hijos y la sociedad.

Palabras-clave: maternidad, madres, privación de libertad, representaciones sociales.

Nos últimos anos, com o aumento do encarceramento feminino no Brasil, as discussões sobre questões específicas dessa parcela da população foram ampliadas. Dentre elas, debates acerca dos direitos maternos, reprodutivos e sexuais das mulheres privadas de liberdade (Brasil, 2018; Brasil, 2015). Dessa forma, ainda que tardiamente, estas mulheres têm ganhado certa visibilidade nos diferentes setores da sociedade, bem como na representação em políticas e pesquisas (Brasil, 2015).

Atribui-se o período de invisibilidade desse público a questões históricas, nas quais a criminalidade feminina não era diferenciada da masculina (Novaes & Maurari, 2010; Simões, 2013). Em contrapartida, França (2014) aponta que o envolvimento com o crime, assim como os vínculos com que as mulheres estabelecem suas relações dentro da prisão com seus familiares e filhos, apresentam-se, em geral, de maneira diferenciada, pois elas carregam consigo sistemas discriminatórios que alicerçam historicamente suas posições diante da sociedade (Alcântara & Sousa, 2018). Portanto, o aprisionamento feminino não poderia ser considerado do mesmo modo que o masculino, visto que, as repercussões sobre si, sua família, filhos e sociedade são distintas.

Nessa direção, Braga (2015) pontua que a mulher privada de liberdade ocupa lugares opostos nos repertórios de papéis atribuídos às mulheres na sociedade. Estas são associadas, por um lado, às expectativas sociais e morais que lhes são depositadas (qualidades maternas, boa filha, esposa e mãe), pertencentes a uma visão estereotipada do ideal feminino. Por outro lado, as associam ao desvio criminoso, marcado pelo crime e delinquência. Assim, segundo Simões (2013), nas prisões femininas se exerce um regime disciplinar muito mais duro, pois as mulheres seriam duplamente punidas, pelo desvio criminoso e pelas transgressões das normas sociais que regulam o que se espera de sua condição feminina.

Diante deste cenário, em consonância com o notório crescimento da população prisional feminina, observa-se também um recente aumento na produção científica nacional que discute e analisa as especificidades desse público (Brasil, 2015; Cortina, 2015; Ferrari & Fan, 2016; Germano, Monteiro, & Liberato, 2018; Leal, Ayres, Esteves-Pereira, Sánchez, & Larouzé, 2016). Essas investigações tornam-se relevantes, pois coadunam-se com a atuação das políticas públicas sociais e da saúde voltadas para esta população (Lermen, Gil, Cúnico, & Jesus, 2015). Voltam-se especificamente, à Política

Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – PNAME (Brasil, 2014), que tem como um dos objetivos principais: fomentar e desenvolver pesquisas relativas ao encarceramento feminino.

De igual modo, o desenvolvimento desses estudos impulsiona a elaboração de conhecimentos, viabiliza recursos para a ampliação das demais políticas públicas, além de reunir diferentes áreas de conhecimento (ex. Psicologia, Saúde, Direito, Segurança, Educação), as quais contribuem para um olhar multifacetado e qualificado sobre as questões em pauta.

Nesse sentido, buscando contribuir com a produção científica nacional e alinhados aos objetivos da PNAME, o estudo em tela buscou desenvolver análises e reflexões acerca da vivência da maternidade no contexto prisional. Esta temática foi selecionada por ser um fenômeno social complexo e reunir uma série de consequências que reverberam nos diferentes cenários da vida destas mães (vínculos familiares, relações entre mãe e filho, relações de poder nas prisões, papéis de gênero, garantias de direitos) constituindo-se, portanto, como campo fértil para promover debates e produzir informações pertinentes que venham a diminuir os impactos que o encarceramento acarreta nesse contexto.

Associados a esses diferentes cenários de vida, as mães presas, no Brasil, são em sua maioria negras, jovens, solteiras, com baixa escolaridade e têm a associação ao tráfico de drogas como principal via de acesso à criminalidade e à prisão (Brasil, 2018; Leal et al., 2016). Ademais, essas mulheres carregam consigo trajetórias de vidas, historicamente, marcadas pela exclusão, desigualdade, racismo, patriarcalismo, estigmas e opressão (Alcântara & Sousa, 2018). É nesse cenário de intensas vulnerabilidades que muitas mulheres experienciam a maternidade, cuja função ganha novas nuances diante do contexto prisional.

Alguns dos fatores associados a esta nova realidade estão relacionados à negligência e desatenção aos direitos humanos por parte do sistema judiciário, o qual provoca danos às mulheres privadas de liberdade, como perda de suas filhas e filhos e o impedimento da manutenção dos vínculos familiares (Brasil, 2015).

Por sua vez, as instituições que asseguram o exercício da maternidade acabam tirando o poder de decisão das mulheres presas, quanto a escolha de se e como querem cuidar dos seus filhos. Isto produz uma validação dos saberes médicos, administrativos e jurídicos no que diz respeito a padrões normativos de conduta impostos às mulheres dentro das prisões, gerando assim uma naturalização do papel materno feminino e a não autonomia do exercício da maternidade (Brasil, 2015). Segundo Leal Ayres, Esteves-Pereira, Sánchez, e Larouzé (2016), esta realidade viola o que preconiza a Constituição Federal, uma vez que as mulheres presas deveriam se beneficiar do mesmo tratamento que a população livre recebe.

Em consonância, o exercício materno no contexto prisional, de maneira geral, está mediado por mecanismos de controle institucionais que, segundo Cúnico, Brasil e Barcinski (2015), são frequentemente justificados e legitimados, em especial quando associados à possibilidade de ressocialização. A instituição prisional, no intuito de tentar ressocializar estas mulheres, acaba evidenciando a domesticidade feminina, sobretudo a expectativa de que elas desejam reassumir suas funções maternas. Dessa forma, as mães em situação de prisão são culpabilizadas por não desempenharem sua função materna e por, aparentemente, não terem pensado nos filhos no momento em que cometeram os crimes.

Por suposto, Lima, Pereira Neto, Amarante, Dias, e Ferreira Filho (2013) indicam que o significado da maternidade na prisão abarca uma série de experiências vivenciadas por múltiplos sentimentos (tristeza, solidão, perda, dor, saudade), intensificados pelo

processo de encarceramento. Em consonância, Lima (2013) aponta a recorrência dos sentimentos de tristeza, dor e desesperança por parte das encarceradas que são mães, visto que essas relatam o abandono dos familiares, amigos e sobretudo a separação dos filhos.

Nesse sentido, Leal et al. (2016) avaliam que os impactos do afastamento da família, sobretudo dos filhos, em relação à mãe encarcerada são nocivos não apenas para as crianças, mas para a sociedade como um todo. Visto que as consequências produzidas para os filhos dessas mulheres, não somente os que estão na prisão, como também aqueles fora dela, atenuam ciclos de exclusão e vulnerabilidade social. Nesse sentido, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indica que os esforços e atenção das gestoras e idealizadoras de políticas prisionais devem estar voltados também para esta população invisível, de filhos e filhas, visto que, os direitos dessas crianças e adolescentes, quanto à alimentação, cuidados, assistência material e afetiva, devem ser resguardados (Brasil, 2015).

Diante dessas premissas, ao se estudar a temática da maternidade no contexto prisional, deve-se considerar que as mulheres inseridas neste ambiente trazem consigo uma história de vida, agindo em função de suas crenças, percepções, sentimentos, valores e comportamentos. Estes possuem sentidos e significados que precisam ser identificados, uma vez que, são construídos e compartilhados socialmente (Coutinho & Do Bú, 2017; Chaves & Silva, 2013). Portanto, ainda que as mães estejam em privação de liberdade, faz-se necessário buscar olhar o fenômeno para além dos muros que as isolam.

Dessa forma para nortear o estudo em tela, utilizou-se como enfoque teórico um olhar psicossocial, proporcionado pela Psicologia Social, e subsidiado pela teoria das Representações Sociais (RS). Assim, a maternidade foi concebida como uma construção social, processo complexo, multifacetado, que está em constante transformação. Analisou-se a temática a partir da apreensão do processo de produção e elaboração das

construções particulares das realidades sociais das mulheres privadas de liberdade, bem como, pelo processo de organização do seu sistema de conhecimento do senso comum, de ideias e valores (Franco, 2004; Moscovici, 2012).

Diante dessas premissas, o presente estudo foi delineado no intuito de responder a seguinte pergunta: Como mães em privação de liberdade vivenciam a maternidade? Para tanto, objetivou-se apreender as representações sociais acerca da maternidade, elaboradas por esta população. Especificamente, buscou-se compreender a vivência do encarceramento; investigar as implicações que este provoca ao exercício da maternidade e na relação entre mãe e filho.

Método

Tipo de estudo

Trata-se de uma pesquisa de campo, transversal, do tipo exploratória-descritiva e analítica, subsidiada por uma abordagem psicossociológica, ancorada na Teoria das Representações Sociais de Moscovici.

Participantes.

Contou-se com a participação de 15 mães em privação de liberdade, com idades entre 21 e 44 anos ($M=30,47$; $DP=6,25$), que se autodeclararam pardas. A maioria era solteira (10), estudou até o ensino fundamental incompleto (9), tinha entre 1 a 6 filhos ($M= 2,87$; $DP= 1,40$). A classe socioeconômica foi identificada como: baixa (4), média-baixa (3) e média (8). Para este item utilizou-se a seguinte pergunta ‘Em comparação com

as pessoas da sua cidade, você diria que a sua família é de qual classe socioeconômica?’, em seguida eram apresentadas as alternativas supracitadas, complementadas por mais duas (média-alta e alta) que não foram identificadas por nenhuma das mulheres.

Quanto ao tempo na prisão, a maioria estava a menos de um ano em privação de liberdade (6), era reincidente (9) e usava drogas fora da prisão (10). Cinco delas declararam usar medicações de uso continuado para as seguintes enfermidades: anemia (2), depressão (1), vírus HIV (1) e hipertensão (1). Doze possuíam sentença condenatória, e estavam cumprindo pena para os seguintes crimes: tráfico de drogas (4), furto (1), roubo (4) e homicídio (4). Adotou-se como critérios de inclusão: estar em regime fechado, ser mãe, e o critério de saturação teórica para suspender a inclusão de novas participantes, a partir da redundância e repetição dos dados que foram obtidos.

A pesquisa foi desenvolvida em um Centro de Reeducação para Mulheres, localizado no município de João Pessoa/PB. Na ocasião, encontrava-se reclusa uma gestante, quatro mulheres que tiveram seus filhos quando já estavam presas e as demais foram separadas dos filhos no momento da prisão. Aquelas que tiveram os filhos no centro de reeducação, relataram que no período da gestação, foram transferidas para uma cela específica, provida de camas, berços, mosquiteiros, enxoval completo, fraldas, cadeira para amamentar, ventilador, televisão, som. As mães permaneciam no local pelo período de seis meses, tempo mínimo estabelecido para a amamentação, em seguida seus filhos eram entregues aos familiares.

Das participantes da pesquisa, oito relataram receber visitas dos filhos que, em sua maioria, iam acompanhados pela avó materna. As visitas ocorriam aos domingos das 8:00h às 15:00h. Devido a condição socioeconômica, e por muitos familiares morarem em cidades mais distantes do centro de reeducação, a frequência das visitas variaram, em intervalos de quinze dias a um mês.

Instrumentos

Utilizou-se um questionário sociodemográfico com a finalidade de obter informações sobre o perfil das participantes, com itens como: idade, sexo, escolaridade, estado civil, quantidade de filhos, renda, raça/etnia, sentença condenatória, artigos do código penal que foram enquadrados os crimes, reincidência, uso de drogas. Fez-se uso também da entrevista em profundidade, utilizada com a finalidade de obter o maior número possível de informações e detalhamento sobre a temática em questão. A mesma é utilizada geralmente na compreensão de especificidades culturais que abrangem vários âmbitos (experiências do dia a dia, questões psicossociais, elementos históricos, dentre outros) elaborados com base na linguagem do senso comum, sendo esses aspectos necessários para a apreensão das representações sociais de determinados grupos (Minayo, 2012; Nogueira-Martins & Bógus, 2004).

Procedimentos éticos e de coleta de dados

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba - CEP/CCS, sob o protocolo de nº 2.513.580. Foram acatados todos os preceitos éticos preconizados pela Resolução 466/2012, do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. A pesquisa foi realizada nas dependências do centro de reeducação feminino, após aprovação da proposta de estudo pela Gerência Executiva de Ressocialização do Estado da Paraíba e pela gestora da instituição pesquisada. Nos dias da aplicação, a pesquisadora dirigia-se à chefe de disciplina da instituição e, após sua liberação, era conduzida aos dois pavilhões nos quais estavam as mulheres presas. No local, a pesquisadora era recebida pelas agentes penitenciárias de plantão, que traziam as

mães e organizavam o local para a pesquisa. Esta ocorria, individualmente, via de regra, na sala de estudos ou na área destinada para as visitas dos domingos. Além disso, somente foi aplicado o material da pesquisa, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelas participantes. Na ocasião, foi orientado sobre o sigilo referente à identidade das mulheres e da não obrigatoriedade de participação, apesar da autorização prévia da instituição. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas de forma literal. O tempo total de aplicação dos instrumentos foi, em média, de 35 min.

Análise dos dados

Os dados do questionário sociodemográfico foram processados por meio do IBM SPSS (versão 21), e analisados por meio de estatística descritiva (frequência, porcentagem, média e desvio padrão). Por sua vez, as 15 entrevistas transcritas e codificadas foram processadas pelo software ALCESTE, desenvolvido por Reinert (1993), cujo método de estatística textual permite identificar a organização tópica do discurso, tornando-se possível a análise psicossocial da linguagem oral e escrita (Saraiva, Coutinho, & Miranda, 2011). O programa computacional quantifica o texto para evidenciar estruturas com significados mais representativos e acessar informações fundamentais presente no texto. Ademais, sua concepção e processamento permitem a análise da linguagem das representações sociais que organizam e dão forma ao pensamento e ao conhecimento social (Saraiva et al., 2011).

Dessa forma, foram realizadas: a descrição da frequência simples e do percentual das palavras, seguida do cálculo do χ^2 e; a Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Esta consiste em destacar cada palavra de uma determinada classe representando sua

relação com outras palavras com base na proximidade de conteúdo do total do *corpus*, em um gráfico com formato de dendrograma (Saraiva et al., 2011).

Resultados

Considerando como parâmetro o dendrograma das quatro classes (Figura 5; p. 150) que emergiram a partir da CHD, é possível observar o modo como foram difundidas as representações sociais acerca da maternidade e conhecer suas especificidades no contexto penitenciário. O corpus foi constituído por 15 unidades de contexto iniciais (U.C.I), totalizando 22.382 ocorrências, sendo 2.519 palavras distintas, tendo 4 ocorrências, em média, por palavra. Após a redução do vocabulário às suas raízes, foram encontradas 441 palavras reduzidas e analisáveis e 443 unidades de contexto elementares (U.C.E). A CHD reteve 51% do total das U.C.E do *corpus*, distribuídas em quatro classes.

-----Inserir figura aqui-----

De acordo com o dendrograma houve a primeira partição do corpus em dois subcorpora, ou eixos. Um deles resultando do agrupamento da Classe 1 e 3, que compuseram o primeiro eixo, nomeado por “*A prisão e seu sistema de deveres e direitos*”, o qual abrangeu a dinâmica e os arranjos das relações estabelecidas no contexto penitenciário. Por sua vez, a segunda repartição, composta pelas classes 2 e 4, compôs o segundo eixo e contemplou a temática sobre as “*Vulnerabilidades e o significado da maternidade*”, no qual é identificado as trajetórias de vulnerabilidades associadas aos sentidos e significados atribuídos à maternidade. A seguir são apresentadas as classes e

suas principais características, seguindo a ordem de partição do corpus textual representado no dendrograma na Figura 5 (p. 150).

A Classe 1, nomeada “*A prisão e seu sistema: o prescrito e o não dito*”, envolveu 43 U.C.E, com 51 palavras, correspondendo 19% do *corpus*; foi composta por palavras e radicais no intervalo e frequência entre $\chi^2= 34$ (levamos, levando, levar, levava, leve) e $\chi^2= 5$ (primeiro). As variáveis-atributos que mais contribuíram para esta classe foram: mulheres sentenciadas, com até o ensino fundamental e idade acima de 30 anos. A seguir são apresentadas algumas U.C.E. que justificam a denominação da Classe 1, esta trata-se de questões sobre o (des)conhecimento do processo condenatório, a morosidade da justiça e os relatos que denunciam violações de direito:

[...]Fico apelando no banho de sol aqui pra subir pra ver se eu sei de alguma coisa. Não sei de que jeito eu vou sair só Deus sabe [...]eu tenho que morar aqui pra tirar a semiaberta porque eu vou voltar pro meu regime de novo. Na semiaberta se tranca todo dia de noite, na aberta a gente só se tranca no sábado e sai na segunda de manhã. A juíza deu o prazo e até agora não chegou [...]ter que passar uns dias na semiaberta, uns dois meses a três meses, ela disse, pra me poder ir pro direito da aberta. Mas, imagine você, passar esse tempo todo, aí o processo vai pro tribunal, passa um ano pra voltar, você já tem tirado tudo [...]foi um erro dele (*advogado*), ele não justificou, aí a juíza mandou um ofício pra mim, foi pro meu endereço antigo, eu não recebi. Aí saiu um mandato de prisão, faz cinco meses que eu tô aqui [...]é muito gasto, meu pai já gasta com gasolina e feira, e ainda trazendo mais duas, três crianças. Se eu for transferida, eu vejo eles, porque é bem pertinho lá de casa o presídio [...]eu subi (*setor administrativo da prisão*), aí me disseram: olhe é pra levar o menino pra casa, aí eu disse: ‘oxente porque não avisaram, eu disse’. Eu disse: ‘ow mulher, deixa eu ficar até amanhã com ele ou

até o outro domingo’. Aí ela ‘não, vai agora, você vai assinar e ele vai agora’ [...]. Como minha filha vai se sentir no meio da sociedade porque tem muita gente que é discriminada aqui dentro.

Ainda no primeiro eixo, a Classe 3, denominada “*A (con)vivência no ambiente prisional*”, obteve 29 U.C.E e 42 palavras, contabilizando 13% do *corpus*, sendo a que menos contribuiu. Foi constituída por palavras e radicais no intervalo de $\chi^2 = 53$ (cela) e $\chi^2 = 4$ (dentro), identificados nos relatos das mulheres que já são sentenciadas, e que cursaram até o ensino médio. Essa classe abrange a rotina e a dinâmica das relações estabelecidas no ambiente carcerário:

[...] Aqui eu faço faxina, fico assistindo televisão na cela, de vez em quando jogo dominó, me deito vou dormir, leio uma palavra na bíblia, fico conversando com as meninas da cela. Assim é o dia-a-dia da gente. Aí de manhã tem o banho de sol, tem a dança, a aula de dança também que a gente participa do grupo da juíza. É bom que ela ajuda com o processo da gente [...] porque as faxinas das celas sou eu que faço, são tudo paga pra quem faz, recebe o pagamento uma derb (*marca de cigarro*), um lanche, alguma coisa, entendeu? Aí a polícia vai e chama ‘olha vá organizar a cela que tá feia’ [...] aí tem que organizar, pintar, organizar, assim normal. Aí me acordo de nove horas da manhã, faço a faxina, depois a gente vai assistir televisão, jogar dominó, depois vai dormir [...] a gente fica parada o tempo todinho num cubículo bem pequenininho com vinte mulheres, aí quando sai pra fora pra dançar é bom demais. É uma hora de dança [...] comecei a estudar dentro da cela, a gente assiste televisão, conversa uma com a outra, escreve, às vezes tem alguma discussão mas é coisa besta, as agentes chegam normal, pra mim é tranquilo, quando eu tô tranquila.

A Classe 2, que integra o segundo eixo do subcorpora, foi denominada como “*Uso de substâncias psicoativas e sua relação com o exercício materno*”, formada por 38 U.C.E, contendo 52 palavras, significando 17% do *corpus*; apresentou palavras e radicais no intervalo e frequência significativa entre $\chi^2 = 53$ (droga, drogar, drogas) e $\chi^2 = 4$ (tivesse), representada por mulheres sentenciadas, com idades acima de 30 anos, que estão na prisão há cinco anos ou mais. Esta classe apresenta, principalmente, os contextos e trajetórias de vulnerabilidades, associados ao uso de substâncias psicoativas e suas consequências nocivas para a vida dos filhos:

[...]Dizia ‘mainha porque a senhora sai tanto de casa?’ Aí eu dizia que trabalhava, só não dizia o que era. Eu nunca dizia o que fazia, tirei a mais nova do peito logo cedo porque não tinha como eu sair pra o ponto de tráfico [...]eu comprava uma lata de leite, que ela nasceu com poucos quilos através das drogas [...]quando eu tava fora, grávida, eu usei droga. Eu gostava de ficar esperta que era o pó, cocaína, mas não era nem direto, mas a minha pior droga mesmo era a bebida. Quando eu tava grávida dessa agora há pouco, eu usava loló, usei muito no começo da gravidez, eu sabendo que estava ofendendo a minha filha [...]eu estava foragida tinha medo de ser presa. Então, nos primeiros quatro meses lá fora não fiz exame. Praticamente eu não tive acompanhamento na rua [...]quando eu sair, a primeira coisa que eu vou fazer é procurar meus filhos. Depois que eu fiquei sabendo que um deles tá vendendo droga, ta usando droga [...]hoje ela toma remédio controlado, minha filha. Aí fez exame na cabeça dela e deu um distúrbio através das drogas que eu usava, cheguei a usar o crack até os nove meses. Soube agora que consumiu maconha. Dói muito porque eu não quero isso pra minha filha, ela tem treze anos. Às vezes, diz que preferia eu morta, muita coisa.

Na sequência, a Classe 4, foi categorizada como “*As facetas e significados da maternidade e de ser mãe*”, conteve 117 U.C.E. e 66 palavras, expressando 51% das U.C.E. Composta por palavras e radicais no intervalo de $\chi^2 = 21$ (mãe) e $\chi^2 = 4$ (domiciliar). Assim, apesar de sua presença em quase todas as classes, a temática discutida neste estudo encontra-se reunida com maior representatividade na Classe 4. As variáveis-atributos que mais contribuíram com esta classe foram: mulheres que aguardam o julgamento da sentença, estão na prisão pela primeira vez, a menos de um ano, possuem até ensino fundamental e idade entre 21 e 30 anos. A seguir, estão reunidas algumas UCE representativas da Classe 4, que trata das diferentes formas de vivenciar a maternidade e suas repercussões na relação mãe-filhos, geradas pela condição de privação de liberdade:

[...]É triste porque eu fico pensando nos meus filhos. Podia tá perto deles e por erro meu mesmo (*devido ao crime cometido*), hoje eu tô distante. Aí eu me culpo e eu não tô me sentindo uma mãe que eu queria ser, prestativa com meus filhos [...]eu queria ter saído com ele né, todo sonho de mãe, aí eu vim pro corredor (*pavilhão das sentenciadas*) a pior tristeza que tem [...]eu tenho seis filhos pequenos, aqui fica difícil, porque machuca muito a distância. Meus filhos nunca se separou de mim da vez que se separou que tá demorando é essa e me machuca muito [...]distante dos filhos isso machuca demais, é muito ruim e faz cinco meses que eu não vejo eles, que não tenho visita também, não quis, eles sofriam muito [...]tá sendo difícil também, porque meu filho mais novo chega aqui e ele não me chama de mãe, ele chama minha mãe de mãe. Aí é difícil dói demais [...]eu só converso com meu advogado, ele praticamente virou minha família, só que minha mãe manda as coisas por ele, eu queria falar com ela pra que ela viesse, mas ela não vem. Já vai fazer quatro meses e eu não tenho nada de visita [...]meu filho não

tava tendo gosto de se arrumar, de brincar com os amiguinhos só no canto da parede calado, triste.

Discussão

A partir das interlocuções, é possível evidenciar que as representações sociais (RS), na classe 1, foram ancoradas nos mecanismos legais e sociais utilizados pelo Estado para legitimar o controle sobre as mães que estão presas. Essas estratégias encobrem muitas das possibilidades de exercício da maternidade e revelam um sistema de justiça omissivo, uma vez que, esse dispositivo legal permite que uma mesma medida ao garantir direitos produza violações, condicionando e alimentando ciclos de exclusão. Esses elementos podem ser identificados nas falas das participantes, quando expressam a dificuldade de obterem informações sobre o andamento do processo penal e o descumprimento e imprecisão dos prazos para mudanças de regime.

Em consonância, a precarização do acesso à justiça por parte das mulheres presas, também é retratada na pesquisa de âmbito nacional, realizada pelo IPEA, em estudo que revela alguns elementos identificados como entraves ao exercício dos direitos no ambiente prisional feminino. Dentre eles estão a falta de normas padronizadas para condutas institucionais, a restrição de quadros de profissionais das Defensorias Públicas Estaduais para atender a demanda desta população, e a falta de meios institucionais nas prisões que viabilizem a comunicação entre defensora e defendida (Brasil, 2015).

Outros três elementos, expressos nas interlocuções das entrevistadas, estão relacionados especificamente ao exercício da maternidade. O primeiro retrata a falta de comunicação e preparação psicossocial da instituição para o processo de separação mãe-bebê. O segundo manifesta a necessidade de transferência para que o cumprimento da

sentença ocorra em localização próxima à residência dos familiares e filhos. E o terceiro retrata o estigma social que as mulheres carregam por estarem na prisão e sua repercussão no tratamento que seus filhos podem receber a partir disso. Nos três casos, observa-se o descumprimento das políticas e leis voltadas para a população feminina em privação de liberdade.

Evidencia-se que os relatos das participantes denunciam a inobservância da instituição sobre o que é preconizado pela PNAME, que possuem dentre as metas: a) garantir assistência jurídica e acesso à informação sobre direitos e procedimentos de execução penal; b) assegurar o atendimento psicossocial para a efetivação do direito à convivência familiar; c) desenvolver ações de preparação para a saída da criança do estabelecimento prisional e sensibilização dos responsáveis ou órgãos por seu acompanhamento social e familiar. Esta omissão no cumprimento e execução dos direitos das mulheres privadas de liberdade é um problema de âmbito nacional, que traz repercussões negativas e perpetua ciclos de violações de direitos, exclusão e discriminação, extensivos a seus familiares e filhos (Brasil, 2015).

Em seguida, na Classe 3, a difusão das RS foi ancorada por aspectos referentes à esfera relacional e à manutenção do cotidiano prisional. Trata-se substancialmente, de mecanismos disciplinares, diluídos nos discursos descritivos sobre a rotina na prisão. As objetivações indicadas na CHD (*cela, jogar, faxina, faço, dominó, descemos, policial, organização*) confirmam esse argumento. Assim como nas U.C.E. representativas da classe, o cotidiano das mulheres entrevistadas é marcado, em geral, por atividades que não asseguram a reintegração social e o abono da pena, mas endossam a manutenção do controle, a hierarquização das relações estabelecidas nesse contexto, e a reprodução de tarefas tradicionalmente destinadas as mulheres no lar.

Esta evidência confirma as análises de Pádua e Barros (2018) sobre a precarização das condições de trabalho nas prisões, uma vez que a maioria das atividades desenvolvidas são desprovidas de garantias legais como aquelas atribuídas aos trabalhadores livres, não levam em consideração habilidades profissionais adquiridas anteriormente a prisão e, muitas vezes, não possuem vagas suficientes.

Acrescidos a isso, os resultados desta classe confirmam os estudos de Braga (2015), o qual menciona que os mecanismos de controle sobre as mulheres e mães em privação de liberdade são constituídos por práticas formais e informais, resultantes de arranjos de poder, forjados em políticas penitenciárias que, historicamente, excluem as mulheres e suas especificidades. Essas práticas podem ser identificadas nos relatos que descrevem a rotina de atividades das mulheres, a qual é preenchida, em sua maioria, por tarefas domésticas, de organização e limpeza do ambiente prisional, em troca de pequenos “agrados” (*cigarros, um lanche*). Por trás dessa dinâmica “formal”, capaz de garantir o bom comportamento e funcionamento prisional, encontram-se procedimentos, deveres e direitos que se distanciam daqueles previstos nas recentes políticas pensadas para elas. Esses arranjos são mais explícitos e justificados quando associados à maternidade e à possibilidade de ressocialização (Cúnico et al., 2015).

Ademais, o relato das mulheres sobre a superlotação nas celas também é uma realidade na maioria das unidades prisionais do Brasil. Esses dados corroboram as informações sobre a taxa de ocupações registrada em junho de 2016, que chegou a 156,7%, indicando que num espaço destinado a 10 mulheres, encontravam-se, em média, 16 custodiadas (Brasil, 2018).

Por sua vez, na classe 2, as RS acerca da maternidade ganham novos arranjos, ancoradas em condutas de vulnerabilidades devido ao uso e comercialização de drogas, e em implicações psicossociais no vínculo entre mãe e filhos. As objetivações utilizadas

nos discursos das mulheres nesta classe (*droga, usava, envolver, maconha, pó, solta, vendo*), corroboram evidências que demonstram a forte relação entre este público e a associação com o tráfico e uso de drogas (Braga, 2015; Diuana, Corrêa, & Ventur, 2017).

Nessa direção, de acordo com o INFOPEN, 62% das incidências penais que envolvem mulheres condenadas, ou que aguardavam julgamento em 2016, estavam relacionadas ao tráfico de drogas. De outra maneira, pode-se dizer que 3 em cada 5 mulheres que estão no sistema prisional respondem por crimes ligados ao tráfico (Brasil, 2018). Associados a isso, são destacadas nas falas das entrevistadas os diversos riscos e consequências psicossociais que o uso de entorpecentes e do álcool acarretaram, principalmente, na vida dos filhos.

As implicações psicossociais identificadas através das narrativas das mães em privação de liberdade foram: a) o desmame precoce para poder voltar a traficar; b) a necessidade de suplementação alimentar e o uso de medicação controlada para os filhos, devido ao consumo de drogas durante a gestação; c) a falta de acompanhamento pré-natal extramuros; d) e a preocupação do envolvimento dos filhos no consumo e associação ao tráfico de drogas. Muito embora essas questões estejam também relacionadas à saúde pública, os danos psicossociais causados pelo uso das drogas, reverberam de forma ampla, na qualidade das relações socioafetivas entre mãe e filho, bem como reforçam a imagem de transgressoras, tanto da lei quanto do comportamento prescritivo ao gênero feminino (França, 2014; Simões, 2013).

Por fim, a classe 4 retratou as RS acerca da maternidade ancoradas na esfera de ordem emocional, objetivadas pelos termos: *machucar, culpa, triste e sofrimento*; frequentemente expressados nas U.C.E. No dendrograma, a palavra *mãe* representou a crença central acerca da maternidade, seguida das objetivações (*filhos, família, amor,*

cuidar, boa). Ademais, a experiência materna, no cárcere foi associada às seguintes palavras: *difícil, distante, sofrimento, triste, culpa*.

Em conformidade com a pesquisa de Diuana et al. (2017), uma parte desses elementos representou formas de compreender a função materna, que a princípio, parece não ter muita diferenciação entre “ser mãe” dentro ou fora da prisão. Considerando que características como se preocupar, cuidar e sofrer são representações que sustentam o imaginário social acerca do que se espera de uma boa mãe. Nesse sentido, a apropriação dos significados das RS sobre a maternidade, compartilhados pelas mães privadas de liberdade, associa-se também ao *status* especial sobre o papel moral da boa mãe, valorizado socialmente e reforçado pelas práticas institucionais nas prisões.

Observa-se, no entanto, que alguns desses elementos ganham contornos específicos frente a condição do encarceramento, estes podem ser evidenciados a partir dos relatos que apontam para a perda de laços afetivos e abandono familiar, sendo este um dos principais elementos que caracterizam a diferenciação entre a vivência da maternidade dentro e fora da prisão. Associados a isso, segundo os estudos de Lima (2013), a atmosfera de ausências e violações de direito que, em geral, retratam as instituições prisionais estão para além do isolamento penal e configuram-se como ameaças à saúde mental destas pessoas.

O reduzido quantitativo de presídios femininos distribuídos pelo território nacional, constitui outro elemento potencializador para o distanciamento familiar e perda dos laços psicossociais dessas mulheres. Esta realidade ocasiona a concentração das apenadas em penitenciárias distantes do seu lugar de origem, conseqüentemente longe dos seus filhos e familiares, reforçando assim o abandono e a perda dos vínculos (Simões, 2013). Assim como evidenciado nos relatos das participantes, esta distância física também gera renúncia por parte das mulheres presas às visitas semanais dos seus

familiares e filhos, no intuito de poupá-los dos gastos com deslocamento e do constrangimento das revistas para entrada no espaço da visitação (Jesus, Oliveira, Oliveira, Brandão, & Costa, 2015).

Foi emergida também na classe 4, a palavra *domiciliar*, esta qualificada como pena não privativa de liberdade, prevista pela Lei de Execução Penal, localizada na regra nº64 (Brasil, 2015). O surgimento da palavra nesta classe pode ter relação direta com a difusão da concessão realizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), referente ao *habeas corpus* coletivo de nº 143.641, de 20 de fevereiro de 2018. Este foi publicado, concomitantemente, no mesmo período em que ocorreram as entrevistas que compuseram a seguinte pesquisa. Na decisão, o STF substitui a prisão preventiva pela domiciliar destinada às mulheres presas gestantes, ou mães de crianças de até 12 anos ou de pessoas com deficiência, em todo o território brasileiro, sem danos à aplicação das medidas alternativas previstas pelo Código de Processo Penal.

Ressalta-se ainda que as variáveis-atributos da classe 4 contribuíram de forma hegemônica para a elaboração, apropriação e difusão das RS sobre a vivência da maternidade no contexto prisional. Em razão das participantes estarem em privação provisória de liberdade, terem entre 21 e 30 anos, estarem presas pela primeira vez e há menos de um ano, configurando evidências de que a experiência materna em privação de liberdade é recente e, portanto, são questões que parecem vir à tona de forma mais latente.

Considerações Finais

Dessa forma, o estudo em tela buscou, em sua totalidade, ampliar a análise e discussão dos elementos representacionais acerca da maternidade no contexto prisional.

Para tanto, analisou-se os relatos de mães privadas de liberdade, organizados por meio de quatro classes temáticas geradas pela Classificação Hierárquica Descendente.

Como ponto inicial de análise, observou-se que os relatos das mulheres evidenciaram as diferentes formas de controle e omissão por parte do Estado ao aplicar medidas que não asseguram a reinserção social. Como consequência, as falas denunciam, o acesso deficitário às informações acerca dos seus direitos, perpassadas por uma atmosfera de estigmas refletidas nas descrições das práticas disciplinares, formais e informais, que reforçam a desigualdade de gênero.

Nesse direcionamento, observou-se que na classe 3, foram agrupados relatos sobre a vivência do encarceramento, sendo alcançado um dos objetivos do estudo. Muito embora, não tenha evidenciado relatos diretos que especificassem sua relação com a maternidade, tornou-se relevante estudar os elementos representacionais dessa classe, pois a mesma viabilizou o acesso a compreensão da rotina no ambiente prisional, bem como, as condições enfrentadas pelas mães privadas de liberdade no decurso do cotidiano.

Outro ponto analisado, reuniu elementos mais fortemente relacionados ao contexto da maternidade, sendo marcado inicialmente, por relatos de experiências de vulnerabilidades que antecederam a prisão. As falas das mulheres revelaram um passado de negligências para consigo e seus filhos, principalmente devido ao uso e comercialização de drogas. Esses discursos apontaram também para a fragilização nas relações socioafetivas estabelecidas antes mesmo da prisão.

Ao ingressarem no ambiente carcerário, muitas mães se depararam com uma realidade *difícil*, quase sempre associada a ausências de visitas, por dificuldades para manterem os vínculos com os filhos, e pela própria ambivalência dos sentimentos atribuídos à vivência da maternidade. Este paradoxo de sentimentos (*amor, cuidar, boa, triste, sofrimento, culpa*), presentes e atuantes, na experiência materna, traz à tona outros

sentidos e significados imbricados sobre o papel valorativo que a maternidade exerce no cárcere, uma vez que socialmente ter essas características dá a mulher o *status* de boa mãe.

Nesse sentido, a representação positiva quanto ao papel de mãe é, portanto, reforçada, no cárcere, por práticas institucionais que entende que as mulheres que buscam manter o contato com os filhos e cuidam bem deles têm mais chances de reabilitação. Por outro lado, a aquisição desse papel dá a mãe presa, a possibilidade de olhar a si mesma para além do ato criminoso, colocando-se como membros valiosos da sociedade por desempenharem a função de mães (Cúnico et al, 2015).

Diante desses apontamentos, faz-se necessário promover espaços colaborativos para que sejam fortalecidos e desenvolvidos laços e vínculos sociais e afetivos, entre as apenadas, seus filhos e família, tendo em vista o papel protetivo que estes desempenham no processo de institucionalização, na reinserção social e na diminuição das reincidências. Ações devem ser formuladas e executadas tendo foco no desenvolvimento das potencialidades (profissionais e pessoais) dessas mulheres, no resgate da dignidade, na orientação para possibilidades de novas trajetórias de vida, no acesso a informações acerca dos seus direitos e dos seus filhos e, na promoção da saúde, principalmente mental.

O foco dessas ações, portanto, não estaria no julgamento moral dos crimes, mas na garantia da efetiva reinserção social dessas mulheres. Não obstante, deve ser colocado em pauta problematizações acerca da lógica punitivista adotada pelo Estado e seu sistema prisional, que naturaliza as violações de direitos e permite a invisibilidade das especificidades que as mulheres privadas de liberdade trazem consigo.

Como limitações do estudo, aponta-se para prováveis omissões nos relatos das mulheres sobre as condições de vida e vivência da maternidade dentro da prisão, uma vez que a pesquisa foi aplicada no próprio ambiente de privação de liberdade. Outro ponto

diz respeito a mediação ocorrida pelas agentes penitenciárias na convocação e condução das participantes para a pesquisa, não sendo permitido à pesquisadora esse contato inicial direto com as apenadas.

Referências

- Alcântara, R. L. S., Sousa, C. P. C., & Silva, T. S. M. (2018). Infopen Mulheres de 2014 e 2018: Desafios para a Pesquisa em Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(spe2), 88-101. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000212154>
- Braga, A. G. M. (2015). Entre a soberania da lei e o chão da prisão: a maternidade encarcerada. *Revista Direito GV*, 11(2), 523-546. <https://dx.doi.org/10.1590/1808-2432201523>
- Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública (2018). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres* (2a ed.). Brasília, DF: o autor. Retirado de: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf
- Brasil (2015). Dar à luz na sombra: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão. Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos. Brasília: Ministério da Justiça, IPEA, 2015. Retirado de: <https://www.justica.gov.br/news/201clugar-de-crianca-nao-e-na-prisao-nem-longe-de-sua-mae201d-diz-pesquisa/pesquisa-dar-a-luz-na-sombra-1.pdf>
- Brasil. Ministério da Justiça (2014). Portaria nº 210, de 16 de janeiro de 2014. Brasília, DF. Retirado de: <http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/123163-482.html>
- Chaves, A. M. & Silva, P. L. (2013). Representações Sociais. In Camino, L. et al. *Psicologia Social: temas e teorias*. 2ed. Brasília, DF: Technopolitik. 413-464.

- Cortina, M. O. C. (2015). Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. *Revista Estudos Feministas*, 23(3), 761-778. <https://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p761>
- Cúnico, S. D., Brasil, M. V., & Barcinski, M. (2015). A maternidade no contexto do cárcere: uma revisão sistemática. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(2), 509-528. Retirado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000200005&lng=pt&tlng=pt.
- Diuana, V., Corrêa, M. C.D.V., & Ventura, M. (2017). Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 27(3), 727-747. <https://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312017000300018>
- Ferrari, I. F., & Fam, B. M. (2016). Mulheres e filhos encarcerados: uma realidade institucional. *Estudos & Pesquisas em Psicologia*, 16(4), 1153-1169. Retirado de: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/33442/24157>
- Franco, M. L. P. B. (2004). Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. *Cadernos de Pesquisa*, 34(121), 162-188. Retirado de: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/493/497>
- França, M. H. O. (2014). Criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de gênero. *Revista Ártemis*, 18(1), 212-227. Retirado de: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/22547>
- Germano, I. M. P., Monteiro, R. Á. F. G., & Liberato, M. T. C. (2018). Criminologia Crítica, Feminismo e Interseccionalidade na Abordagem do Aumento do Encarceramento Feminino. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(spe2), 27-43. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000212310>

- Jesus, A. C. F., Oliveira, L. V. O., Oliveira, E. A., Brandão, G. C. G., & Costa, G. M. C. (2015). O significado e a vivência do abandono familiar para presidiárias, *Revista Ciência e Saúde*, 8(1), 19-25. <http://dx.doi.org/10.15448/1983-652X.2015.1.19535>
- Leal, M. C., Ayres, B. V. S., Esteves-Pereira, A. P., Sánchez, A. R., & Larouzé, B. (2016). Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(7), 2061-2070. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015217.02592016>
- Lermen, H. S., Gil, B. L., Cúnico, S. D., & Jesus, L. O. (2015). Saúde no cárcere: análise das políticas sociais de saúde voltadas à população prisional brasileira. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 25(3), 905-924. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312015000300012>
- Lima, G. M. B. (2013). *A vida de mulheres na prisão: legislação, saúde mental e superlotação em João Pessoa – PB*. (Tese de Doutorado). Retirado de: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/26389/1/492.pdf>
- Lima, G. M. B., Pereira Neto, A. F., Amarante, P. D. C., Dias, M. D., & Ferreira Filha, M. O. (2013). Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência. *Saúde em Debate*, 37(98), 446-456. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-11042013000300008>
- Minayo, M. C. S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621-626. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>
- Moscovici, S. (2012). *A Psicanálise, sua Imagem e seu Público*. Petrópolis: Vozes.
- Nogueira-Martins, M. C. F., & Bógus, C. M. (2004). Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. *Saúde*

e *Sociedade*, 13(3), 44-57. Retirado de: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902004000300006>.

Novaes, E. D., & Murari, A. P. (2010). Uma Reflexão Teórico-sociológica acerca da inserção da Mulher na Criminalidade. *Revista Sociologia Jurídica*, nº10. Retirado de: <https://sociologiajuridicadotnet.wordpress.com/uma-reflexao-teorico-sociologica-acerca-da-insercao-da-mulher-na-criminalidade/>

Ormeño, G, & Stelko-Pereira, A. C. (2015). Filhos nascidos no cárcere e as dificuldades do exercício da maternidade em ambiente prisional. *Psicologia Argumento*, 33(82), 432-445. <http://dx.doi.org/10.7213/psicol.argum.33.082.AO07>

Pádua, T. A., & Barros, V. A. (2018). Considerações sobre o trabalho nas prisões e os equívocos da ressocialização. *Revista Trabalho (En)Cena*, 3(3), 58-75. <https://doi.org/10.20873/2526-1487V3N3P58>

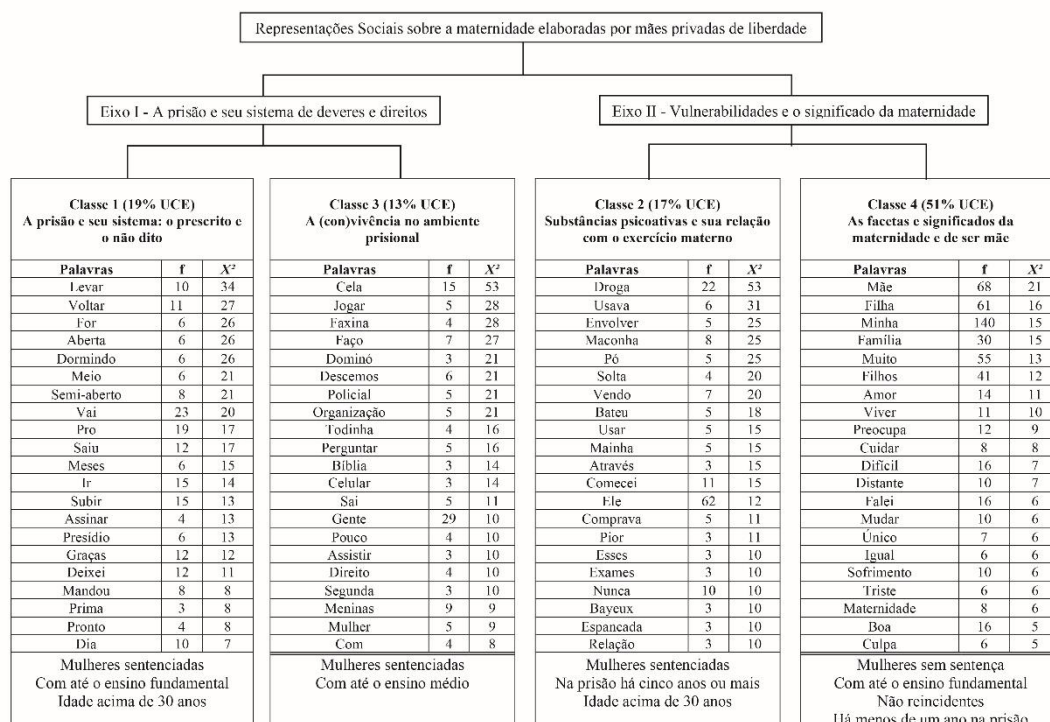
Reinert, M. (1993). “Quelques problèmes méthodologiques posés par l’analyse de tableaux ‘Énonces x Vocabulaire’.” *Paper presented at Journées internationales d’analyse statistique des données textuelles*, Montpellier, France. Retrieved from: <http://www.image-zafar.com/sites/default/files/publications/jadt1993montpellier.pdf>.

Simões, V. F. N. (2013). *Filhos do cárcere*: limites e possibilidades de garantir os direitos fundamentais dos filhos das mulheres privadas de liberdade no Brasil. Porto Alegre: Núria Fabris.

Supremo Tribunal Federal (2018). Todas as mulheres submetidas à prisão cautelar no sistema penitenciário nacional, que ostentem a condição de gestantes, de puérperas ou de mães com crianças com até 12 anos de idade sob sua responsabilidade, e das próprias crianças (*Habeas Corpus* 143.641). São Paulo. Retirado de:

<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC143641final3pdfVoto.pdf>

Figura 5 – Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente



Esta tese buscou, em sua totalidade, conhecer os aspectos psicossociais que estão relacionados à maternidade, no contexto prisional. Nesse sentido, confia-se que tal finalidade foi alcançada, por meio do desenvolvimento de três estudos, bem como, pelo auxílio teórico metodológico das Representações Sociais (RS). Dessa forma, reuniu-se informações, narrações e relatos de mães privadas de liberdade, com o intuito de dar voz e visibilidade a uma realidade invisível para a sociedade, governo e instituições. Temática abrangente e multifacetada, a vivência da maternidade no ambiente carcerário apresenta-se como um fenômeno complexo, o qual gera implicações não somente para este grupo de pertença, mas para seus filhos e familiares.

Diante desse contexto, foi possível, inicialmente, desenvolver o primeiro estudo da tese, que objetivou verificar como a produção científica nacional vem abordando a temática em questão. Para tanto, realizou-se uma revisão sistemática, a qual identificou que as produções científicas na área eram relativamente recentes, reforçando assim, a pertinência do desenvolvimento desta tese. Por sua vez, os estudos apontaram para tensionamentos quanto às condições maternas das mães privadas de liberdade, marcados pela presença constante de violações de direitos, discriminação, precariedade da estrutura física das prisões e dificuldades em no acesso aos serviços de saúde.

Em consonância, observa-se que o aumento dos estudos que abordam as especificidades das mulheres privadas de liberdade, se deu tanto devido ao crescimento do encarceramento feminino, bem como, pela implementação das políticas públicas sociais e da saúde voltadas para este público, não obstante, descontinuadas pelo atual cenário político brasileiro. Estas políticas constituem marcos legais fundamentais para a visibilidade do público carcerário, mais especificamente o feminino, e dentre as suas diretrizes está o fomento ao desenvolvimento de estudos e pesquisas que considerem este contexto e auxiliem no mapeamento das reais condições dessa população.

Destaca-se também a pluralidade com que a maternidade no contexto do cárcere foi abordada pelos estudos, sendo possível ampliar os sentidos e significados relacionados a ela. Considerou-se este fenômeno não apenas como um período de transformações biológicas, mas como um estado permanente do exercício materno que envolve aspectos subjetivos, psicossociais, ambientais e a necessidade de uma rede de apoio.

No entanto, esta condição é utilizada pelos agentes dos sistemas prisional e de justiça como técnica modeladora dos comportamentos maternos. Dessa forma, as mães são constantemente supervisionadas e seus cuidados maternos moldados a partir dos julgamentos e imposições desses agentes que lidam diretamente com este público. Outro ponto a ser destacado, diz respeito à imposição de cortes temporais do exercício materno, interrompidos pela separação entre mães e filhos, seja no momento da prisão ou após gestá-los dentro do ambiente prisional, implicando assim, em consequências para a criação e manutenção dos vínculos socioafetivos entre eles.

Por sua vez, o percurso teórico metodológico seguido nos estudos empíricos possibilitou a identificação dos conteúdos dimensionais das RS das mães privadas de liberdade, ressaltando a importância de analisar a temática desta tese, a partir do olhar da Teoria das Representações Sociais (TRS). Por meio da teoria, foi possível acessar a rede de sentidos e significados, compartilhada pelas mães em privação de liberdade, construindo um conhecimento prático e dinâmico sobre a temática. Assim, as produções desses conhecimentos viabilizaram a composição de um marco referencial explicativo, sobre a vivência da maternidade no contexto do cárcere, a partir, do olhar psicossocial da TRS e da apreensão de uma linguagem consensual, resultante das práxis sociais dessas mulheres.

Nesse direcionamento, lançou-se o olhar sob a condição de ser mãe em privação de liberdade, não como algo isolado aos muros da prisão, mas como uma condição,

resultante das experiências, pensamentos, sentimentos e percepções. Esses, compartilhados por crenças, atitudes, valores e informações, os quais receberam novos sentidos e significados, a partir do contexto social no qual essas mulheres passaram a viver. Assim, diante da abrangência da temática e dos resultados do primeiro estudo, partiu-se do pressuposto de que, para se ter acesso as RS acerca da maternidade no cárcere, seria necessário conhecer algumas dimensões psicossociais, as quais se interligam e compõem a história de privação de liberdade dessas mulheres.

Dessa forma, foi desenvolvido o segundo estudo da tese que teve a finalidade de conhecer as consensualidades e particularidades do grupo de mães, quanto à seis modalidades de evocações: ser mãe, maternidade, paternidade, família, prisão e eu mesma. Inicialmente foram encontrados conteúdos representacionais consensuais entre as palavras evocadoras ‘ser mãe’ e ‘maternidade’, ancorados pelo núcleo de sentido afetivo e em padrões sócio históricos que associaram os dois estímulos às representações tradicionais do ideal feminino. Não obstante, a maternidade foi considerada como um fenômeno maior, devido a quantidade de objetivações, ancoradas em diferentes esferas representacionais (afetiva, social, cultural, psico-orgância), abarcando não somente o processo de tornar-se mãe, mas toda a rede de sentidos que concretiza esta nova função.

Em contrapartida, as evocações ao estímulo ‘paternidade’ apresentaram elementos representacionais ambíguos que ora evidenciaram conteúdos ancorados na esfera socioafetiva, ora revelaram uma realidade ainda pouco explorada, objetivadas pela *ausência* da figura paterna e pelo rearranjo desta função, desempenhada pela própria mulher que acumula o duplo papel de *pai* e *mãe*. Tal representação coaduna-se com a realidade compartilhada pelo público feminino dentro das penitenciárias, onde em sua maioria, são mães solteiras, abandonadas por seus companheiros, ou estes também se encontram presos. Nesse sentido, o estímulo ‘família’ foi representado como um

contraponto, frente aos conteúdos representacionais da paternidade. Para o grupo pesquisado, a família emerge como fator idealizador de proteção e motivação para superar a condição de encarceramento.

Por sua vez, os conteúdos representacionais associados à ‘prisão’ expressaram sofrimento psíquico, intensificados de forma nociva frente ao tempo de permanência que as mães tinham na prisão. Nesse sentido, o grupo de mães que estavam a mais tempo em cumprimento de pena, representaram a prisão de forma mais latente, objetivando-a como um ambiente *horrível*. Estes resultados apontam para os danos referentes ao processo de institucionalização e pela presença de estigmas sociais historicamente associados ao aprisionamento.

Por fim, as RS das participantes acerca do estímulo ‘eu mesma’, objetivaram elementos valorativos que ressaltaram, em sua maioria, uma autoimagem positiva sobre si, revelando mecanismos de autopreservação e autoafirmação. Por outro lado, para o grupo de mulheres reincidentes, a palavra ‘eu mesma’ foi representada a partir de uma posição autopunitiva e estigmatizante. Nesse sentido, o fato de retornarem à prisão fez com que essas mulheres atribuíssem representações que realçaram pensamentos negativos sobre si, na direção de ideias que as inferiorizassem.

Diante desses achados e da necessidade de aprofundar as investigações, ampliou-se as análises das RS sobre a vivência da maternidade no contexto prisional, com o desenvolvimento do terceiro estudo da tese. Neste estudo, foi possível identificar, a partir das falas das participantes, aspectos que compõem a história de vida dessas mulheres, os quais, denunciam violações e fragilizações, agravadas quando as mesmas ingressam às prisões. Esta condição de vulnerabilidade, é endossada intramuros por meio de mecanismos de controle, constituídos por práticas (formais e informais) regulatórias, forjadas em políticas penitenciárias que historicamente excluem as mulheres.

Observou-se a condução do estudo por meio de dois eixos temáticos norteadores, um primeiro que abrangeu toda a dinâmica e arranjos das relações estabelecidas no contexto do cárcere, evidenciando questões sobre a rotina de atividades designadas às presas, além das dificuldades no acesso aos processos condenatórios e morosidade da justiça. No segundo eixo, foram identificadas as trajetórias de vulnerabilidades associadas às RS atribuídas à maternidade. Assim, reuniu-se relatos quanto ao uso de drogas e de suas consequências para o exercício materno, ainda quando as participantes estavam em liberdade, bem como relatos sobre a vivência da maternidade após sua prisão.

Em geral, foi identificada a presença de dimensões objetivas e subjetivas das RS sobre a maternidade, as quais situam o encarceramento como um espaço que reflete perdas dos laços socio afetivos, sendo este, o elemento principal que caracteriza a diferenciação entre a vivencia da maternidade dentro e fora da prisão. Assim, a maternidade vivenciada por mães em privação de liberdade é marcada por multifatores, os quais abarcam contextos de vida em que são evidenciadas a perpetuação de violações de direitos e ciclos de exclusão.

Esta realidade, perpassada pelo processo de encarceramento, revela relações de poder que excluem as especificidades dessas mulheres, assim como evidenciam a renúncia e abandono nas relações afetivas com os filhos e familiares. Ademais, reforçam o estigma de criminosa, à autopunição e o sofrimento psíquico. Estes são alguns dos fatores psicossociais evidenciados nas falas das participantes que estão relacionados à vivencia da maternidade nas prisões. Tais aspectos, compõem sistemas discriminatórios refletidos em práticas naturalizantes que se propagam, atingindo filhos e familiares, ainda que estes possuam trajetórias e potencialidades próprias, mesmo compondo um contexto familiar marcado pela prisão.

Em última análise, buscando articular os dados dos estudos da tese, observa-se que a maternidade no cárcere é marcada, principalmente, por vivências de vulnerabilidades, culpabilizações e sofrimento psíquico. Aspectos estes que são acentuados diante da invisibilidade histórica, associada ao encarceramento feminino. Assim também, pela lógica punitivista, clamada por parte da sociedade e executada pelas instituições penais. Estas últimas, por sua vez, estabelecem regras disciplinares rígidas, privações, humilhações e castigos que buscam não somente “reeducar” essas mulheres, mas estigmatizá-las como não merecedoras de garantias sociais e, portanto, não dignas a um tratamento humanamente decente.

Elas são assim, silenciadas, seus corpos docilizados, e expostas diariamente a sofrimentos, como uma forma de se “fazer justiça” e de “prestar contas” à sociedade. Acrescidos a isso, está a própria construção do imaginário social que normatiza e naturaliza os papéis socialmente aceitáveis sobre o que é ser mulher e como ela deve desempenhar seu papel de mãe, o qual se opõe às transgressões e crimes praticados pelo público feminino que estão inseridos nas prisões.

Dessa forma, além das questões apontadas nesta tese, considera-se que para se estudar a temática da maternidade nesse contexto de intensos tensionamentos, faz-se necessário dar visibilidade também às questões subjacentes ao encarceramento feminino, as quais apontam para processos de exclusão social, pobreza, opressão, machismo, violências que sentenciam as trajetórias de vidas dessas mulheres, antes mesmos delas serem mães e cometerem algum crime.

Diante do exposto, acredita-se que os achados dessa tese, bem como as reflexões acerca da temática possam vir a contribuir teórica e empiricamente para a elaboração de estratégias que visem promover espaços e ações com foco no desenvolvimento das potencialidades (profissionais e pessoais) dessas mulheres. Assim como, na orientação

para possibilidades de novas trajetórias de vida, no acesso às informações sobre seus direitos, na reconstrução e fortalecimento dos vínculos com seus filhos e na promoção da saúde, principalmente mental.

No que concerne às contribuições empíricas das duas pesquisas de campo, observou-se que estudar o fenômeno sob o olhar psicossocial da TRS, possibilitou acessar a teia de significados sobre a realidade social das participantes. Isto só foi viável pois analisou-se cientificamente os sistemas de conhecimentos do senso comum compartilhados pelo público alvo da pesquisa. Nesse eixo, a tese fornece dados exploratórios no campo da Psicologia Social, aproximando esta área de conhecimento com outras que também estudam o fenômeno em questão, dentre elas Direito, Enfermagem, Serviço Social, Saúde Coletiva, Antropologia, dentre outros. Dessa forma, o estudo em tela reúne dados que podem integralizar ações e possibilitar a ampliação de novos estudos que abarquem as questões sobre o encarceramento feminino e seus desdobramentos.

Diante desses apontamentos, faz-se necessário também elencar algumas limitações encontradas ao longo da execução da tese, no intuito de orientar pesquisadores(as) que queiram trabalhar com a temática, bem como, visando superar essas barreiras em estudos futuros. Nesse sentido, observou-se a mediação por parte das funcionárias na convocação e condução das participantes para a pesquisa, não sendo permitido à pesquisadora esse contato inicial direto com as apenadas.

Aponta-se também para prováveis omissões nos relatos das mulheres sobre as reais condições de vida e vivência da maternidade dentro da prisão, uma vez que a pesquisa foi aplicada no próprio ambiente prisional, com constante supervisão e interrupção das agentes penitenciárias. Esses aspectos dificultaram a aplicação da pesquisa, uma vez que se trabalhou com a técnica projetiva da associação livre de palavras

e a entrevista em profundidade, as quais exigem ambientes e duração de tempo adequados para que as participantes conseguissem formular suas opiniões e falarem abertamente sobre o tema.

Outro ponto elencado foi a incerteza da aplicação da pesquisa ao se dirigir à instituição prisional, tendo em vista que a marcação dos dias e horários previamente estabelecidos com a administração do local, não era garantia para entrada aos pavilhões onde ocorriam o contato com as participantes. Muitas vezes, a pesquisadora era impossibilitada a se dirigir ao local da coleta dos dados, pois as mulheres encontravam-se em castigos disciplinares ou haviam operações de pente fino, sendo proibida a entrada de qualquer pessoa que não trabalhasse no local.

Outra limitação encontrada foi a disseminação do vírus da Covid-19, que impediu o retorno ao ambiente prisional para a realização da segunda parte da pesquisa, que tinha o intuito de ampliar o alcance de informações sobre a temática a partir da aplicação do estudo com as agentes e a administração da instituição.

Diante do panorama apresentado, sugere-se o desenvolvimento de estudos adicionais que possam ampliar as pesquisas no campo das RS sobre a temática da maternidade no cárcere, bem como, dirimir as lacunas apresentadas pelos três estudos que compuseram esta tese. Destaca-se, portanto, a necessidade de avançar em investigações que reúnam dados sobre a realidade social dos familiares e filhos de mulheres que estão presas, público este, ainda pouco reportado pela literatura.

De maneira análoga, sugere-se o desenvolvimento de pesquisas que contemplem a temática acerca da paternidade, uma vez que emergiram RS peculiares, frente ao contexto estudado. Sendo assim, faz-se necessário compreender como se configuram as narrativas e vivências que referenciam a temática, a partir de diferentes pontos de vista de atores sociais que experienciam os processos de encarceramento.

Por fim, defende-se a necessidade de aproximar o contexto acadêmico das realidades sociais, além de garantir que estas realidades sejam retratadas como produção científica concreta, desde um lugar possível para a construção e transformação de conhecimento, bem como para atuação profissional. Nesse sentido, faz-se necessário estreitar relações com esferas da sociedade e o meio acadêmico, oferecendo projetos de extensão, estágios supervisionados, oficinais, confecção de materiais psicoeducativos, com foco na promoção da efetiva reinserção social dessas mulheres e na proteção dos seus filhos.

REFERÊNCIAS

- Abric, J. C. (1994). *Pratiques sociales et représentations*. Paris: Presses Universitaires de Franc.
- Alcântara, R. L. S., Sousa, C. P. C., & Silva, T. S. M. (2018). Infopen Mulheres de 2014 e 2018: Desafios para a Pesquisa em Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(spe2), 88-101. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000212154>
- Álvaro, J. L., & Garrido, A. (2006). *Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. São Paulo: MccGraw-Hill.
- Alves, J. S. A. (2017). Criminalidade Feminina: um estudo descritivo dos dados estatísticos acerca das mulheres detidas no Brasil e na Argentina. *Revista Direitos Humanos e Democracia*, 10, 1-38. <https://doi.org/10.21527/2317-5389.2017.10.175-212>
- Anzieu, D. (1979). *Os métodos projetivos*. Rio de Janeiro: Ed. Campos.
- Araújo, L. S. (2014). *Obesidade e preconceito: o que divulgam o saber científico e a mídia impressa* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Araújo, M. M., Moreira, A. S., Cavalcante, E. G. R., Damasceno, S. S., Oliveira, D. R., & Cruz, R. S. B. L. C. (2020). Assistência à saúde de mulheres encarceradas: análise com base na Teoria das Necessidades Humanas Básicas. *Escola Anna Nery*, 24(3), e20190303. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2019-0303>
- Arruda, A. (2002). A teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, 117, 127-147. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742002000300007>
- Batista, L., & Loureiro, A. J. L. (2017). "Será que ele vai me chamar de mãe?": Maternidade e separação na cadeia. *Revista Psicologia Política*, 17(38), 57-71. Retirado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000100005&lng=pt&tlng=pt.

Beccaria, C. (2011). *Dos delitos e das penas*. Tradução: Paulo M. Oliveira. Ed. Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Bitencourt, C. R. (2011). *Falência da pena de prisão – causas e alternativas*. São Paulo: Saraiva.

Braga, A. G. M. (2015). Entre a soberania da lei e o chão da prisão: a maternidade encarcerada. *Revista Direito GV*, 11(2), 523-546.
<https://dx.doi.org/10.1590/1808-2432201523>

Brasil. Lei de Execução Penal. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984. Retirado de:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210compilado.htm

Brasil. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Retirado de:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11343.htm

Brasil. Lei nº 11.942 de 28 de maio de 2009. Dá nova redação aos arts. 14, 83 e 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal. Retirado de:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11942.htm

Brasil. Ministério da Saúde (2014a). *Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014 que Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)*. Brasília, Brasil. Retirado de:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/pri0001_02_01_2014.html

Brasil. Ministério da Justiça (2014b). *Portaria Interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014 que Institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, e dá outras providências*. Brasil, Brasília. Retirado de:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/pri0001_02_01_2014.html

Brasil. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Retirado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm

Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública (2018). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres* (2a ed.). Brasília, DF: o autor. Retirado de: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf

Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública (2019). *Projeto BRA 34/2018: produto 5 relatório temático sobre as mulheres privadas de liberdade, considerando dados do produto 01, 02, 03 e 04*. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional. Retirado de: http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf

Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública (2020). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN*. Período de julho a dezembro de 2019. Brasília, DF. Retirado de: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ZlZWVmNzktNjRlZi00MjNiLWZhYmYtNjExNmMyNmYxMjRkIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>

Bôas, L. P. S. V. (2004). Teoria das representações sociais e o conceito de emoção: diálogos possíveis entre Serge Moscovici e Humberto Maturana. *Psicologia da educação*, (19), 143-166. Retirado de:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752004000200008

- Buglione, S. (2000). A mulher enquanto metáfora do Direito Penal. *Revista Jus Navigandi*. Retirado de: <https://jus.com.br/artigos/946/a-mulher-enquanto-metaphora-do-direito-penal/2>
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). *Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ*. Santa Catarina. Retirado de: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>
- Chaves, A. M. & Silva, P. L. (2013). Representações Sociais. In Camino, L. et al. *Psicologia Social: temas e teorias*. 2ed. Brasília, DF: Technopolitik. 413-464.
- Chiaverini, T. (2009). *A origem da pena de prisão* (Dissertação de mestrado). Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Retirado de: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/8885/1/Tatiana%20Chiaverini.pdf>
- Cibois, U. F. R. (1995). *Tri-deux-mots*. Versão 2.2 Paris: Sciences Sociales.
- Cordeiro, T. (2020). Bruxas: quem eram elas e por que iam parar na fogueira. *Revista Super Interessante*. Retirado de: <https://super.abril.com.br/historia/bruxas-quem-eram-elas-e-por-que-iam-parar-na-fogueira/>
- Correia, M. J. (1998). Sobre a maternidade. *Análise Psicológica*, 3(16), 365-371. Retirado de: https://www.researchgate.net/publication/277823731_Sobre_a_maternidade/fulltext/55876fea08aef58c03a03ab7/Sobre-a-maternidade.pdf
- Correia Júnior, R. C. V. (2020). Realização da audiência de custódia como garantia da observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. *Revista Âmbito Jurídico*. Retirado de: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-processual-penal/realizacao-da->

audiencia-de-custodia-como-garantia-da-observancia-dos-principios-
constitucionais-do-contraditorio-e-da-ampla-defesa/

- Cortina, M. O. C. (2015). Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. *Revista Estudos Feministas*, 23(3), 761-778.
<https://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p761>
- Coutinho, M. P. L., & Saraiva, E. R. A. (2008). As representações sociais da depressão pós-parto elaboradas por mães puérperas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 28(2), 244-259. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932008000200003>
- Coutinho, M. P. L. (2011). Análise de conteúdo: breve histórico, conceitos e sua aplicabilidade. In M. P. L. Coutinho & E. R. A. Saraiva, *Métodos de pesquisa em psicologia social: perspectivas qualitativas e quantitativas* (pp. 17-66). João Pessoa: Editora Universitária.
- Coutinho, M. P. L., Nóbrega, S. M., & Araújo, L. S. (2011). Software trideux – uma ferramenta metodológica ao campo de pesquisas em representações sociais. In M. P. L. Coutinho, & Saraiva, E. R. A. (Orgs), *Métodos de pesquisa em psicologia social: perspectivas qualitativas e quantitativas*. (pp. 107-148). João Pessoa: Editora Universitária.
- Coutinho, M. P. L., & Saraiva, E. R. A. (2011). *Métodos de pesquisa em psicologia social: perspectivas qualitativas e quantitativas*. João Pessoa: Editora Universitária.
- Coutinho, M. P. L. (2017). *A psicologia e sua interface com a saúde*. João Pessoa, PB: editora IESP. Retirado de:
<https://www.iesp.edu.br/sistema/uploads/arquivos/repositorioarquivos/psicologia-interface-com-saude-20180625194945.pdf>

- Coutinho, M. P. L., & Do Bú, E. A. (2017). A técnica de associação livre de palavras sobre o prisma do software tri-deux-mots (version 5.2). *Revista Campo do Saber*, 3(1). Retirado de <http://periodicos.iesp.edu.br/index.php/campodosaber/article/view/72>
- Coutinho, M. P. L., Costa, F. G., Barros, I. C. S., Saraiva, E. R. A., & Lima, E. M. A. (2020). Teoria das representações sociais. In M. P. L. Coutinho, I. C. S. Barros, F. G. Costa & M. L. Coutinho (Orgs.), *Diversidade do saber psicológico: reflexões teóricas e empíricas* (pp. 10-24). Cabedelo, PB: Editora UNIIESP.
- Cúnico, S. D., Brasil, M. V., & Barcinski, M. (2015). A maternidade no contexto do cárcere: uma revisão sistemática. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(2), 509-528. Retirado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000200005&lng=pt&tlng=pt.
- Di Giácomo, J. P. (1981) Aspects méthodologiques de l'analyse des représentations sociales. *Cahiers de Psychologie Cognitive* 1(1), 397-422.
- Diwana, V., Ventura, M., Simas, L., Larouzé, B., & Correa, M. (2016). Direitos reprodutivos das mulheres no sistema penitenciário: tensões e desafios na transformação da realidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(7), 2041-2050. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015217.21632015>
- Diwana, V., Corrêa, M. C.D.V., & Ventura, M. (2017). Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 27(3), 727-747. <https://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312017000300018>

- Faria, T. D. (2010). A mulher e a criminologia: relações e paralelos entre a história da criminologia e a história da mulher no Brasil. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI. Fortaleza, Ceará. Retirado de: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3310.pdf>
- Fernandes, R. A. U., Koike, M. L. A. e S., Rufino Maciel, M. C., & Duque-Arrazola, L. S. (2019). Encarceramento feminino, tráfico de drogas e maternidade: cotidianos subalternos, dentro e fora da prisão. *Arquivos Do CMD*, 6(2), 45–65. <https://doi.org/10.26512/cmd.v6i2.22445>
- Ferrari, I. F., & Fam, B. M. (2016). Mulheres e filhos encarcerados: uma realidade institucional. *Estudos & Pesquisas em Psicologia*, 16(4), 1153-1169. Retirado de: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/33442/24157>
- Flores, N. M. P., & Smeha, L. N. (2018). Mães presas, filhos desamparados: maternidade e relações interpessoais na prisão. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 28(4), e280420. <https://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312018280420>
- Franco, M. L. P. B. (2004). Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. *Cadernos de Pesquisa*, 34(121), 162-188. Retirado de: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/493/497>
- França, M. H. O. (2014). Criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de gênero. *Revista Ártemis*, 18(1), 212-227. Retirado de: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/22547>
- Fochi, M. C. S., Higa, R., Camisão, A. R., Turato, E. R. & Lopes, M. H. B. M. (2017). Vivências de gestantes em situação de prisão. *Rev. Eletr. Enf. [Internet]*, 19, a57. <http://doi.org/10.5216/ree.v19.46647>.

- Fortes, P. M. R. & Fortes, L. M. R. (2016). Análise sobre o surgimento da personalidade criminosa na sociedade embasada nas teorias biológicas da psicologia. *Revista Jus Navigandi*. Retirado de: <https://jus.com.br/artigos/47322/analise-sobre-o-surgimento-da-personalidade-criminosa-na-sociedade-embasada-nas-teorias-biologicas-da-psicologia>
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 20.^a ed. Petrópolis, Vozes.
- Foucault, M. (2010). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 38.^a ed. Petrópolis, Vozes.
- Germano, I. M. P., Monteiro, R. Á. F. G., & Liberato, M. T. C. (2018). Criminologia Crítica, Feminismo e Interseccionalidade na Abordagem do Aumento do Encarceramento Feminino. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(spe2), 27-43. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000212310>
- Goffman, E. (1963). *Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity*. New York: Prentice Hall.
- Gomes, M. S. (2020). Encarceramento feminino: uma revisão sistemática da literatura. (Monografia). Curso de Psicologia. Universidade de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul. Retirado de: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/2870/1/Maiqui%c3%a9li%20da%20Silva%20Gomes.pdf>
- Jesus, A. C. F., Oliveira, L. V. O., Oliveira, E. A., Brandão, G. C. G., & Costa, G. M. C. (2015). O significado e a vivência do abandono familiar para presidiárias, *Revista Ciência e Saude*, 8(1), 19-25. <http://dx.doi.org/10.15448/1983-652X.2015.1.19535>
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Org.), *As representações sociais* (pp. 17-44). Rio de Janeiro: EdUERJ.

- Jodelet, D. (2016). A representação: noção transversal, ferramenta da transdisciplinaridade. *Cadernos de Pesquisa*, 46 (162), 1258-1271. <https://doi.org/10.1590/198053143845>
- Jovchelovitch, S. (2011). Representações sociais e polifasia cognitiva: notas sobre a pluralidade e sabedoria da razão em Psicanálise, sua imagem e seu público. In A. M. O. Almeida, m. F. S. Santos, & Z. A. Trindade (Orgs.), *Teoria das representações sociais: 50 anos* (pp. 159-176). Brasília: Technopolitik.
- Kitzinger, S. (1978). *Mães: um estudo antropológico da maternidade*. Lisboa: Ed. Presença.
- Lahlou, S. (2012). Text mining methods: An answer to Chartier and Meunier. *Papers on Social Representations*, 20(38),1-7.
- Leal, M. C., Ayres, B. V. S., Esteves-Pereira, A. P., Sánchez, A. R., & Larouzé, B. (2016). Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(7), 2061-2070. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015217.02592016>
- Lermen, H. S., Gil, B. L., Cúnico, S. D., & Jesus, L. O. (2015). Saúde no cárcere: análise das políticas sociais de saúde voltadas à população prisional brasileira. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 25(3), 905-924. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312015000300012>
- Lima, G. M. B. (2013). *A vida de mulheres na prisão: legislação, saúde mental e superlotação em João Pessoa – PB*. (Tese de Doutorado). Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Rio de Janeiro. Retirado de: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/20504/2/Lima_Gigliola_Marcos_Bernardo_de.pdf

- Lima, G. M. B.; Pereira Neto, A. F.; Amarante, P. D. C.; Dias, M. D.; Ferreira Filha, M. O. (2013). Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência. *Saúde em Debate*, 37(98), 446-456. Retirado de: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v37n98/a08v37n98.pdf>
- Mariano, G. J., & Silva, I. A. (2018). Significando o amamentar na prisão. *Texto Contexto Enferm*, 27(4), e0590017. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072018000590017>
- Martins, A. M., Carvalho, C. A. S., & Antunes-Rocha, M. I. (2014). Pesquisa em representações sociais no Brasil: cartografia dos grupos registrados no CNPq. *Psicologia: teoria e prática*, 16(1), 104-114. Retirado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872014000100009&lng=pt&tlng=pt.
- Matão, M. E. L., Miranda, D. B., Malaquias, A. & Souza, E. L. (2016). Maternidade Atrás Das Grades: Particularidades Do Binômio Mãe E Filho. *Enferm. Cent. O. Min.*, 6(2), 2235-2246 DOI: 10.19175/recom.v6i2.984
- Matos, K. K. C., Silva, S. P. C., & Nascimento, E. A. (2019). Filhos do cárcere: representações sociais de mulheres sobre parir na prisão. *Interface (Botucatu)*. <https://doi.org/10.1590/Interface.180028>
- Mendes, F. R. P., Zangão, M. O. B., Gemito, M. L. G. P., & Serra, I. C. C. (2016). Social Representations of nursing students about hospital assistance and primary health care. *Revista Brasileira de Enfermagem [Internet]*, 69(2), 321-328. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2016690218i>
- Minayo, M. C. S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621-626. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>

- Ministério da Justiça (2020). Ofício-circular Nº 62/2020/DIRPP/DEPEN/MJ (11317220) referente ao mapeamento de mulheres presas grávidas, parturientes, mães de crianças até 12 anos, idosas ou doentes. Retirado de: http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1588195416_SEI_MJ11429916Informao_final.pdf
- Miranda, M. L. A., & Granato, T. M. M. (2016). Pais encarcerados: narrativas de presos sobre a experiência da paternidade na prisão. *Psico*, 47(4), 309-318. <https://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2016.4.23413>
- Monastero, L. F. (2017). *Mães em situação de encarceramento e a relação com seus familiares: um estudo das unidades prisionais da cidade de São Paulo* (Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Retirado de: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/20178/2/Leda%20Fleury%20Monastero.pdf>
- Morera, J. A. C., Padilha, M. I., Silva, D. G. V., & Sapag, J. (2015). Aspectos teóricos e metodológicos das representações sociais. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 24(4), 1157-1165. <https://doi.org/10.1590/0104-0707201500003440014>
- Morin, E. (1984). *Idéias Contemporâneas: entrevistas do Le Monde*. São Paulo: Ática.
- Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1981). The phenomenon of social representations. In R. M. Farr e S. Moscovici (Orgs). *Social representations* (pp. 3-69). Cambridge: Cambridge University Press.
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, S. (2012). *A Psicanálise, sua Imagem e seu Público*. Petrópolis: Vozes.

- Nóbrega, S. M., & Coutinho, M. P. L. (2003). O Teste de Associação Livre de Palavras. In: Coutinho, M. P. L. (Org.). *Representações sociais: Abordagem Interdisciplinar*. João Pessoa: Editora Universitária.
- Nogueira-Martins, M. C. F., & Bógus, C. M. (2004). Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. *Saúde e Sociedade*, 13(3), 44-57. Retirado de: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902004000300006>.
- Novaes, E. D., & Murari, A. P. (2010). Uma Reflexão Teórico-sociológica acerca da inserção da Mulher na Criminalidade. *Revista Sociologia Jurídica*, nº10. Retirado de: <https://sociologiajuridicadotnet.wordpress.com/uma-reflexao-teorico-sociologica-acerca-da-insercao-da-mulher-na-criminalidade/>
- Novaes, E. D., & Murari, A. P. (2010). Uma Reflexão Teórico-sociológica acerca da inserção da Mulher na Criminalidade. *Revista Sociologia Jurídica*, nº10. Retirado de: <https://sociologiajuridicadotnet.wordpress.com/uma-reflexao-teorico-sociologica-acerca-da-insercao-da-mulher-na-criminalidade/>
- Organização das Nações Unidas (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Retirado de: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
- Organização das Nações Unidas (2015). Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos – Regras de Nelson Mandela. Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime – UNODC. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Nelson_Mandela_Rules-P-ebook.pdf
- Oliveira, W. F., & Damas, F. B. (2016). *Saúde e atenção psicossocial nas prisões*. Hucitec: São Paulo.

- Oliveira, L. V, Miranda, F. A. N., & Costa, G. M. C. (2015). Vivência da maternidade para presidiárias. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 17(2), 360-9. <http://dx.doi.org/10.5216/ree.v17i2.29784>.
- Ormeño, G, & Stelko-Pereira, A. C. (2015). Filhos nascidos no cárcere e as dificuldades do exercício da maternidade em ambiente prisional. *Psicologia Argumento*, 33(82), 432-445. <http://dx.doi.org/10.7213/psicol.argum.33.082.AO07>
- Ormeno, G. R., Santini, P. M., & Williams, L. C. A. (2017). Fatores de risco e proteção vivenciados por mães encarceradas ao longo da vida. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 17(2), 514-534. Retirado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812017000200006&lng=pt&tlng=pt.
- Pádua, T. A., & Barros, V. A. (2018). Considerações sobre o trabalho nas prisões e os equívocos da ressocialização. *Revista Trabalho (En)Cena*, 3(3), 58-75. <https://doi.org/10.20873/2526-1487V3N3P58>
- Pérez, J. A., Kalampalikis, N., Lahlou, S., Jodelet, D., & Apostolidis, T. (2014) In memoriam: Serge Moscovici (1925-2014). *Psicologia e Saber Social*, 3 (2). pp. 182-190. <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2014.14605>
- Perrot. M. (2017). Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros (7ª ed.). São Paulo: Paz & Terra.
- Pinto, A. V. L. P., Coutinho, M. P. L., Cavalcanti, J. G., & Silva, K. C. (2020). As Representações Sociais sobre a Maternidade para Mães em Privação de Liberdade. *Estudos & Pesquisas em Psicologia*, 20(2), 442-463. <https://doi.org/10.12957/epp.2020.52578>
- Pizolotto, L. C. (2014). A lei 11.343/2006 e o aumento de mulheres encarceradas. (Monografia). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do

Sul. Departamento de Estudos Jurídicos. Ijuí, Rio Grande do Sul. Retirado de:
<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/2553/TCC%20-%20Encarceramento%20Feminino.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Praxedes, T. C. (2019). A história das penas: da lei de Talião às ideias de Beccaria. *Conteúdo Jurídico*. Retirado de:
<http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/52780/a-historia-das-penas-da-lei-de-taliao-as-ideias-de-beccaria>

Queiroz, N. (2017). *Presos que menstruam: a brutal vida das mulheres tratadas como homens nas prisões*. Rio de Janeiro: Record.

Reinert, M. (1990). ALCESTE, une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurélia de G. de Nerval. *Bulletin de Méthodologie Sociologique*, (28),24-54.

Reinert, M. (1993). “Quelques problèmes méthodologiques posés par l’analyse de tableaux ‘Énonces x Vocabulaire’.” *Paper presented at Journées internationales d’analyse statistique des données textuelles*, Montpellier, France. Retrieved from:
<http://www.image-zafar.com/sites/default/files/publications/jadt1993montpellier.pdf>.

Rezende, G. A. & Osório, F. C. (2020). Encarceramento feminino: da (in)visibilidade à garantia de direitos. Rio Grande do Sul: PUCRS. Retirado de:
https://www.pucrs.br/direito/wpcontent/uploads/sites/11/2020/08/giullia_rezende.pdf

Rocha, L. F. (2014). Teoria das representações sociais: a ruptura de paradigmas das correntes clássicas das teorias psicológicas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(1), 46-65. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932014000100005>

- Ronchi, I. Z. (2017) *A maternidade e o cárcere: uma análise de seus aspectos fundamentais* (Monografia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Retirado de: http://conteudo.pucrs.br/wpcontent/uploads/sites/11/2018/03/isabela_ronchi_20172.pdf
- Sá (1998). *A Construção do objeto de pesquisa em Representações Sociais*. Rio de Janeiro:EdUERJ.
- Salviati, M. E. (2017). *Manual do Aplicativo Iramuteq (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3)*. Planaltina: Goiás. Retirado de: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>
- Santana, A. T., Oliveira, G. R. S. A. & Bispo, T. C. F. (2016). Mães do cárcere vivências de gestantes frente à assistência no pré-natal. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 40(1), 38-54. DOI: 10.22278/2318-2660.v40.n1.a778
- Santos, R. M. A., Linhares, F. M. P., Moraes, S. C. R. V., Guedes, T. G., & Guimarães, M. L. (2018). Diagnósticos de Enfermagem de mães encarceradas. *Rev Esc Enferm USP*, 52, e03338. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1980-220X2017024503338>
- Santos, M. V., Alves, V. H., Pereira, A. V., Rodrigues, D. P., Marchiori, G. R. S., & Guerra, J. V. V. (2017). Mental health of incarcerated women in the state of rio de janeiro. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 26(2), e5980015. <https://dx.doi.org/10.1590/0104-07072017005980015>
- Saraiva, E. R. A. (2007). *A experiência materna mediada pela depressão pós-parto: um estudo das representações sociais*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Retirado de

<https://silo.tips/download/a-experiencia-materna-mediada-pela-depressao-pos-parto-um-estudo-das-representao>

- Saraiva, E. R. A. (2010). *Violência contra idosos: aproximações e distanciamentos entre a fala do idoso e o discurso da mídia impressa* (Tese de doutorado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Retirado de: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7005?locale=pt_BR
- Sêga, R. A. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. *Anos 90*, (13), 128-133. <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6719>
- Silva, A. M. B., & Enumo, S. R. F. (2016). Descrição e Análise de uma Intervenção Psicológica com Bailarinos pelo Software IRAMUTEQ. *Temas em Psicologia*, 25(2). doi: 10.9788/TP2017.2-11Pt
- Silva, E. F., Luz, A. M. H., & Cecchetto, F. H. (2011). Maternidade atrás das grades. *Enfermagem em foco (Brasília)*, 2(1), p. 33-37. Retirado de: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/viewFile/71/58>
- Simões, V. F. N. (2013). *Filhos do cárcere: limites e possibilidades de garantir os direitos fundamentais dos filhos das mulheres privadas de liberdade no Brasil*. Porto Alegre: Núria Fabris.
- Soares, I. R., Cenci, C. M. B., & Oliveira, L. R. F. (2016). Mães no cárcere: percepção de vínculo com os filhos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 16(1), 27-45. Retirado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812016000100003&lng=pt&tlng=pt.
- Souza, L. C. S. & Caridade, S. (2020). Tráfico de drogas no feminino: das motivações às consequências. In F. R. Guimarães (Org.). *Direitos Humanos em um mundo em transformação* (807-826). Campina Grande: Realize Eventos.

- Spink, M. J. P. (1993). O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cadernos de Saúde Pública*, 9 (3), 300-308. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300017>
- Starling, S. C. S. (2010). *Considerações sobre a criminalidade feminina no Brasil* (Monografia). Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte. Retirado de: <http://monografias.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/1690/1/Considera%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20a%20criminalidade%20feminina%20no%20Brasil.pdf>
- Stella, C. (2009). O impacto do encarceramento materno no desenvolvimento psicossocial dos filhos. *Educare, Revista de Educação*, 4(8), 99-111. <https://doi.org/10.17648/educare.v4i8.818>
- Stella, C. & Sequeira, V. C. (2015). Guarda de filhos de mulheres presas e a ecologia do desenvolvimento humano. *Revista Eletrônica de Educação*, 9(3), 379-394. <http://dx.doi.org/10.14244/198271991195>
- Supremo Tribunal Federal (2018). Todas as mulheres submetidas à prisão cautelar no sistema penitenciário nacional, que ostentem a condição de gestantes, de puérperas ou de mães com crianças com até 12 anos de idade sob sua responsabilidade, e das próprias crianças (Habeas Corpus 143.641). São Paulo. Retirado de: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC143641final3pdfVoto.pdf>
- Vala, J., Castro, P. (2013). Pensamento social e representações sociais. In Vala, J. & Monteiro, M. B. (coord.), *Psicologia social* (9ª edição revista e actualizada), (pp. 569-602). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Varella, D. (2017). *As prisioneiras*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Walker, J. R., Hilder, L., Levy, M. H., & Sullivan, E. A. (2014). Pregnancy, prison and perinatal outcomes in New South Wales, Australia: a retrospective cohort study using linked health data. *BMC Pregnancy Childbirth [Internet]*,14(1):214. Retirado de: <http://doi.org/10.1186/1471-2393-14-214>.
- Wolter, R. M. C. P. (2011). Sege Moscovici: um pensador social. In A. M. O. Almeida, m. F. S. Santos, & Z. A. Trindade (Orgs.), *Teoria das representações sociais: 50 anos* (pp. 21-32). Brasília: Technopolitik.
- Walmsley, R. (2017). Women and girls in penal institutions, including pre-trial detainees/remand prisoners. World Female Imprisonment List (Fourth edition). *World Prison Brief, Institute for Crime & Justice Policy Research*. Retrieved from:
https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_prison_4th_edn_v4_web.pdf
- Zaninelli, G. (2015). *Mulheres encarceradas: dignidade da pessoa humana, gênero, legislação e políticas públicas*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Norte do Paraná. Programa de Mestrado em Ciência Jurídica. Jacarezinho, Paraná. Retirado de: <https://uenp.edu.br/pos-direito-teses-dissertacoes-defendidas/direito-dissertacoes/6854-giovana-zaninelli/file>

APÊNDICE A- Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezada Senhora,

Esta pesquisa é sobre a “ASPECTOS PSICOSSOCIAIS RELACIONADOS À MATERNIDADE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO” e está sendo desenvolvida pela pesquisadora Adriele Vieira de Lima Pinto aluna do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Profa. Dra. Maria da Penha de Lima Coutinho.

Os objetivos do estudo são: a) Fazer uma revisão sistemática da literatura sobre mães em privação de liberdade e sua condição materna; b) Identificar os campos semânticos quanto aos estímulos indutores: ser mãe, maternidade, paternidade, família, prisão e eu mesma; c) Apreender as representações sociais acerca da vivência da maternidade na prisão; d) Apreender as estruturas representacionais da maternidade e da prisão; e) Desenvolver estudos complementares junto ao núcleo de pesquisa e das instituições pesquisadas possibilitando a aplicação conjunta dos resultados técnico-científicos para a continuação do desenvolvimento de investigações futuras.

A finalidade deste trabalho é contribuir para um maior fortalecimento teórico conceitual acerca dos construtos, com dados empíricos gerados no meio acadêmico, que revertam efetivamente em prevenção e promoção de políticas públicas sociais e da saúde para os envolvidos, bem como na intervenção eficaz no contexto do sistema penitenciário.

Solicitamos a sua colaboração respondendo a um questionário e participando de uma entrevista referente ao tema citado, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área da psicologia social e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde.

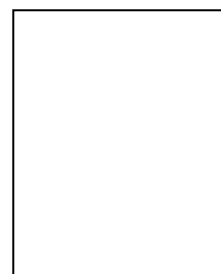
Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, a senhora não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas

pelo Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição.

As pesquisadoras estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecida e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante



Espaço para impressão datiloscópica

Assinatura da Testemunha

Contato do Pesquisador (a) responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) Adriele Vieira de Lima Pinto. Endereço (Setor de Trabalho):
Universidade Federal da Paraíba Campus I – Cidade universitária – CCHLA, Ambiente 11.

Telefone: 3216-7675 – E-mail: adri.vlp8@gmail.com

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

☎ (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante

APÊNDICE B – Técnica de Associação Livre de Palavras**TÉCNICA DE ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS**

Você vai ouvir três palavras/estímulos. Após cada palavra, escreva o mais rápido possível todas as palavras na ordem em que lhe vierem à mente. **Escreva pelo menos cinco palavras:**

Estímulo1- (FAMILIA):

Estímulo2 - (MATERNIDADE):

Estímulo3 - (PATERNIDADE):

Estímulo4 - (PRISÃO):

Estímulo5 - (EU MESMA):

Estímulo5 - (SER MÃE):

APÊNDICE C - Questionário Sócio Demográfico

QUESTONÁRIO SOCIO DEMOGRÁFICO

A sua colaboração é muito importante para o nosso estudo científico. Não é necessário que você se identifique. Deste modo, garantimos que o anonimato e a confidencialidade de suas respostas serão resguardados.

1. Idade: _____anos
2. Estado civil:
() Casado(a) () Desquitado(a)/Separado(a) () Divorciado () Viúvo () Solteiro
3. Cidade Natal: _____
4. Escolaridade: () Sem instrução () Fundamental incompleto () Fundamental completo () Médio incompleto () Médio Completo () Superior incompleto () Superior Completo
5. Se marcou superior completo, por gentileza indique a área/curso de formação: _____
6. Sua cor da pele: () branca () preta () amarela () parda () indígena
7. Possui algum tipo de deficiência? () sim () não Qual? _____
8. Qual religião: _____
9. Você possui filhos? () sim () não.
10. Se sim, quantos? _____
11. Teve assistência pré-natal: () sim () não
12. Precisa fazer uso contínuo de alguma medicação? () sim () não
13. Se sim, quais? _____
14. Tem acesso à assistência a saúde? () sim () não
15. Antes de estar na prisão você exercia alguma atividade de trabalho? () sim () não
16. Se sim. Qual? _____
17. Em comparação com as pessoas da sua cidade, você diria que a sua família é de classe socioeconômica: () baixa () média-baixa () média () média-alta () alta
18. Qual regime prisional? () fechado () semi-aberto
19. Possui sentença condenatória: () sim () não
20. Qual crime/delito está cumprindo sentença (artigo do código penal)? _____
21. Quanto tempo foi estabelecido para reclusão ? _____
22. Quanto tempo, até o momento, cumpriu? _____
23. Reincidente? () sim () não
24. Usuária de drogas? () sim () não

ANEXO A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.513.590

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

- Identificar a prevalência de mães que estão cumprindo sentença nas penitenciárias que serão pesquisadas;
- Compreender a vivência do encarceramento e da maternidade por parte das mulheres.
- Identificar os campos semânticos quanto aos estímulos indutores e as variáveis fixas correspondentes ao estudo sobre a maternidade e o encarceramento;

Objetivo Secundário:

- Analisar a percepção das funcionárias acerca da vivência do encarceramento e da maternidade no sistema penitenciário;
- Desenvolver estudos complementares junto ao núcleo de pesquisa e das instituições pesquisadas possibilitando a aplicação conjunta dos resultados técnico-científicos para a continuação do desenvolvimento de investigações futuras.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Aponta no a relação dos riscos e benefícios, resguardando os direitos éticos dos participantes da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente projeto de pesquisa apresenta grande relevância social, acadêmica e científica. Também atende aos requisitos éticos de pesquisa com seres humanos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O presente protocolo de pesquisa integra todos os termos de apresentação obrigatória, satisfazendo a legislação vigente (Resolução CNS 510/2016, Resolução CNS 466/2012 e a Norma Operacional CNS 01/2013).

Recomendações:

Tendo em vista a legislação vigente (Resolução CNS 510/2016, Resolução CNS 466/2012 e a Norma Operacional CNS 01/2013) orientamos atentar para as seguintes recomendações:

1ª RECOMENDAÇÃO) Após a aprovação deste protocolo de pesquisa e durante o desenvolvimento

Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOÃO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: etica@ufpb@hotmail.com

**UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**



Continuação do Parecer: 2.513.530

desta pesquisa, caso haja qualquer alteração/mudança no projeto (a exemplo do título, objetivo, participantes, local, instrumento, prorrogação, dentre outros) deve ser imediatamente comunicada através de uma EMENDA na Plataforma Brasil para que este CEP faça sua análise e emita parecer à mudança.

2ª RECOMENDAÇÃO) Ressaltamos que para a emissão da Certidão Definitiva deste CEP, o(a) pesquisador(a) responsável deve anexar na Plataforma Brasil: (1) o relatório final, e (2) DOCUMENTO COMPROBATORIO de devolução/retorno dos resultados da pesquisa para os(as) participantes do estudo ou para a população estudada.

Assim, recomendamos que seja inserido em seu cronograma esta etapa final após o encerramento da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1012637.pdf	30/12/2017 15:09:41		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	anuencia_da_instituicao.pdf	30/12/2017 15:08:57	Adriele Vieira de Lima Pinto	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	aprovacao_ppgps.pdf	30/12/2017 15:08:01	Adriele Vieira de Lima Pinto	Aceito

Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.061-900
UF: PB Município: JOÃO PESSOA
Telefone: (83)3215-7791 Fax: (83)3215-7791 E-mail: etica@ufpb.br

**UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**



Continuação do Parecer: 2.513.530

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_DETALHADO.pdf	30/12/2017 15:04:46	Adriele Vieira de Lima Pinto	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termo_compromisso_pesquisador.pdf	30/12/2017 15:04:30	Adriele Vieira de Lima Pinto	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	30/12/2017 15:03:53	Adriele Vieira de Lima Pinto	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	30/12/2017 15:03:39	Adriele Vieira de Lima Pinto	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	30/12/2017 15:02:19	Adriele Vieira de Lima Pinto	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	25/11/2017 01:01:57	Adriele Vieira de Lima Pinto	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Aprovação da CONEP:

Não

JOÃO PESSOA, 26 de Fevereiro de 2018

Assinado por:

Ellane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.061-900

UF: PB

Município: JOÃO PESSOA

Telefone: (83)3215-7791

Fax: (83)3215-7791

E-mail: etica@ufpb.br

ANEXO 2 – Autorização para realização da pesquisa pela Gerência Executiva de Ressocialização do Estado da Paraíba



SECRETARIA DE ESTADO DA
ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

TERMO INSTITUCIONAL

João Pessoa, 05 de abril de 2018.

Tendo lido e estando de acordo com a metodologia proposta atual, a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária autoriza a execução do projeto de doutorado intitulado: Maternidade no Sistema Penitenciário: Um estudo das Representações Sociais, coordenado pela pesquisadora Maria da Penha de Lima Coutinho, desenvolvido em conjunto com a doutoranda Adriele Vieira de Lima Pinto, CPF 073.332.144-51 da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Destaco que é de responsabilidade do pesquisador e do orientador a realização de todo e qualquer procedimento metodológico, bem como o cumprimento da Resolução 466/12, sendo necessário após o término da pesquisa o encaminhamento de uma cópia do Relatório de Execução para esta Gerência Executiva de Ressocialização.


ZIOELMA ALBUQUERQUE MAIA
Gerente Executiva de Ressocialização
Matrícula 172.170-4



Gerência Executiva de Ressocialização - SEAP
Centro Administrativo Integrado do Governo do Estado
Avenida João da Mata, s/n - Bloco II, 5º andar - Jaguaribe.
Fone: 0XX 83 32184468
CEP. 58.019-900 - João Pessoa/PB.

ANEXO 3 – Artigo da tese publicado na Revista: Estudos e Pesquisas em Psicologia

Estudos e Pesquisas em Psicologia
2020, Vol. 02. doi:10.12957/epp.2020.52578
ISSN 1808-4281 (online version)

PSICOLOGIA SOCIAL

As Representações Sociais sobre a Maternidade para Mães em Privação de Liberdade

Adriele Vieira de Lima Pinto*

Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa, PB, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4126-1795>

Maria da Penha de Lima Coutinho**

Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa, PB, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3961-2402>

Jaqueline Gomes Cavalcanti***

Instituto Federal de Educação de Pernambuco - IESP, João Pessoa, PB, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3068-404X>

Karla Costa Silva****

Instituto de Educação Superior da Paraíba - IFPE, Igarassu, PE, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8454-3787>

RESUMO

Diante do aumento do encarceramento feminino, ganharam visibilidade questões específicas deste público, dentre elas as relacionadas à maternidade. Este estudo objetivou conhecer a vivência da maternidade para mães privadas de liberdade, a partir do aporte teórico das Representações Sociais. Participaram 15 mães, com idade entre 21 e 44 anos ($M=30,47$; $DP=6,25$) do Centro de Ressocialização Feminino de João Pessoa, Paraíba. Foram submetidas a entrevistas em profundidade e ao questionário sócio-demográfico. A produção textual foi processada com o auxílio do *software* ALCESTE e analisadas pela Classificação Hierárquica Descendente, os dados sócio-demográficos por meio do SPSS (versão 21). Dos resultados, emergiram quatro classes temáticas, ancoradas: na vivência e rotina diária na prisão; no conhecimento sobre processos, sentenças e morosidade da justiça; nas vulnerabilidades para o uso de substâncias psicoativas e suas consequências nas relações familiares; e na vivência da maternidade. Ser mãe, neste contexto, foi objetivado como sinônimo de sofrimento, incerteza e culpa pela ausência nos cuidados maternos e pela separação dos filhos e familiares. Destaca-se que a maternidade adquire diferentes facetas que ora se aproximam e ora se distanciam do ideal de maternidade socialmente disseminado. Assim, faz-se necessário promover ações sociais que busquem fortalecer os laços psicossociais entre as mães presas, suas famílias, filhos e sociedade.

Palavras-chave: maternidade, mães, privação de liberdade, representações sociais.

ISSN 1808-4281

Estudos e Pesquisas em Psicologia	Rio de Janeiro	v. 20	n. 2	p. 442-463	Maio a Agosto de 2020
-----------------------------------	----------------	-------	------	------------	-----------------------